

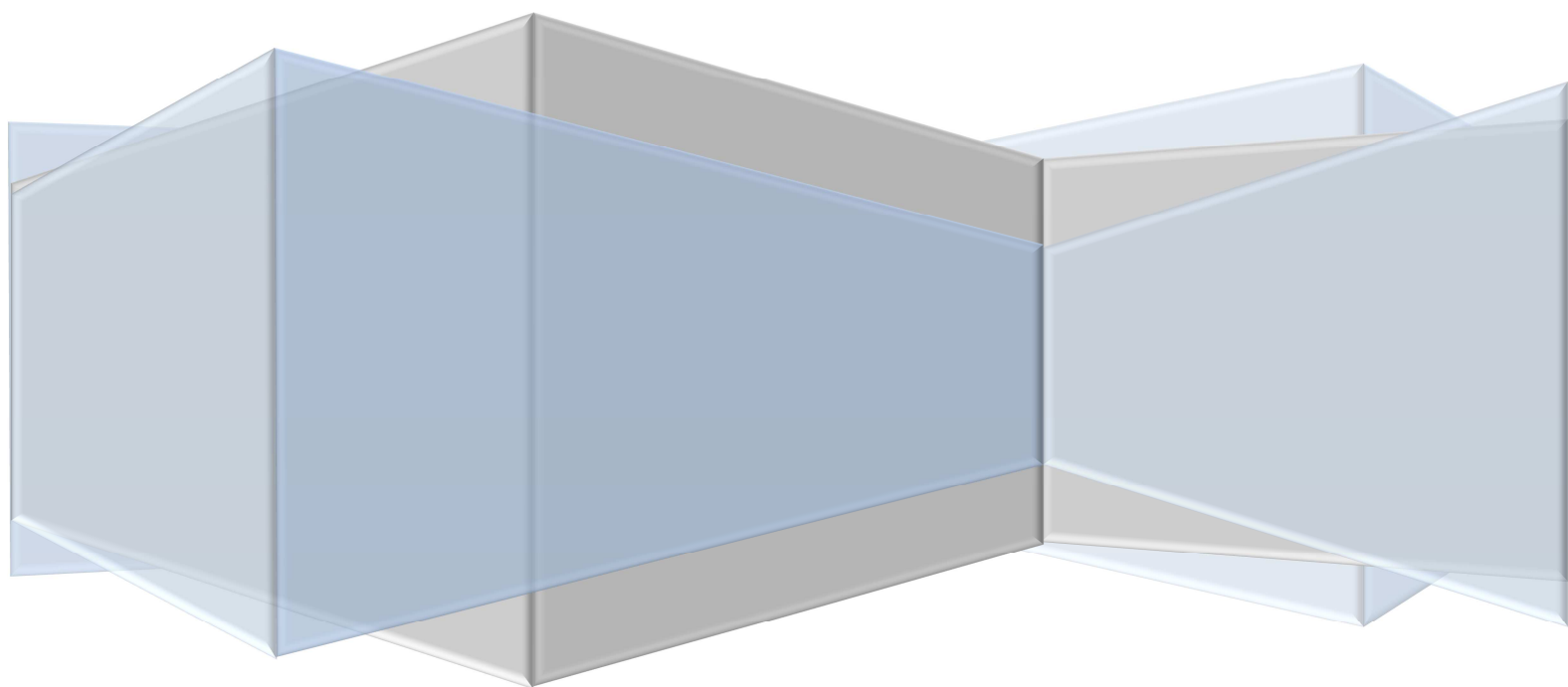
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



RELATÓRIO DO REITOR

Plano e Relatório Anuais das Atividades Académicas da UAL

Ano letivo 2013/2014



ÍNDICE

Introdução	1
1ª PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÉMICAS DA UAL EM 2013/2014	7
1. As atividades pedagógicas, científicas e de investigação.....	9
1.1. Atividade pedagógica e científica.....	9
1.1.1. Cursos conferentes de graus	9
1.1.2. Cursos não conferentes de grau.....	21
1.1.3. O papel do Conselho Científico	23
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	26
1.1.5. A Biblioteca e a Editora (EdiUAL).....	32
1.1.6. O Provedor do Estudante	36
1.2. As atividades de investigação.....	39
1.3. O corpo docente	50
2. Representação da UAL.....	60
3. A internacionalização da UAL	62
4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade	66
5. Avaliação/Acreditação	68
2ª PARTE – PLANO ANUAL: PERSPETIVAS ESTRATÉGICAS E AÇÕES A DESENVOLVER.....	73
1. Perspetivas Estratégicas	75
2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2014/2015	83
2.1. Melhoria do serviço prestado aos alunos.....	83
2.2. Melhoria de desempenho dos departamentos académicos e da oferta formativa	84
2.3. Melhoria de desempenho dos Centros de Investigação	86

2.4. Incremento das parcerias inter-institucionais e da internacionalização	87
Anexo I – Cursos que conferem grau	89
Anexo II – Cursos não conferentes de grau.....	101
Anexo III – Notas sobre o “Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos”	103
Anexo IV – Relatório das atividades da Biblioteca e Editora (EdiUAL).....	107
Anexo V – Centros de Investigação	113
Anexo VI – Lista dos docentes com carga horária atribuída	119
Anexo VII – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações	125
Anexo VIII – Doutoramentos na UAL (2013/2014).....	149
Anexo IX – Representações do Reitor	151
Anexo X – Protocolos, convénios e parcerias.....	155
Anexo XI – GRII – Gabinete de Relações Internacionais Institucionais.....	159
Anexo XII – Gabinete de Inserção Profissional.....	165
Anexo XIII – Avaliações e Acreditações 2013/2014	167

Introdução

O Relatório do Reitor relativo ao ano letivo de 2013/2014 tem características especiais que, na linha do relatório relativo ao ano letivo precedente, devem ser devidamente assinaladas desde já.

Em primeiro lugar, a necessidade de se caracterizar devidamente o papel e as funções do Reitor numa universidade privada, que tem de se distinguir de uma universidade pública, o que não é apercebido pela maioria das pessoas, nem, muitas vezes, pelas próprias instituições do Estado.

Como já referimos no relatório anterior, “a responsabilidade pelo funcionamento global da UAL é “partilhada” entre a Reitoria e a Entidade Instituidora, C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário. Por isso, o Relatório do Reitor não é o relatório global das atividades da UAL, mas uma das “peças” que o constituem, em parceria, designadamente com o Relatório da CEU”.

A “partilha” de responsabilidades impõe uma conjugação de esforços e uma informação permanente entre o Reitor e a Direção da CEU, em conformidade com uma das competências e responsabilidades estatutárias do Reitor, “Assegurar a articulação entre a entidade instituidora, de forma a manter a necessária coordenação entre as atividades desta e a ação da UAL”.

No ano letivo 2013/2014 iniciou o seu mandato uma nova Direção da CEU, com um programa próprio, apresentado à Cooperativa, cuja operacionalização, como tudo o que é novo, exige uma aprendizagem, sobretudo porque não pode romper com o normal funcionamento de uma instituição, que é dinâmico e não sincopado.

Importa desde já salientar que, na sequência do ano anterior, a busca de sintonia entre a Reitoria e a CEU foi preocupação mútua e com resultados assinaláveis, dos quais se espera uma estratégia capaz de garantir a sedimentação e afirmação sustentada da UAL.

Neste contexto, o Relatório do Reitor, sem alienar as vertentes estratégicas da universidade, deve centrar-se sobretudo nos campos que lhe são específicos com o ensino/aprendizagem e a investigação, não esquecendo que a CEU tem restrições orçamentais que devem ter-se permanentemente em conta no desenho dos planos educacional e científico.

Em segundo lugar e em consonância com as responsabilidades funcionais que lhe são estatutariamente atribuídas, o relatório é sobre um ano letivo e não um ano civil, ao contrário, até por imposição legal, do Relatório da CEU e até das informações pedidas pelas entidades públicas à UAL nos campos do ensino e da investigação que, normalmente, são configurados pelo ano civil.

Contudo, o Reitor entende que a unidade relevante para a sua avaliação pedagógica e científica é o ano letivo, pois só ele capta a verdadeira natureza e os resultados do funcionamento dos vários ciclos de estudos, o que obriga a uma reordenação das informações de base, que, por causa das operações de desagregação e agregação que têm de ser utilizadas a partir dessa base, podem originar pequenas distorções entre os números apresentados em diferentes relatórios. Só que esses desvios, a existirem, são pequenos e não põem em causa quaisquer das observações e conclusões extraídas a partir das informações construídas a partir dos dados iniciais fornecidos.

Finalmente, há que referir que o Relatório do Reitor se baseia nos dados fornecidos por todas as pessoas e unidades orgânicas a quem essas informações foram solicitadas, sem que, obviamente, a experiência pessoal e a própria observação do Reitor deixem de nortear o espírito com que o relatório é construído.

O Reitor agradece todas as contribuições dadas, até porque entende que o seu relatório se deve basear na participação de todos os colaboradores da UAL e de todas as informações e opiniões manifestadas em clima de liberdade, pois só assim se terá uma imagem real do funcionamento da universidade, para que as melhorias sejam possíveis. De igual modo se incentiva uma participação ativa e livre, mas obviamente responsável, de todos para que a universidade possa desempenhar cada vez melhor o seu papel.

É neste enquadramento que o Reitor incorpora as informações que lhe são prestadas e delas procura extrair lições para melhor poder intervir, na estrita observância das suas competências, e com uma preocupação de colegialidade universitária e leal conjugação com as competências e objetivos da CEU.

Feito o enquadramento formal do relatório, há que referir o ambiente geral em que se viveu o ano letivo de 2013/2014, para além do facto, já devidamente assinalado, da mudança de Direção da CEU.

Creemos que podemos relevar três características essenciais desse ambiente que, de algum modo, formataram o funcionamento do ano letivo: a necessidade de garantia de permanência da UAL como universidade, a necessidade de renovar o corpo docente e as estruturas de organização dos departamentos e das unidades de investigação e a abertura a parcerias com outras instituições.

A identificação dessas três características não significa que elas sejam radicalmente disjuntas. Bem ao contrário, elas reclamam-se mutuamente para que todas possam ser concretizadas e têm um objetivo último comum: garantir a sustentação da UAL como universidade capaz de atrair, dentro das suas competências e capacidades dinâmicas, cada vez mais alunos e proporcionar-lhes uma formação que os dignifique na sociedade.

A garantia de permanência da UAL como universidade passa pela capacidade de responder às exigências formais de acreditação de, pelo menos, 9 licenciaturas, 6 mestrados e 3 doutoramentos, em diferentes áreas científicas.

Os processos de avaliação e acreditação iniciados em 2011/2012, tiveram maior expressão em 2012/2013 no que toca a visitas das Comissões de Avaliação, mas boa parte das decisões relevantes caíram também no ano letivo de 2013/2014, encontrando-se a universidade perante uma situação de não responder ao último dos requisitos, já que só dois dos doutoramentos foram acreditados. Esta situação, para além da imperiosa necessidade de ser superada, arrastou consigo perturbações de funcionamento nos 3º ciclos já em funcionamento de cursos não acreditados – designadamente Economia e Psicologia que são devidamente salientadas neste relatório.

Na busca desta superação, tornou-se inevitável uma alteração do corpo docente, que impõe sempre decisões dolorosas, com partida de alguns e chegada de outros, algumas vezes motivadas por critérios formais e não necessariamente pedagógicos, mas que têm de ser respeitados para procurar a tal garantia de acreditação referida.

Sabendo, também, os riscos que estas transformações sempre arrastam consigo, como se evidenciará no relatório, há que reconhecer que o ano letivo ficou marcado por esta necessidade.

Finalmente, e na mesma linha de preocupações, ganhou-se consciência de que as exigências impostas são dificilmente compagináveis com a dimensão da UAL e, em geral, de muitas instituições de ensino superior em Portugal. Por outro lado, a necessidade de aumentar o nível e a qualidade da investigação bem como a sua visibilidade impõem o aprofundamento de relações com instituições estrangeiras, quer universidades, quer organizações supra-nacionais de cariz universitário.

Essa procura, com algum sucesso, mas ainda, em nosso entender, limitada, balizou também o funcionamento do ano letivo de 2013/2014.

A sintética apresentação destas características que, de algum modo, enformaram o funcionamento do ano letivo de 2013/2014 mostra bem a complexidade dos desafios que a UAL defrontou, numa perspetiva de transição que é sempre difícil e de elevado risco.

É neste quadro e tendo em atenção as competências e obrigações estatutárias do Reitor que o relatório é elaborado, subdividido em duas partes: a primeira, correspondendo basicamente à descrição e avaliação das atividades académicas em 2013/2014. É constituído por cinco capítulos, muito diferenciados em dimensão e profundidade de análise; mas correspondendo às responsabilidades essenciais do Reitor. A 2ª parte incorpora a visão estratégica que enforma o plano anual, complementada pelas medidas operacionais decididas pela C.E.U., última responsável pela sua concretização.

Assim, na 1ª Parte o Capítulo 1, de maior dimensão e diferenciação, descreve o essencial das atividades pedagógicas, científicas e de investigação que ocorreram no

ano letivo de 2013/2014, separando justificadamente as atividades pedagógica e científica das atividades de investigação e isolando, também, a descrição e avaliação das características e performance do corpo docente.

Nas primeiras, para além da avaliação separada dos cursos conferentes de grau dos não conferentes de grau, salienta os papéis dos Conselhos Científico e Pedagógico no funcionamento do ano letivo, e na prossecução dos objetivos traçados, bem como a importância da Biblioteca e da Editora da UAL e do Provedor do Estudante.

O Capítulo 2 é dedicado a uma breve descrição e análise da função do Reitor no seu papel de representação da UAL, enquanto o Capítulo 3 apresenta os diversos passos dados pela UAL no sentido de intensificar e melhorar a qualidade da sua internacionalização.

Relativamente ao ano anterior, o relatório apresenta no Capítulo 4 o tema da “inserção dos alunos da UAL na sociedade”, não só como resposta inalienável aos requisitos que a sociedade cada vez mais exige de uma universidade, mas também como resposta às exigências de acompanhamento dos próprios alunos.

O Capítulo 5 incorpora a abordagem de um ponto essencial para afirmação e acreditação da universidade, dando conta dos sucessos, dos insucessos e consequentes desafios que há que superar.

A 2ª Parte é constituída por uma perspetiva estratégica para o ano letivo imediato, tendo por base as avaliações e desafios que o ano letivo 2012/2013 deixou em aberto. Essa linhas gerais são depois, em boa parte, e em conjugação com as responsabilidades da C.E.U., vertidas em ações a desenvolver, que também se apresentam.

**1ª PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÉMICAS DA UAL EM
2013/2014**

1. As atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Este título, como se refere no relatório relativo ao passado ano letivo, resulta diretamente de uma explícita responsabilidade estatutária do Reitor.

No entanto, e de acordo com as funções que se pretende que a universidade desempenhe, estas atividades não cobrem todo o leque de ações que é pedido a uma universidade que se deve inserir na vida da cidade, da região, do país e do mundo em que vive.

Por isso mesmo se acrescentará a este capítulo um novo capítulo (o número 3) que abordará o relevante ponto da inserção da universidade no meio em que vive e, em particular, as suas contribuições para esse meio exterior.

Se essa divisão é perceptível (embora, a nosso ver, não haja uma fronteira rígida entre essas atividades e as que estão em epígrafe neste capítulo, como mais adiante procuraremos evidenciar), a separação das atividades em pedagógicas, científicas e de investigação tem conotações que nem sempre permitem uma fácil e sensata separação, dependendo muito do ciclo de estudos que está em consideração.

A evolução da UAL e as exigências específicas postas ao que habitualmente se designa por atividades de investigação legitimam que, neste relatório, separemos as atividades pedagógicas e científicas das de investigação e, dentro das primeiras, as que concedem graus académicos das que não concedem graus académicos.

1.1. Atividade pedagógica e científica

1.1.1. Cursos conferentes de graus

No Anexo 1 apresentam-se, pormenorizadamente, as informações que permitem uma caracterização dos diversos cursos dos 1º, 2º e 3º ciclos que foram ministrados na UAL no ano letivo de 2013/2014.

Para um melhor seguimento dessas informações reproduzem-se desde já os títulos dos quadros que constam do referido anexo e que dão uma ideia das características em avaliação:

Quadro I – Distribuição dos alunos por anos curriculares (com separação dos 3 ciclos)

Quadro II – Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (com separação dos 3 ciclos)

Quadro III – Distribuição dos alunos por faixas etárias (com separação dos 3 ciclos)

Quadro IV – Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos

Quadro V – Eficiência formativa dos diplomados dos três ciclos, distribuídos pelas respetivas classificações

Quadro VI – Índice de procura por novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado integrado

Quadro VII – Alunos matriculados pela primeira vez em resultado dos diversos concursos/regimes

Quadro VIII – Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos

Quadro IX- Alunos inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos

Quadro X – Distribuição dos alunos por país de nacionalidade

Esta síntese de descrição do conteúdo desse anexo reflete as várias vertentes em avaliação da estrutura e características e “performance” dos cursos da UAL durante o ano letivo de 2013/2014.

1.1.1.1. Caracterização demográfica dos alunos por ciclo de estudos

O Quadro I do Anexo I evidencia não só a distribuição dos alunos por cada um dos 3 ciclos e, dentro deles, por cada curso, mas também a sua distribuição por anos letivos.

Esse quadro é complementado pelo Quadro II em que, com a mesma estrutura de apresentação se evidencia a distribuição dos alunos por género.

A primeira nota a salientar é o número total de estudantes nos três ciclos que totaliza 2058, um número ligeiramente inferior em cerca de 3% ao do ano letivo anterior,

sendo que a queda maior e única verdadeiramente significativa de verifica no 3º ano do 1º ciclo (aqui incluindo o Mestrado Integrado de Arquitetura) com uma queda de quase 25%, ainda por cima uma queda generalizada por todos os cursos. De facto, a queda desse valor é bem superior à diferença total dos alunos entre os anos letivos em comparação. Isso dever-se-á, muito provavelmente, à diminuição do número de entradas nos anos anteriores que se reflete agora no final do ciclo.

É, entretanto, de salientar, que os 2º e 3º ciclos, em particular os 2ºs ciclos, tiveram um aumento significativo em percentagem, embora o seu número absoluto não tenha, como é normal, o peso do 1º ciclo.

É, no entanto, interessante, comparar a evolução da estrutura da frequência por ciclos. No ano anterior, 87,7% dos alunos frequentavam o 1º ciclo (de novo, aqui incluindo o Mestrado Integrado de Arquitetura, como acontecerá em todos os dados e comparações que se fazem neste relatório), 10% o 2º ciclo e 2,3% o 3º ciclo.

No ano letivo de 2013/2014, essa estrutura passou a ser de 83,0% para o 1º ciclo, 14,4% pra o 2º ciclo e 2,6% para o 3º ciclo. Esta mudança de estrutura apenas num ano reflete bem os efeitos atrás assinalados.

É claro que a avaliação desta estrutura, em particular no que se refere ao 2º ciclo e, em especial, ao 3º ciclo, reflete as condições de transição que a Universidade Autónoma de Lisboa defronta que serão mais adiante evidenciadas.

Um dado muito singular, que o Quadro II evidencia, é o quase total equilíbrio de frequência de alunos entre géneros, com uma diferença total de apenas 4 alunos, sendo que, sem serem muito significativas as diferenças entre os ciclos, há uma ligeira predominância feminina nos 2º e 3º ciclos e masculina no 1º ciclo.

No que toca à distribuição por cursos do 1º ciclo, continua a assistir-se ao peso significativo do Curso de Direito que contribui com 35,7% dos alunos. Se a ele adicionarmos o Curso de Gestão que contribui com 18,1% dos alunos, verificamos que, no conjunto, representam mais de metade (53,8%) dos anos alunos do 1º ciclo da UAL, o que continua a evidenciar, embora com um peso ligeiramente menor que no ano

letivo anterior, o peso que estas duas áreas têm na UAL, o que impõe, naturalmente, uma atenção específica.

De qualquer modo, as outras áreas vão-se desenvolvendo e correspondem já a quase metade dos alunos do 1º ciclo, com grande equilíbrio entre Ciências da Comunicação, Arquitetura e Engenharia Informática e, ainda que com um peso ligeiramente menor, Psicologia.

De notar, contudo, que o referido equilíbrio entre os 3 cursos tem associadas tendências diferentes, com o Curso de Ciências da Comunicação em clara subida, em contraste com o de Engenharia Informática e de Arquitetura que sofreram descidas, também elas fundamentalmente centradas nos anos terminais. Dada a relevância estratégica destas duas áreas no futuro desenvolvimento da UAL, também aqui se imporá uma atenção particular a esta evolução.

Os cursos de Relações Internacionais, de Economia e de História, apesar do número de alunos relativamente diminuto, merecem uma especial referência pela sua importância específica dentro da UAL.

Assim, o Curso de Relações Internacionais tem grande visibilidade externa, é também uma área agregadora de vários saberes e tem um peso significativo na investigação (como se verá noutro ponto) que legitimam uma referência especial.

A importância da História e da Economia resulta da imprescindibilidade da sua presença na transversalidade de muitos cursos, como formação base não específica., sendo de salientar, do lado a História, a presença fundamental para a UAL dos três ciclos – única universidade privada com essa característica – e, do lado da Economia, uma recuperação assinalável do curso que esteve quase descontinuado.

Os cursos de Informática de Gestão e de Administração e Gestão Desportiva vão-se justificando por serem ancilares e beneficiarem de efeitos sinérgicos de outros cursos de maior volume, devendo ser acompanhados em permanência para ajuizar da relevância da sua existência.

Já o Curso de Gestão e Administração Pública que também poderia aproveitar eventuais efeitos sinérgicos da área global da Gestão, tem declinado a tal ponto que a sua descontinuidade será inevitável.

Em sentido contrário, o Curso de Administração de Unidades de Saúde, que não tem sido aberto, parece poder aproveitar essas sinergias e ter uma procura futura que poderá justificar o lançamento no próximo ano letivo.

No que toca à distribuição por géneros é clara a presença massificada do género feminino em Ciências da Comunicação e Psicologia, com o género masculino prevalecendo sobretudo em Engenharia Informática e Arquitetura.

No que toca ao 2º ciclo, o panorama por presença de áreas de estudo relevantes não é muito diferente (há que ter em conta, entretanto, que o Mestrado em Arquitetura, por ser integrado, está contemplado na comparação precedente), com Direito (41,9%) e Gestão de Empresas (27,7% a terem uma fatia ainda mais relevante que no 1º ciclo (em conjunto somam quase 70% do total de alunos do 2º ciclo).

Os outros mestrados, com exceção de Psicologia que representa uns significativos 18,6%, têm um número muito reduzido de alunos, sendo que o de Economia das Organizações e Competitividade não foi ministrado.

Este facto é preocupante e tem de ser avaliado no contexto da evolução futura da UAL, bem como das condições de acreditação existentes, o que será feito noutro capítulo específico.

O mesmo se aplica, aliás, ao 3º ciclo, de presença muito reduzida na UAL e que, pela sua especificidade, terá nesse capítulo um tratamento mais aprofundado, retomando-se, aí, com mais sentido, a interpretação dos dados relativos a este ciclo presentes nos Quadros I e II do Anexo I.

O Quadro III do Anexo I dá-nos uma rápida e importante panorâmica da composição etária dos alunos da UAL, em particular no que toca aos alunos do 1º ciclo. A leitura desses valores é uma indicação preciosa para uma melhor apreensão das características e da situação do aluno, que deverão ser ligadas quer ao nível das entradas, quer da eficiência formativa da UAL.

Se atendermos a que o total de alunos com idade inferior a 24 anos representa apenas 36,4% do total de alunos do 1º ciclo (isto é, pouco mais de um terço) e que, em situação normal de frequência dos diversos níveis de ensino, com essa idade, mesmo reprovando um ano ou outro, os alunos teriam terminado o 1º ciclo, temos aqui um retrato desafiador das condições em que a lecionação dos 1ºs ciclos tem de ser levada a cabo. Se a isso associarmos o facto de que dos 422 alunos novos que entraram para o primeiro ano, apenas 151, isto é, 35,7% (de novo, pouco mais de um terço) têm menos de 20 anos, teremos um quadro claro que atesta um padrão de frequência significativamente diferente do que será o típico de um estabelecimento de ensino superior com acesso e frequência “normais” (entendido no sentido estatístico do termo).

Ainda neste contexto importa salientar os dados do Quadro X do Anexo I relativos à presença de alunos estrangeiros na UAL.

Sem embargo de o tema voltar a ser abordado no capítulo relativo à Internacionalização da UAL, importa relevar que cerca de um quarto dos alunos não tem nacionalidade portuguesa, sendo essa percentagem ligeiramente maior (cerca de 30%) nos mestrados e nos doutoramentos.

Há que ter, no entanto, em conta que, apesar de frequentarem a Universidade Autónoma de Lisboa alunos procedentes de 26 países diferentes, a grande maioria concentra-se nos Países de Língua Oficial Portuguesa (92,8%) e, dentro destes, a grande maioria vem de Angola (dois terços do total de alunos estrangeiros) e o Brasil a representar ainda um contingente muito significativo, com expressão particular nos 3 ciclos.

A existência de um curso pós-laboral, embora em queda relativa face ao ensino diurno, é também responsável por estas características etárias, além de, como é bem sabido, terem os alunos características pessoais e condições de estudo/aprendizagem algo diferenciadas.

1.1.1.2. A eficiência formativa na UAL

Feita esta caracterização importa, agora, avaliar a eficiência do processo ensino/aprendizagem que, naturalmente, não pode deixar de ter este quadro de referência como pano de fundo.

Para isso, usaremos as informações constantes dos Quadros IV a IX, com os Quadros IV e V a caracterizarem qualitativamente e quantitativamente essa “performance” e os quadros seguintes a serem um suporte informativo para interpretação e avaliação mais fundamentada dos resultados.

Assim, o Quadro IV que relaciona, para os alunos diplomados do 1º ciclo que terminaram o seu curso neste ano letivo, o número de anos para concluir o curso com o número de anos normal (aqui entendido como sem perda de qualquer ano) para conclusão do seu curso, mostra que 2105 dos 360 diplomados, terminaram os seus cursos no período normal. Temos de concluir que, se em valor absoluto, o resultado não é dos mais desejáveis (embora não possa concluir nada em termos comparativos com outras universidades, porque esse cotejo não foi feito), ele é, pelo menos, muito razoável atendendo ao quadro de referência atrás descrito.

Além disso, se aos 205 acrescentarmos os que se “atrasaram” apenas um ano (o que nas universidades portuguesas não é invulgar, muito menos em “populações” como o quadro de referência formulado) temos que 74,4% (quase três quartos dos alunos) concluíram o seu curso em calendário aceitável.

É claro que a universidade não pode descansar face ao que se passa com cerca de um quarto dos seus alunos, sem abdicar dos seus padrões de exigência, inalienáveis, para “melhorar” estatísticas de eficiência. Contudo, os resultados atingidos são, em princípio, de molde a que a UAL tenha um sentimento de ter conseguido uma “performance” no mínimo aceitável.

É evidente que falta uma vertente de análise que pode, em primeira leitura, mas não única nem, porventura, mais relevante face ao futuro, ser dada pelo estudo das classificações finais do curso obtidas.

Dentro dos mesmos parâmetros de comparação a medida de eficiência relativa aos Mestrados e Doutoramentos é manifestamente baixa (da ordem de 21%, passando a cerca de 55% nos Mestrados, se adicionarmos um ano ao chamado tempo normal e cerca de 17% se fizermos o mesmo em relação aos Doutoramentos).

Esta verificação evidencia bem as diferenças entre os 2º e 3º ciclos, designadamente quanto a natureza da sua estrutura. É que, a base de um curso do 2º ciclo é o curso e o respetivo currículo das cadeiras, complementado por uma dissertação ou até relatórios de estágio.

Ao contrário, no 3º ciclo a base do curso é a construção de uma tese original, podendo, com peso muito menos significativo, existir seminários ou cursos de apoio.

A própria existência do Mestrado Integrado revela bem a maior proximidade entre o 1º e o 2º ciclos e a relativa diferenciação do 3º ciclo. Por essa razão, trataremos este mais profundamente em capítulo específico, como já se referiu.

O Quadro V permite-nos, então, evidenciar a outra vertente da análise, baseada, fundamentalmente, nas classificações finais dos vários cursos dos vários ciclos, obtidas pelos alunos da UAL.

A primeira nota, relativa ao 1º ciclo, evidencia uma produção de diplomados cuja estrutura não é, naturalmente, muito diferenciada da atual estrutura dos alunos da UAL com base nos cursos existentes, com ligeiras distorções, designadamente em Engenharia Informática e Arquitetura, como consequência da evolução histórica da frequência desses cursos.

Ao contrário do que foi feito no ponto anterior, entende-se que, neste campo das classificações finais, se deve agrupar o Mestrado Integrado com os Mestrados, por razões de homogeneidade.

A classificação média ponderada do conjunto das licenciaturas foi de 12,6 valores, com a moda em 12 valores, sendo esta classificação obtida por cerca de um terço do total dos alunos (32,2%).

De notar que 56,4% obtiveram uma classificação final igual ou inferior a 12 valores (a mediana foi, também, de 12 valores), enquanto 16,9% obtiveram classificações de 14 e

15 valores e apenas 2,2% (8 alunos) obtiveram classificações de 16 e 17 valores, sendo esta a classificação máxima obtida (apenas 2 alunos).

Estas classificações são elucidativas, a um tempo, do grau de exigência do ensino da UAL, mas também do nível mediano obtido pela maioria dos licenciados, o que, dadas as condições de partida, de novo configura uma “performance” coerente e aceitável, o que não significa, obviamente, que esta seja a meta desejada pela UAL.

A leitura por cursos revela, no entanto, algumas diferenças que não podem deixar de ser assinaladas.

Continuando a usar as medidas estatísticas de localização, que só fazem sentido para os cursos só com número minimamente significativo de alunos, verificamos que a maior média é obtida no Curso de Psicologia (13,7), com uma moda de 13 (e idêntica mediana), seguida de Engenharia Informática, com uma média de 13,1 (moda e mediana de 13). O curso de Ciências da Comunicação apresenta uma média de 12,8 com uma moda de 12 e uma mediana de 13, com o de Gestão a apresentar a média de 12,6, com uma moda de 11 e uma mediana de 12.

O curso com menor média é o de Direito, apenas com 11,8, com uma moda de 11 (embora não claramente diferenciada da frequência relativa do 12) e uma mediana de 12.

Os cursos com menor número de alunos têm classificações que não fogem significativamente dos padrões descritos.

Embora as diferenças não sejam flagrantes, nota-se uma deslocação relativa para a zona de classificações mais elevadas em Psicologia, com classificações não inferiores a 12 valores e com dois com 16 ou mais valores, numa amostra de diplomados de apenas 18 alunos.

Em contrapartida, o curso de Direito, com um número significativo de diplomados (145) tem uma classificação máxima de 15 (e com apenas 7 alunos com nota igual ou superior a 14 valores) e muitas classificações inferiores a 12 valores.

É óbvio que há diferenças claras de características dos alunos e do seu nível e condições de entrada e até de frequência entre os diversos cursos que não permitem, sem um

estudo mais aprofundado, tirar quaisquer conclusões legítimas sobre a homogeneidade de critérios de exigência aos diversos cursos de licenciatura.

No que diz respeito ao 2º ciclo (incluindo o Mestrado Integrado de Arquitetura) é de salientar que a UAL “produziu”, no ano letivo de 2013/2014, 118 mestres distribuídos, com grande heterogeneidade é certo, por 9 cursos do 2º ciclo.

Praticamente metade desses mestrados foi concluída na área do Direito (58), seguido de Gestão de Empresas (21), Psicologia (15) e Arquitetura (13).

No cotejo com o que se passa com os 1ºs ciclos, ressalta evidente a ausência de um número significativo de mestres na área da Engenharia Informática, uma lacuna que, obviamente, a UAL tem de combater com prioridade.

A média final ponderada do conjunto dos mestrados foi de 15,2 valores, com a moda de 16 valores e a mediana entre 15 e 16, pois, curiosamente, o número de classificações iguais ou inferiores a 15 iguala, exatamente, o número de classificações superiores a 15.

De salientar que 10, 1% das classificações são iguais ou inferiores a 12, enquanto 17,8% das classificações são iguais ou superiores a 18 valores, sendo 19 a classificação máxima obtida.

Como era de esperar, estas classificações são claramente superiores às verificadas no 1º ciclo, não sendo ainda claro que uma parte dessa diferença (já que outra, a principal, se espera que seja resultado da natural maior maturidade dos alunos) não resulte de uma inércia “psicológica” que não adotou ainda integralmente a “escala de Bolonha” cuja classificação vai de zero a vinte valores.

Residirá talvez aqui, a par da natureza ainda mais diferenciada entre os diversos mestrados, uma maior heterogeneidade de classificações entre os mestrados com maior número de alunos. Assim, a média mais elevada é claramente a do Mestrado Integrado de Arquitetura (17,0), com a moda e a mediana nos 18 valores.

Aliás, é neste mestrado que se obtêm as 3 classificações de 19 valores e ainda um terço das classificações de 18 valores obtidas no conjunto dos mestrados.

É provável, contudo, que isto se deva à lógica do próprio mestrado integrado e do nível atingido pelos alunos (como vários prémios por eles obtidos podem indiciar), evidenciando, aliás, as classificações, diferenças significativas entre os alunos. No mesmo sentido, as classificações obtidas no que é designado por “Estudos de Arquitetura” (os 3 primeiros anos do Mestrado Integrado) parecem evidenciar que é no Mestrado, ou seja, nos 4º e 5º anos que a diferenciação ocorre mais claramente.

Os mestrados de Gestão e de Psicologia têm médias semelhantes (15,6 e 15,5, respetivamente), sendo o mestrado de Direito o que apresenta, claramente, uma menor média, 14,7, embora com uma moda de 16 valores e uma mediana de 15. A dispersão das classificações em Direito (de 10 a 18) parece revelar um entendimento mais apropriado da “escala de Bolonha”.

Como já se referiu, o 3º ciclo terá uma avaliação mais aprofundada noutra capítulo, aqui bastando assinalar que 12 alunos se doutoraram na UAL durante o ano letivo de 2013/2014, sendo 8 em Economia, 3 em Direito e 1 em Psicologia. A média dos 12 doutoramentos foi de 15,6, a classificação mínima de 10 valores é a máxima de 18, com a moda e a mediana de 16, valores estes que serão analisados no contexto do capítulo já referido.

Os resultados aqui descritos, em particular os relativos aos primeiros ciclos, têm, como já se disse de ser cotejados com as condições de entrada dos alunos que se descrevem nos Quadros VI a VIII.

Os Quadros VI a VIII dão indicações significativas sobre as condições básicas que, de algum modo, condicionam as “performances” a obter no processo ensino/aprendizagem.

O Quadro VII, contém os dados relativos aos índices de procura de novos candidatos, mostra que o número de candidatos à entrada foi inferior ao número de vagas abertas, embora a diferença seja diminuta, o que, de algum modo, delimita o espaço de escolha sobre as condições de partida. Contudo, se isso é uma condicionante de uma “performance” de qualidade superior é, por outro lado, uma abertura aos relativamente menos qualificados poderem elevar o seu nível que, de outro modo, lhes poderia estar vedado. Essa é uma das características da Universidade Autónoma de

Lisboa que, não transigindo na exigência do seu ensino, pode contribuir para uma maior homogeneização social, como importa a um sistema que se diz democrático.

As classificações mínimas de entrada e as médias de entrada dão uma noção clara da qualidade dos alunos que têm de fazer apelo a um ensino de recuperação de qualidade, que terá de ser a imagem de marca da UAL nesta fase da sua evolução. Por outro lado, o facto de mais de 20% dos inscritos entre os novos candidatos entrarem para anos mais adiantados, eleva, naturalmente, a média das idades dos alunos da UAL.

Aliás, o Quadro VII mostra bem que um volume não despidendo de reingressos e de transferências tem idêntica contribuição para a caracterização etária da população e, possivelmente, também para o nível de qualidade de base dos novos alunos, o que, aliás, só pode, e deve, ser avaliado através de um estudo específico dos motivos da transferência e do currículo dos transferidos.

Finalmente, e ainda neste campo, não é demais salientar o volume de matriculados entre os “maiores de 23 anos” (ver Quadro VII do Anexo I) que, embora em número menor que em anos transatos, ainda tem expressão significativa, contribuindo, naturalmente, para a elevação da média das idades dos alunos e, também, atendo às classificações obtidas nas provas de acesso efetuadas, um nível qualitativo relativamente baixo, confirmando o desafio pedagógico que a UAL tem de defrontar.

Uma nota final para o Quadro IX do Anexo I que evidencia a presença de alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos, um programa que serve como processo de atração para a UAL para alunos que não completaram integralmente ciclos precedentes, sendo de realçar que, no 1º ciclo, Gestão supera Direito e Engenharia Informática aparece com uma posição de relevo. Estes números, significativos, são também um sinal inequívoco do nível qualitativo dos alunos, mas também, e não menos relevantemente, uma evidência clara de preocupação sistemática da UAL pela recuperação dos seus potenciais alunos.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

A abertura da Universidade Autónoma de Lisboa às necessidades e exigências da sociedade em que se insere, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de responder à procura da formação contínua e especializada, obriga a uma atenção especial à criação de uma oferta nesta área.

Do ponto de vista institucional e de organização, esta área tem sofrido, em anos recentes, algumas alterações que nem sempre têm sido consistentes e, sobretudo, não parecem integrar-se numa visão estratégica deste tipo de cursos.

No ano letivo em causa assistiu-se à alteração da designação da entidade que corporizava a maioria dos cursos deste tipo, a “Autónoma Business School”, que combinava, basicamente, MBAs com outros tipos de cursos com ligações menos diretas à Gestão, criando-se antes o que se designa, atualmente, por Autónoma Academy.

Esta mudança não pretendeu ser meramente semântica, mas procurou antes configurar a globalidade e a transversalidade dos cursos a realizar que não teriam de se centrar com prioridade em Gestão – e a anterior designação era uma reprodução “mutatis mutandis” de outras escolas de pós-graduação em Gestão de grande inserção e prestígio na sociedade portuguesa, o que não lhe traria qualquer singularidade ou evidência, tendo até em atenção que existiam outros cursos dados diretamente por outros Departamentos – designadamente na área de Direito.

Como já referi no relatório relativo ao ano letivo anterior, haveria que definir uma estratégia integrada, que tivesse em atenção dois princípios de desenvolvimento de base: a sua atenção ao modo como a sociedade, o mundo empregador e os próprios indivíduos em busca da sua valorização profissional olham para estes cursos, designadamente, na vertente da sua utilidade profissional, por um lado e, por outro, o modo como podem servir de ligação e até de “balão de ensaio” para futuros cursos conferentes de grau, designadamente de segundo ciclo (Mestrados).

A conjugação destes dois princípios, no contexto de Bolonha, impõe uma cuidadosa abordagem já que, podendo não haver uma fronteira rígida ao desenho dos cursos que

traduzem cada um destes princípios, há que ser muito cauteloso quanto à validação das unidades curriculares, designadamente no que toca à atribuição de ECTS, de modo a garantir a qualidade dos diplomas.

Para concretizar esta abordagem, há que criar um conjunto de orientações, ou mesmo um regulamento interno que dê enquadramento a estas preocupações, designadamente, mas definições dos diversos tipos de cursos, as condições de admissão e as condições de atribuição de crédito ECTS.

No Anexo II apresenta-se o mapa de MBA e pós-graduações realizadas durante o ano letivo 2013/2014, com três MBA, todos na área da Gestão (Gestão de Negócios, Gestão e Economia da Saúde e Contabilidade e Fiscalidade), estando os dois últimos ainda a decorrer, tendo o primeiro sido concluído por 6 dos 9 inscritos (taxa de 33,3% de desistências) com uma média final de 16 valores.

Nos outros dois cursos inscreveram-se 27 alunos, tendo já 9 desistido.

Realizaram-se 9 cursos de pós-graduação (6 na área do Direito, 2 em Gestão e Direção da Segurança e um em Tradução) tendo-se concluído todos exceto um – o de Preparação para o CEJ – Vertente Administrativa e Tributária – ainda a decorrer.

No conjunto das pós-graduações há que salientar diferenças não negligenciáveis entre o número de inscrições e o número de conclusões.

O total de inscrições foi de 179 (dos cursos já concluídos) a que acrescem 8 dos cursos ainda a decorrer. Concluíram os cursos 125 alunos (cerca de 69,8% dos alunos que neles se inscreveram).

Este valor, que evidencia, uma vez mais, uma tendência para a desistência de cerca de um terço dos inscritos, é no entanto enganador, pois há diferenças significativas entre os diversos cursos.

De facto, os cursos de pós-graduação em Direção e Gestão da Segurança têm um comportamento diferenciado dos outros, apresentando uma taxa de conclusão muito mais elevada (93% dos alunos), o que evidencia uma muito maior falta de conclusões no conjunto dos outros cursos. Se retirarmos os Cursos de Gestão da Segurança, a taxa de conclusão passa a ser 59%, ou seja, pouco mais de metade dos alunos inscritos, com

evidência para a Pós-Graduação em Proteção de Dados Pessoais e Direito à Privacidade com uma taxa de conclusão de apenas 30%.

As médias oscilam entre os 13 valores – Pós-Graduação em Direito Fiscal e Curso de Preparação para o CEJ – Versão Forense e os 16 valores (Tradução, Direito Notarial e 4ª edição de Gestão e Direção da Segurança). Não foi possível avaliar em profundidade os tipos de exigências de avaliação que conduziram a estes resultados, o que torna ainda mais premente a existência de processos regulamentares que dêem plena segurança sobre a qualidade dos diplomas que se outorgam.

Também parece claro que quer o número, quer o âmbito destes cursos estão muito longe do desejável, impondo-se um repensar de toda a Autónoma Academy, sem esquecer a necessidade de um estudo atento sobre as razões de tão grande número de desistências.

É necessário uma constante atenção aos alunos, que passa por um acompanhamento próximo e o conhecimento das razões destas desistências e a tentativa imediata da sua mitigação e, a prazo, da superação das razões para tais existências – no limite a suspensão do curso por não estar a corresponder às expetativas geradas – um elemento fundamental de gestão da Autónoma Academy.

1.1.3. O papel do Conselho Científico

No início do ano letivo 2013/2014 o Conselho Científico foi constituído através de nova eleição, sendo o seu Presidente de novo o Prof. Doutor José Subtil.

Antes de mais, quero agradecer ao Prof. Doutor José Subtil, para além do trabalho exercido no anterior triénio e que já relevei em relatório precedente, o ter mantido em funcionamento extraordinário o Conselho Científico que assegurou a normalidade de funcionamento da UAL, sem soluções de continuidade, apesar do seu mandato ter terminado em maio de 2013.

O novo Conselho Científico, com um mandato para um triénio, realizou durante o ano letivo de 2013/2014, 12 reuniões plenárias, a primeira das quais em outubro, com a

presença dos novos eleitos, sendo de salientar que a taxa de assiduidade foi de 84%, um número que evidencia uma significativa participação que dignifica o Conselho.

Dada a natureza do Conselho Científico, já claramente definida no relatório anterior, não há nele uma representação orgânica específica, com exceção da separação entre as áreas de ensino e de investigação no que toca ao processo eleitoral. Em qualquer caso, e em particular no que toca à área de ensino, os membros do Conselho Científico estão aí a título individual, pois foram eleitos individualmente em lista aberta, não representando formalmente os interesses dos departamentos a que pertencem.

Isso significa que o Conselho Científico se pronuncia sobre todos os temas da sua competência, integrando as opiniões individuais dos seus membros, independentemente da área de estudos ou de investigação em agenda.

Esta transversalidade e multidisciplinaridade que saúdo fortemente e que dá verdadeiro sentido ao conceito de Universidade não pode, contudo, ignorar as diferenciações existentes nos cursos e a necessidade de assegurar a todos os conselheiros uma informação adequada sobre cada tema em análise ou perspectiva de decisão.

Neste contexto, tendo-se verificado que nem todas as áreas tinham representantes no Conselho, foi, em boa hora, tomada a decisão de ter como convidados permanentes os Diretores de Departamento que não têm membros no Conselho, garantindo assim a possibilidade de haver informação qualificada em todas as áreas.

Esta preocupação de uma melhor informação repassou todas as reuniões do Conselho Científico que, para além destes convidados permanentes, convidou vários docentes em várias situações para tratar de assuntos específicos, nos quais a sua competência era reconhecida e a sua informação imprescindível.

Neste particular, o Reitor quer relevar o convite aos orientadores de teses de doutoramento cuja nomeação do júri estava em apreciação no Conselho, para darem informações mais específicas sobre o conteúdo da tese e as razões por que consideravam ela estar em condições de ser apresentada a provas públicas. Esta decisão procura, de algum modo, prevenir situações embaraçosas, designadamente

ligadas a falta de qualidade de teses, que as vicissitudes por que passaram (e passam ainda) os cursos de doutoramento que não foram acreditados, têm manifestado e que é mister ultrapassar.

Para além das competências normais e continuadas de nomeações de júris de mestrado, de doutoramento, de progressão na carreira e de reconhecimento de especialistas, bem como aprovação de planos de curso e de distribuição de serviço docente, o Conselho Científico aprovou vários regulamentos de importância fundamental para o normal funcionamento da UAL, designadamente o Regulamento do Concurso Especial de Acesso e Ingresso do Estudante Internacional a Ciclos de Estudos da Licenciatura e Mestrado Integrado da UAL, o Regulamento do Regime de Mudança de Cursos, Transferências e Reingressos e o Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos.

Tendo a Universidade Autónoma de Lisboa procurado, em várias áreas, estabelecer acordos com outros parceiros para realização de atividades em comum, particularmente cursos do 3º ciclo, o Conselho Científico pronunciou-se sobre eles, aprovando a sua realização, tendo o seu Presidente uma participação particularmente empenhada na concretização de alguns desses cursos.

A atenção do Conselho Científico à necessidade de melhoria da qualidade dos seus cursos, em particular dos doutoramentos, manifestou-se pela realização de uma reunião com os coordenadores de curso sobre Tutoria de Orientações, a cargo do Reitor, e de um *workshop* sobre requisitos legais e padrões de qualidade (cursos conferente de grau), sob a responsabilidade do seu Presidente.

De salientar, ainda, na perspetiva de cimentar a unidade de todas as áreas da UAL, a realização de uma das sessões do Conselho Científico nas novas instalações do Departamento de Arquitetura, em Campo de Ourique.

A atenção aos acontecimentos nacionais relevantes traduziu-se na promoção de um debate com os candidatos ao Parlamento Europeu, que teve uma notável adesão da parte dos partidos.

Finalmente, o Reitor não pode deixar de salientar a colaboração inestimável e permanente que teve do Conselho Científico e, em particular, do seu Presidente, tendo estado presente em 7 das 12 reuniões do Conselho e em todas as atividades por ele promovidas.

O papel do Conselho Científico é crucial para o bom funcionamento da Universidade, tanto mais quanto os seus membros nele se empenharem aberta e ativamente, sem esquecer a necessidade de garantir o regular e bom funcionamento das diversas Comissões Científicas dos Departamentos, de cuja qualidade muito dependerá também o bom funcionamento do Conselho Científico.

Finalmente, já se havia salientado, no anterior relatório, a vantagem de ter membros exteriores à UAL no Conselho Científico, em conformidade, aliás, com os seus estatutos.

O Conselho discutiu o problema mas houve dificuldade de conseguir consenso sobre as pessoas a convidar. É, naturalmente, um problema a rever.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

Como foi assinalado no último relatório, também o Conselho Pedagógico, em vertentes diferenciadas mas conjugadas com as competências específicas do Conselho Científico, tem uma missão integradora na UAL, sendo único para toda a universidade, com o objetivo de criação de uma unidade de funcionamento pedagógico, sem cair na uniformidade, que não respeita as naturais diferenças entre as diversas áreas de ensino/aprendizagem (área específica – mas não exclusiva – da competência do Conselho Pedagógico).

Esta preocupação de assegurar a unidade respeitando a diferenciação arrasta consigo a necessidade de garantir uma representação diferenciada – docente e discente – neste Conselho, o que não está a ser conseguido.

Quero, contudo, e antes de mais, agradecer ao Senhor Professor Doutor João Hipólito, Presidente do Conselho Pedagógico, o ter assegurado, sem soluções de continuidade, o funcionamento do Conselho, cujo mandato terminaria no final do ano letivo

2012/2013, dando, como se salientou, seguimento à solicitação do Reitor para que o Conselho continuasse em funções até novas eleições que, em seu entender se justificam no início de um novo ano letivo e não no seu final, dada a natural mobilidade dos estudantes.

Tal foi concretizado, sendo a última reunião desse Conselho Pedagógico realizada em outubro, em que fundamentalmente se avaliou a deliberação sobre a abertura de Novos Ciclos de Estudo a propor à A3ES e se encerrou formalmente o mandato do Conselho para o triénio em causa.

Foram realizadas eleições para o novo mandato que, no que toca ao corpo docente, decorreram com toda a normalidade, sendo a votação relativa aos representantes do corpo discente feita, como tem sido tradição, através da Associação Académica, que decorreu com alguns hiatos temporais e formais que urge evitar no futuro.

De notar que, tal como acontece para o Conselho Científico, embora em menor grau, dado o modo como a lista final de docentes é eleita, não há garantia de todas as áreas estarem representadas, o que levanta os problemas já assinalados para o Conselho Científico, atuando cada um dos seus membros, em princípio, a título individual, sem embargo de uma ligação seminal ao departamento a que pertence, já que a constituição da lista dos elegíveis teve uma prévia indicação (por eleição parcial) dos respetivos departamentos, sendo inclusivamente excluídos do corpo elegível elementos que foram indicados por nomeação e não por eleição.

Quanto ao corpo docente, o modo menos claro como os membros docentes foram designados levou a uma representação muito concentrada no curso de Direito, com fraca ou nula representação das outras áreas de estudo.

A composição final do Conselho Pedagógico não se afigurou ao Reitor, desde o início, ser a que melhor traduzia uma representatividade e consequente operacionalidade do Conselho, mas entendeu respeitar as decisões autónomas de cada órgão de governo da universidade, como adiante melhor se verá.

O Conselho Pedagógico, com a sua nova composição, reuniu pela primeira vez em dezembro de 2013, tendo sido reeleito como Presidente o Prof. Doutor João Hipólito e como Secretária a Mestre Telma Ruas.

Além dessa reunião, decorreram mais cinco reuniões no ano letivo 2013/2014, em que foram abordadas as questões normais relativas às suas atribuições formais, na sequência da discussão e decisão sobre o modo de funcionamento do Conselho, equacionada na reunião de dezembro.

Dentre as várias decisões e pontos de análise, entendo destacar os seguintes:

- O problema da qualidade de ensino e da avaliação dos docentes
- Problemas ligados ao funcionamento das aulas e do apoio aos estudantes
- Problemas ligados às relações entre docentes e discentes
- O Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos

O problema da qualidade de ensino e de avaliação dos docentes integra, obviamente, as grandes preocupações do Conselho, tendo sido discutido o processo de avaliação dos docentes e a sua integração no mais abrangente Sistema Interno de Garantia da Qualidade da CEU/UAL.

O Conselho Pedagógico é também, e naturalmente, sede própria para apresentação de problemas ligados a eventuais falhas no funcionamento normal da instituição – um problema também de qualidade – designadamente em problemas de funcionamento ligados às questões logísticas, como a disponibilidade de meios informáticos e condições de salas, até a eventuais comportamentos perturbadores do funcionamento das aulas, queixas sobre atrasos de docentes no início de algumas aulas, sobretudo no turno da noite, bem como queixas sobre a ausência de disponibilidade de alguns programas de unidades curriculares.

Todos estes problemas devem ser oportunamente comunicados e alvo de solução, através dos órgãos competentes, pois comprometem, inequivocamente, a qualidade do ensino e a motivação dos estudantes.

É natural que, no decorrer do ano letivo, surjam alguns desajustamentos e desencontros entre docentes e discentes que, por norma, são ultrapassadas pelos

próprios, sem quaisquer efeitos colaterais. Daí que possa parecer despropositada neste relatório a referência específica à relação entre alunos e professores. Tal deve-se, contudo, a um acontecimento específico, que ultrapassou as fronteiras do próprio Conselho Pedagógico, e nele foi, inclusivamente, abordado, nas suas várias sequelas, em várias reuniões do Conselho, levantando problemas de princípio que o Reitor não deve, não pode, nem quer ignorar.

Estão em causa, fundamentalmente, dois princípios (com consequências práticas em várias áreas) que não podem deixar de ser respeitados: o da responsabilidade e o da confiança. Sem respeito por estes princípios está em causa mais que a qualidade de ensino, a sua própria legitimidade.

Um dos aspetos essenciais da responsabilidade é a assunção e fundamentação de qualquer queixa pessoal ou institucional que se faça. E isso é incompatível com anonimatos ou com comunicações informais, refugiadas numa confidencialidade não aceitável.

Nas discussões do Conselho Pedagógico que procurou, e bem, enquadrar o problema nos seus limites e encaminhá-lo para a instância que devia assumir, como assumiu, a solução do problema – o Provedor do Estudante – emergiu, efetivamente, o problema da confiança. Causa, de facto, preocupação ao Reitor a afirmação exarada em ata de um conselheiro segundo o qual “a ausência de reserva pode ser um fator limitativo de participação dos alunos”.

É que esta frase, ligada a outras queixas apresentadas ao Reitor noutros contextos, indicia a falta de confiança no regular funcionamento da UAL e dos seus órgãos, pondo em causa as suas afirmadas liberdade e autonomia, o que é inaceitável.

Nenhum aluno, no Conselho Pedagógico, ou em qualquer outra sede da UAL deve ter medo de expressar a sua opinião, com receio (como se pode pressupor do tal “fator limitativo”) de represálias de quem quer que seja.

A estreita ligação que tem de existir entre o Conselho Pedagógico e o Provedor do Estudante e a capacidade de atuação independente deste têm de ser – e são – a garantia de que qualquer provada represália tem consequências para quem a assumiu.

Universidade sem espaço de liberdade e de responsabilidade não merece esse nome e o Conselho Pedagógico é o órgão ideal para que essa convivência entre liberdade e responsabilidade possa ser cada vez mais fortalecida.

Finalmente, a invocação do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos, competência específica do Conselho Pedagógico, resulta dos ensinamentos que o processo de aprovação trouxe.

Começou por ser nomeada, e bem, uma comissão para a atualização do referido regulamento, à luz do disposto no Decreto-Lei 115/2013.

Essa comissão apresentou posteriormente à discussão do plenário do Conselho, a nova versão, com várias emendas e proposições que foram discutidas e aprovadas, tendo a comissão apresentado, na reunião seguinte, ao Conselho a versão definitiva do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos, com todas as proposições aprovadas por unanimidade. Na sequência dessa aprovação, o regulamento foi enviado ao Reitor para homologação.

O Reitor analisou o regulamento e, com base na argumentação que se apresenta no Anexo III, argumentação essa enviada ao Conselho Pedagógico, decidiu não homologar a proposta de regulamento, solicitando a sua reanálise à luz das suas observações.

O Presidente do Conselho Pedagógico convidou o Reitor a estar presente e a apresentar oralmente a sua posição perante o Conselho.

Na reunião seguinte, o Reitor esteve presente, utilizou os argumentos já referidos e dialogou com os conselheiros, ausentando-se, depois, da reunião, por respeito da autonomia do Conselho Pedagógico, deixando, no entanto, a certeza que, por respeito a essa autonomia e a assunção de uma gestão quase colegial da UAL pelos diversos órgãos académicos, homologaria a versão que lhe fosse apresentada pelo Conselho Pedagógico após esta reunião, independentemente do nível de acolhimento que tivesse a posição que tinha assumido.

Após essa reunião o Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos na versão final, com várias emendas face à versão inicial, foi apresentado ao Reitor para homologação.

O Reitor, como tinha afirmado, homologou a nova versão, não sem ter feito o reparo sobre um ponto específico que não foi acolhido e que considerou de importância para o equilíbrio de afetação dos tempos de ensino/aprendizagem versus tempos de avaliação.

Da leitura das atas do Conselho, o Reitor admite ter sido mal interpretado sobre o tema, pois se afirma que, na reunião em que esteve presente, “sublinhou e reforçou... a importância de prestação de provas de exame final que comprovem todos os conhecimentos e competências adquiridos”. O Reitor não defende nem defendeu, como se pode ler na argumentação em anexo, a existência obrigatória de um exame final, mas tão só que, no processo de avaliação contínua, os alunos fossem avaliados também pela integralidade dos conhecimentos e competências expressas como objetivos a atingir por cada disciplina”.

E evidenciou ser possível fazer isso sem aumento do número de provas de avaliação.

Sendo o regulamento aprovado praticamente só no final do ano letivo, não foi possível, na altura, avaliar a sua adequação aos objetivos a atingir.

Uma nota final, preocupante, na linha da intuição já manifestada, a propósito dos representantes do corpo discente.

Para além de não haver uma adequada diferenciação das áreas de ensino na UAL, os membros docentes eleitos primaram, em boa parte, pela ausência, sendo, em particular, de notar que três deles nunca compareceram a qualquer reunião, nem nunca contactaram o órgão académico que era suposto integrarem. Um outro elemento, aliás de assiduidade exemplar, perdeu a qualidade de membro por se ter transferido para outra instituição e só 50% dos membros tiveram assiduidade igual ou superior a 50% das sessões, com evidência de mérito para dois deles, presentes em todas elas.

O Reitor não pode deixar de salientar esta situação pelo desequilíbrio que gera no funcionamento do Conselho Pedagógico, destruindo operacionalmente a paridade docentes/discentes que é característica fundamental deste órgão.

O Reitor agradece ao Presidente do Conselho Pedagógico, Prof. Doutor João Hipólito e à Secretária do Conselho, Mestre Telma Ruas, todos os esforços que têm desenvolvido para assegurar o bom funcionamento do Conselho, bem como a sua colaboração com o Conselho Científico e a Reitoria, assegurando a completa disponibilidade do Reitor para acompanhar a evolução do funcionamento do Conselho e superar as deficiências assinaladas.

1.1.5. A Biblioteca e a Editora (EdiUAL)

Tal como referi no relatório relativo ao ano letivo 2012/2013 “a noção de biblioteca ultrapassa, em muito, a forma antiga baseada em acervo livreiro e de revista escritas e tem de comportar um equilíbrio entre nesta tradição que continua a ter o seu mérito e a sua utilidade – e até imprescindibilidade, ousar dizer – e as novas formas de produção e difusão de conhecimentos, cuja expressão mais significativa são as bases de dados, incluindo nelas todas as publicações digitais ou digitalizáveis”.

Esta nova noção dinâmica de biblioteca que deixa de ser, exclusivamente, um “lugar” físico, para ser um dos elos fundamentais da cadeia pedagógica e de investigação, tem sido completamente assumido pela Diretora da Biblioteca, Mestre Madalena Mira, cujo trabalho e dinamismo quero salientar, como é bem patente nas desassombradas posições assumidas nas “Informações para o Relatório de Atividades de 2013-2014” que lhe solicitei e que se apresentam, integralmente, no Anexo IV.

Dentro do espírito já referido na Introdução a este relatório, o Reitor entende dar ênfase a vários pontos constante desse Anexo IV que, para além de dados objetivos sobre o funcionamento da Biblioteca e a estratégia da EdiUAL, apresenta observações da Mestre Madalena Mira, entre as quais sintomas claros de desconforto que o Reitor não pode deixar passar em claro.

No que toca à Biblioteca, e começando pelos dados objetivos, há que salientar, antes de mais, a concretização do projeto do Repositório Institucional Camões, de importância capital para o funcionamento da UAL.

Regista-se, também com apreço, o enorme acréscimo de entradas no Atendimento (não contando com a parte da Biblioteca situada nas instalações da Boavista/Campo de Ourique, pelo facto de aí não estar instalado um processo automático de contagem), com uma média diária da ordem de 190 (isto contando 365 dias/ano), o que, corrigido pelo normal tempo letivo, atira essa média para mais de 300 entradas/dia, com picos que chegam a atingir as 800 entradas, valores que não devem deixar de ser assinalados.

Saliência também para as diversas colaborações com outras instituições universitárias e organizações profissionais, bem como o seu papel na formação de utilizadores e dos próprios funcionários e da sua integração no Programa Erasmus Staff.

Além do normal tratamento de dados, com significativo aumento de registos bibliográficos na Base de Dados (um acréscimo de cerca de um milhar), há que referir o esforço financeiro nas Aquisições (65.000€, 52.000 dos quais em bases de dados), com crescente e considerável número de acessos e de pesquisas (estas são mais de 100.000).

Dada a evolução da informação e dos seus métodos de produção e difusão, a disponibilidade de bases de dados é crucial para a imprescindível atividade de investigação da universidade.

A leitura das bases de dados disponíveis (no Anexo IV) revela uma concentração em três áreas, que são de relevância para a UAL, mas que importa, no futuro, complementar com bases mais generalistas e algumas em especialidades que se afirmam no seio da UAL.

Isto sem esquecer a necessidade de garantir os “Upgrades” das existentes, sem o que o valor das existentes se deteriora rapidamente.

Na opinião do Reitor, um dos apoios mais generalizados à investigação na UAL poderá centrar-se, exatamente, na aquisição e manutenção destas bases de dados.

Em particular, o Reitor não pode deixar de assinalar o interesse fundamental de o acesso à B-on, que, pelas suas características de abrangência, profundidade e qualidade de informação, se perfila como essencial instrumento de investigação.

Reconhece-se, contudo, que, apesar do seu elevadíssimo custo de obtenção e manutenção ter diminuído nos últimos anos, continua a ser muito dispendioso e, em especial, as condições contratuais que impõe apresentam um risco financeiro que não pode ser ignorado.

É uma das situações em que a partilha de riscos no seio da APESP ou, pelo menos, de um conjunto de instituições de ensino superior privado valeria a pena ser explorada, mas até agora os resultados são praticamente nulos. O Reitor crê, no entanto, que vale a pena ressuscitar o problema e encará-lo de frente, tanto mais que muitas das bases de dados que assinamos e que pagamos se integram na B-on.

Só que todo este esforço tem de ser acompanhado por uma resposta ativa e empenhada dos alunos e dos docentes, que têm de ser parte integrante do bom funcionamento da Biblioteca.

Sem querer generalizar, pelo menos no que diz respeito ao corpo docente (e sabe-se bem que a relação dos alunos com a Biblioteca depende, também e fortemente, a atitude dos docentes), a situação deixa algo a desejar e deve ser corrigida. Tenhamos em atenção algumas das observações constantes do Anexo IV.

Uma parte não negligenciável do conjunto dos docentes não cumpre a Política de Depósito no Repositório Institucional, não atualiza as bibliografias ou, o que é pior, não enviam as bibliografias (atualizadas ou não) e não usam a Biblioteca, adiando inclusivamente encontros por ela promovidos.

Este diagnóstico só pode causar sérias apreensões ao Reitor, pois isso significa que algo importante é alienado de uma verdadeira vida universitária, além de, o que não é de importância secundária, perturba e prejudica a imagem da UAL no exterior, designadamente perante as Comissões de Avaliação que nos visitam e, conseqüentemente, perante a A3ES.

O Reitor, presente em todas as visitas das preferidas Comissões, tem verificado a legitimidade do desconforto da Biblioteca perante esta situação e entende dever empenhar-se seriamente junto dos diversos Departamentos para que nesta fragilidade seja superada.

O empenhamento dos docentes é também posto em causa no que toca aos problemas de plágio que a Mestre Madalena Mira tem por missão ajudar a detetar, através do uso de *software* de deteção desses plágios e da sua própria experiência pessoal que vai para além dessa utilização.

Dados os meios de difusão de informação que hoje existem, a produção científica nas mais diversas línguas e através dos mais variados suportes, torna-se muito difícil a qualquer pessoa (e, em especial, a qualquer orientador) garantir a genuinidade de uma produção científica, mas há que usar todos os meios para mitigar a potencial fraude.

Também aqui o papel do orientador pode ser relevante, pela análise dos textos produzidos, pelo conhecimento e relação direta que deve ter com o aluno, confrontando-o indiretamente com o que o aluno lhe vai apresentando.

Todavia, este assunto, que é de importância fulcral para a credibilidade institucional, não pode prescindir da disponibilidade e do bom uso das tecnologias de deteção que se vão desenvolvendo, pelo que urge concretizar o *upgrading* do *software* existente que parece estar desatualizado, tornando-se pouco eficiente, tirando credibilidade às informações que fornece.

Finalmente, uma palavra para a EdiUAL que entrou em nova fase estratégica, baseada fundamentalmente na desmaterialização e no uso da internet, que se saúda, sem perder de vista uma participação ativa e de qualidade na publicação material tradicional.

Espera-se desta nova estratégia uma melhoria significativa da presença da UAL e das suas atividades, dando-lhe uma necessária maior visibilidade, designadamente no campo da investigação. É certo que, de um modo porventura exagerado, se tem depreciado a publicação dos docentes em suportes da sua própria universidade, mas esse é um ponto de partida que não pode ser alienado, sobretudo se, como se espera, poder atrair, em participação cruzada, a participação de docentes e investigadores de outras instituições. Esse é o caminho para que uma publicação deixe de ser “doméstica” para ser verdadeiramente universitária.

1.1.6. O Provedor do Estudante

No relatório do Reitor relativo ao ano letivo de 2012/2013, ficou patente o relevante papel que o Provedor do Estudante assume no seio da universidade, em particular no que diz respeito à resolução de potenciais ou eventuais conflitos que digam respeito aos estudantes quer entre si, quer entre outros estudantes e outras entidades ligadas á UAL.

O que já a este propósito se diz quanto ao papel do provedor no ponto relativo ao Conselho Pedagógico é elucidativo deste papel, expressando a relação próxima que tem de haver entre o Conselho Pedagógico e o Provedor do Estudante.

Durante o ano letivo 2013/2014 houve uma alteração da pessoa que assume, na UAL, a função de Provedor, em resultado de novas obrigações institucionais no âmbito da CEU, do Dr. José de Alarcão Troni, a quem o Reitor quer, desde já, manifestar todo o apreço pelo trabalho desenvolvido, com grande relevância para o estabelecimento da paz social quer é mister preservar no seio dos estudantes da UAL.

É de referir, em particular, e o Dr. José de Alarcão Troni bem lhe deu relevo no seu relatório de exercício, a forma como conduziu e resolveu, de forma equilibrada e com total respeito pelos direitos e responsabilidades das partes, uma situação de “bullying” que, por ter sido singular na UAL, poderia ter efeitos significativos no relacionamento estudantil e até institucional. Isto, naturalmente, para além do normal acompanhamento de diversos outros processos – constante do excelente arquivo da provedoria – relativo a assuntos correntes, de claramente menor nível de conflitualidade.

De salientar que, paralelamente, concluiu e entregou ao Presidente da CEU e ao Reitor um Ante-projeto do Regimento do provedor do Estudante, antecipando as consequências nesta matéria da Proposta de Lei nº 275/2013, de 3 de julho, que continha diversas alterações ao RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Só que a referida proposta de lei não entrou em processo legislativo não sendo provável que tal suceda durante a presente legislatura.

Por isso sugeriu que “a Provedoria continuasse a funcional sem regimento – ainda que provisório – apoiando-se o Provedor nas boas práticas e jurisprudência administrativa e processual – designadamente a obrigatoriedade do contraditório, como condição de essência da própria Recomendação – consolidadas no decurso dos sete anos de existência do novo órgão”.

O Dr. José de Alarcão Troni apresentou formalmente a renúncia ao cargo de Provedor do Estudante em 30 de abril de 2014, na sequência de um prévio anúncio dessa renúncia em 27 de dezembro, por ter assumido a Presidência da mesa da Assembleia Geral da CEU.

Evidenciou como fundamento da renúncia o “haver considerado que a eventual acumulação deste cargo na C.E.U. com a de Provedor do Estudante da UAL – ainda que juridicamente possível – seria suscetível de suscitar, relativamente a questões concretas, alguma incompatibilidade no plano ético”.

O seu desejo era que essa renúncia tivesse efeito a partir de 31 de dezembro de 2013. Contudo, em consonância com o Presidente da CEU e o Reitor, ficou acordado que a renúncia ocorresse só a 30 de abril, permitindo-lhe a conclusão do processo de “bullying” já referido.

O Reitor, que sempre acompanhou o Provedor em perfeita sintonia, também não quer deixar de agradecer mais esta disponibilidade cujos efeitos foram de grande importância para a UAL, como já se salientou.

O lugar de Provedor do Estudante da UAL foi, então, preenchido pelo Dr. Ruy Seabra, nomeado pelo Despacho nº 05/2014, de 2 de maio.

O Dr. Ruy Seabra, na linha do seu antecessor, manteve sempre um contacto estreito com a Reitoria e, logo de início, deu conta das suas prioridades para exercício da sua função:

- elaboração de uma versão revista e atualizada do projeto de regulamento elaborado pelo seu predecessor;
- procurar reforçar a ligação do Provedor às diversas associações de estudantes da UAL, em particular, naturalmente, a AAUAL.

No que toca à primeira prioridade, começou por elaborar uma nota preambular que apresentou, em junho, ao Presidente da Direção da CEU e ao Reitor, que mereceu a concordância destes e que o conduziu a uma versão revista e atualizada entregue já só no início do novo ano letivo.

No que diz respeito à segunda prioridade – relação com as associações de estudantes – promoveu uma reunião com a Direção da AAUAL logo em finais de maio para dar a conhecer os seus pontos de vista sobre o seu modo de funcionamento, evidenciando a necessidade de uma reunião nova logo no início do ano, incluindo também os Delegados de Turma, cujo papel não é irrelevante neste processo.

Em meados de setembro, e atento aos problemas que a praxe vem criando na opinião pública, promoveu uma reunião com a Direção da AAUAL e a Comissão de Praxes em que foi definido o enquadramento da matéria e dos limites de tolerância que devem nortear o exercício da praxe.

Cabe aqui uma nota de preocupação manifestada oportunamente pelo Dr. Ruy Seabra, e que o Reitor acolhe integralmente, sobre a relativa e inexplicável indisponibilidade da Direção da AAUAL para as reuniões pedidas – na reunião sobre na praxe só esteve a Vice-Presidente e tem sido difícil concretizar as reuniões pedidas pelo Provedor – que podem comprometer as prioridades traçadas para no exercício do cargo, o que é inaceitável e terá, por certo, solução oportuna.

No exercício da sua nova função e em questões mais operacionais, o Provedor tratou de cinco reclamações, uma delas relativa a praxes no pátio (que foi arquivada), todas elas já resolvidas e de uma questão disciplinar que acabou por ser suspensa por decisão da docente queixosa, dadas as medidas entretanto tomadas.

O Reitor agradece o empenho constante do Dr. Ruy Seabra nas suas novas funções, em grande sintonia e permanente colaboração com a Reitoria e com a C.E.U., garantindo assim que o Provedor continuará a ser peça fundamental na manutenção de um ambiente saudável no seio da UAL.

1.2. As atividades de investigação

No relatório relativo a 2012/2013 foi feita uma reflexão sobre o papel da investigação numa universidade, ligando-o às exigências da investigação (nível, métrica e calendário) que existia na avaliação para acreditação dos cursos, quer pelas Comissões de Avaliação, quer por parte da A3ES.

A experiência de mais um ano, permite-nos avançar um pouco mais nesta reflexão, partindo das duas razões apontadas nesse relatório: a criação histórica das universidades portuguesas, nela incluindo o contexto histórico em que aparece e se desenvolve o Ensino Superior Privado, e a necessidade de uma gradualidade para a modificação no sentido da investigação desse setor do Ensino Superior. E devemos fazê-lo não desligando nunca duas das funções da universidade - o ensino/aprendizagem por um lado e a investigação por outro – a que há que sempre acrescentar uma terceira missão, demasiado esquecida, que é a sua função serviço à sociedade em que se insere, nesta incorporando também as capacidades e objetivos das duas outras funções.

E é precisamente esta ligação entre o ensino/aprendizagem e a investigação, tendo em atenção as perspetivas de integração no serviço da sociedade, que nos permite identificar melhor a característica da gradualidade atrás definida.

É que essa gradualidade assume duas vertentes diferenciadas: uma gradualidade relativa ao nível e qualidade da integração da investigação na vertente do ensino/aprendizagem e uma gradualidade no tempo no que respeita à passagem de instituições quase exclusivamente viradas para o ensino para instituições universitárias em que a investigação assume, definitivamente, o lugar que lhe compete.

No que toca ao primeiro tipo de gradualidade, há que assumir, aliás em consonância com a legislação de base e grande parte das experiências e posições internacionais, que o nível e a qualidade da investigação na qual os alunos devem ser imersos, vai aumentando gradualmente, havendo uma descontinuidade sensível entre os 1º e 2º ciclos e o 3º ciclo. Essa gradualidade, de características não lineares, é bem visível em posições específicas de organizações internacionais universitárias, mas bem mais

expressiva quando se olha para a inserção na sociedade, designadamente no papel profissional que, potencialmente, assumem licenciados (1º ciclo) e mestres (2º ciclo). Aliás, a figura do Mestrado Integrado, relevante nalgumas áreas (e profissões), é disso uma expressão paradigmática.

Com efeito, a experiência europeia, para citar aquela que mais nos toca, evidencia esta não linearidade, designadamente nas “Salzburg II Recommendations”, publicação da EUA (European University Association) (2010), que não nos cansamos de citar, segundo as quais:

“First of all, doctoral education has a particular place in the European Area and the European Higher Education Area. It rests on the practice of research, which makes it fundamentally different from the first and second cycles (o sublinhado é meu)”.

A esta primeira condição de caracterização das especificidades do 3º ciclo (doctoral education) acrescenta duas outras para o que considera uma adequada estrutura de enquadramento da “doctoral education”:

“Secondly, doctoral candidates must be allowed independence and flexibility to grow and develop. Doctoral education is highly individual and by definition original. The path of progress of the individual is unique, in terms of research project as well as in terms of the individual professional development.

Lastly, doctoral education must be developed by autonomous and accountable institutions taking responsibility to cultivate the research mindset (o sublinhado é meu). Institutions need flexible regulation to create special structures and instruments to continue advancing European doctoral education”.

Parece, pois, inequívoca esta diferença mais marcada entre os dois primeiros ciclos e o 3º ciclo no que toca à investigação e, portanto, ao papel que a esta cabe na formação dos dois primeiros ciclos, papel esse que, por sua vez, deverá determinar as principais competências exigidas aos docentes desses ciclos e ao ambiente de ensino/aprendizagem/investigação que os deve configurar.

Olhando para o triplete ensino/aprendizagem/investigação e sem abdicar da convicção que, em doses variadas, todas devem estar presentes, atrevo-me a dizer que no 1º

ciclo ainda prevalecerá a vertente ensino que, ao longo dos anos, se irá progressivamente transferindo para a aprendizagem, isto é, maior atividade de iniciativa pessoal do aluno na busca dos conhecimentos relevantes, aí começando a preocupação da observação e da identificação dos problemas – primeiros passos do processo de investigação.

Sem solução de continuidade, o 2º ciclo caracterizar-se-á pela prevalência da aprendizagem sobre o ensino e a intensificação do processo de investigação com a formulação e análise de um problema, configurada na elaboração de um relatório ou na dissertação sobre um tema. A própria legislação prevê, claramente, que a vertente ensino/aprendizagem seja ainda potencialmente predominante neste ciclo de formação, como é bem notório nos pesos a atribuir às diversas componentes com vista à atribuição de uma classificação final.

Estas considerações não são despiciendas nem para o processo ensino/aprendizagem/investigação nem para as características fundamentais a exigir aos docentes para serem capazes de criar nesses dois ciclos o ambiente mais propício à realização dos seus objetivos, sem esquecer que a maioria dos alunos visa uma imediata profissionalização no mercado de trabalho.

Esta referência à maioria, não pode, nem deve, obnubilar a desejável existência de uma minoria, mas de dimensão significativa, cuja maior vocação para a investigação, considera o 2º ciclo como ponte para a concretização do 3º ciclo.

Esta potencial dualidade do 2º ciclo (mais profissional ou mais voltado para prosseguir estudos com maior profundidade de investigação) está já contemplada, nalguns países, com a distinção entre o “Master” de carácter profissionalizante e o “Master” com carácter de investigação, como é o caso da ANECA (Agência Nacional de Evaluation de la Calidad y Accreditation) da Espanha, em documento datado de 16-01-2012, com a nota, uma vez mais, de só dizer respeito aos dois primeiros ciclos de estudos superiores, sem qualquer referência ao 3º ciclo, presumidamente a tratar em documento diferenciado.

Essa diferenciação, a existir, deve, também e obviamente, refletir-se nas exigências a colocar aos docentes desses 2º ciclos.

Tendo em atenção a abordagem precedente, parece razoável aceitar que o conhecimento atualizado das áreas temáticas relevantes para cada curso (e essa atualização é exigente em termos de tempo e de disponibilidade de fontes) e a ligação às realidades profissionais e ao funcionamento da sociedade devem prevalecer como características fundamentais dos docentes do 1º ciclo, sem embargo de se reconhecer a vantagem da experiência de investigação – e, portanto, um Doutoramento – como mais valia relativa à introdução dos alunos no início do processo de investigação. No fundo serão doutorados que, lembrando o que diz o já referenciado papel da EUA, buscam “the individual professional development”. Nestes, a produção científica e a publicação de artigos científicos é, por certo, critério menos relevante que a sua capacidade pedagógica e os seus conhecimentos e experiência profissional.

Este último é também a razão para o papel doente que profissionais competentes, sem terem necessariamente o doutoramento, mas com reconhecidas capacidades pedagógicas, podem assumir o título de Especialistas e contribuir decisivamente para valorizar os objetivos dos primeiros ciclos.

Para esta valorização falta, frequentemente, aquilo que podemos designar por “investigação pedagógica”, muito ausente das universidades, e que, hoje por hoje, é fundamental para saber aproveitar toas as potencialidades que as novas tecnologias e sistemas de informação oferecem ao processo ensino/aprendizagem e, em particular, à “libertação” do laço “ensino” para um maior grau de liberdade conferido ao termo “aprendizagem”, princípio de independência de um futuro investigador.

Estas a razão por que, sem alterar substancialmente, as características dos docentes atrás referidos para o 1º ciclo, as que são pedidas aos docentes do 2º ciclo têm de reforçar a componente de investigação, não tanto no número de publicações, sobretudo nos tradicionais mestrados de natureza mais profissional, mas em que tem de ser evidente a sua capacidade de investigação aplicada, medida fundamentalmente pela sua ligação ao tratamento e resolução de problemas reais, sem o que as capacidades de orientação de dissertações de mestrado ou de relatórios de mestrado estarão comprometidas.

É óbvio que se estivermos na presença de um mestrado virado para a investigação, a presença de doutorados com produção própria nessa área passa a ser imprescindível.

Ao contrário, os 3^{os} ciclos assentam fundamentalmente, como se viu, na existência de um clima propício de investigação e na autonomia (para não dizer independência) do doutorando na criação do seu próprio tema e no seu desenvolvimento e concretização, de tal modo que a EUA aponta para a autonomização destes ciclos em escolas próprias, no seio das universidades, designando-as como Escolas Doutorais.

Os documentos posteriores da EUA mostram bem que a generalidade das universidades europeias ainda não concretizou este tipo de escolas, o que, para além da evidência da gradualidade que toda a evolução exige, legitima a questão do seu dimensionamento e das suas características específicas, emergindo aí, sem qualquer surpresa, a necessidade de criação de escolas deste tipo comuns a várias universidades, um desafio que continua de pé e que convém não ignorar.

Em qualquer dos casos, é inequívoco que a presença claramente de docentes/investigadores com capacidade de orientação livre dos estudantes de doutoramento, vivendo imersos num ambiente de investigação e com resultados palpáveis, será a condição ideal para uma escola (e, portanto, para cursos) desta natureza.

Contudo, mesmo aqui, e dada a crescente afirmação da necessidade e também da potencial mais valia da participação crescente de doutorados nos ambientes empresarial e organizacional da sociedade, não é de esquecer a presença, nessas escolas (nesses cursos) de doutorados com mérito na investigação aplicada, porque representam, a um tempo, a prova do mérito e das capacidades dos doutorados na produção de valor par a sociedade e asseguram, na escola (no curso), a presença desta componente cada vez mais relevante na aceitação pela sociedade do papel das universidades.

É, agora, chegada a altura de olhar para a invocada gradualidade temporal para, à luz da visão da investigação que atrás é dada, descrever e avaliar a evolução da UAL no ano letivo de 2013/2014.

Tendo em atenção que as universidades privadas nasceram com uma vocação quase exclusiva de ensino, que a sua evolução para um processo ensino/aprendizagem/investigação é lento por razões várias que incluem as inflexibilidades das leis laborais que perturbam a desejada e rápida renovação do corpo docente, que não podemos esquecer que, sobretudo nalguns campos, não é fácil recrutar docentes com as características desejadas e que a sua formação exige muitos anos, há que olhar para a evolução em termos de diferenciais e não do objetivo final que, obviamente, está ainda longe.

Acresce, ainda, que, apesar de algumas tentativas e esforços de cooperação que serão descritos noutra parte do relatório, a criação de escolas doutorais está ainda muito longe de ser concretizada, o que exige, na universidade, a presença de docentes/investigadores com capacidades múltiplas, em que a capacidade pedagógica e a de investigação convivam minimamente em cada docente. No ponto seguinte, relativo aos docentes que é, inexoravelmente, indissociável da avaliação da evolução das atividades de investigação da UAL, dar-se-á conta das dificuldades em assegurar a tão desejada convivência dessas duas características

Deixando para esse ponto específico, as atividades individuais de investigação dos docentes, apresenta-se a investigação de caráter mais institucional, crucial para a obtenção de um ambiente de investigação que deve repassar o dia a dia da universidade, baseando-nos sobretudo no Relatório do GAID (Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento) que consta do Anexo V.

O GAID, na sequência das vicissitudes institucionais referidas no relatório relativo ao ano letivo 2012/2013, configura-se como uma espécie de centro logístico de apoio aos diversos centros de investigação, como manifestação seminal de uma interligação que é um primeiro passo para uma transversalidade na área da investigação que não pode ser ignorado.

Desse relatório ressalta como principal salto qualitativo face ao passado, aproveitando também, é certo, a abertura de concursos para acreditação por parte da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), o registo de 3 centros de investigação no

âmbito da Avaliação e Financiamento das Unidades de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico:

OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores

CIP – Centro de Investigação em Psicologia

RATIO LEGIS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas

Independentemente, dos posteriores processos de reformulação dos planos estratégicos, que poderão resultar em financiamento adicional, e do pedido de revisão da classificação obtida pelo RATIO LEGIS (“Poor”), há que salientar o esforço feito por estas equipas de investigação que permitiram aos dois primeiros centros obter a classificação de “Good” e um financiamento base, cada um, de 5.000€ anuais que, mais que a expressão pecuniária – por si não muito significativa – coloca, definitivamente, a UAL no jogo formal e reconhecido da investigação, do qual, até aqui, estava quase ausente.

O Reitor deve fazer notar que a classificação obtida pelo RATIO LEGIS, um centro desenvolvido na área de maior peso da UAL – Direito – se deve, em boa parte, a um entendimento da equipa de avaliação inconsistente com a realidade do centro. É que, formalmente, esse centro tem vários anos de existência e foi apreciada uma produção científica durante esses anos, naturalmente “poor”, porque o centro esteve praticamente inativo e só a vontade, o esforço e a dedicação do seu atual Diretor e da Diretora do Departamento, com a colaboração dos seus colegas, conseguiram dar-lhe nova vida mas, obviamente sem densidade de publicação e de investigação capaz de suprir a inatividade de anos.

Também aqui se espera que o princípio da gradualidade venha a ser observado e que o RATIO LEGIS não perca este impulso inicial e continue capaz de prosseguir no rumo encetado e concretizar uma investigação de qualidade em Direito na UAL, que é algo de muito importante para uma área de tão grande expressão.

No Anexo V é possível consultar um resumo das atividades dos diversos centros de investigação, quer os três já citados, quer ainda o CEACTION (Centro de Arquitetura, Cidade e Território), CARS (Centro de Análises Económica de Regulação Social) e CECCT

(Centro de Estudos Linguísticos Comparados e Multimédia), com produção científica interessante, mas que se entendeu não cumprirem ainda as condições necessárias e suficientes para uma certificação de mérito pela FCT.

O CICH (Centro de Investigação em Ciências Históricas) que, com significativa produção em anos anteriores, não figura no relatório constante no Anexo V, considerou também não estarem satisfeitas as condições ideais para o concurso da FCT, não tendo, por questões de financiamento, tido produção específica no ano letivo de 2013/2014, sem embargo de os seus investigadores terem continuado a sua produção científica em termos individuais ou em colaboração com outras instituições.

Neste contexto, importa salientar que em 2 de outubro de 2014, foi lançado na Biblioteca da Imprensa Nacional, em Lisboa, o Dicionário de História Empresarial, obra composta em dois volumes (1º volume sobre instituições bancárias e 2º volume sobre empresas seguradoras), sob coordenação de 2 docentes/investigadores que integram o centro, Prof. Doutor Miguel Faria e Prof. Doutor José Amado Mendes, que mobilizou cerca de 40 investigadores de várias proveniências.

Esta obra insere-se nuns dos eixos fundamentais de investigação e publicação do centro – a história empresarial portuguesa – tal como um projeto em curso, o Guia da História Financeira em Portugal, séc. XIX e XX.

Esta área de investigação inserida numa mais alargada linha de investigação – História e Cultura das Organizações: Passado, Presente e Futuro – a par de outras que tiveram expressão não despendendo de ser incrementada de modo a garantir, a breve trecho, uma maior visibilidade do centro, de forma a que ele possa constituir o plasma vital para a imersão dos candidatos ao Doutoramento em História, imprescindível para a afirmação sustentada da UAL.

Existem, formalmente, centros de investigação na área da Gestão e também da Engenharia Informática, mas praticamente inativos, estando em estudo a sua revitalização noutras condições, sem esquecer a área da Comunicação, em relevante crescimento de qualidade na UAL.

A dinamização da investigação e a criação do tal ambiente necessário a uma universidade impõe que todos estes centros evoluam, quer integrando mais docentes/Investigadores, quer em cooperação com centros de outras universidades e instituições de ensino superior, em busca da massa crítica suficiente.

A leitura do relatório do Anexo V em que se resumem as principais atividades evidencia, sobretudo, a abertura a outras instituições e a organização e participação em seminários, colóquios e conferências, muitas vezes com comunicações próprias e num volume já não negligenciável de publicações, muitas delas em revistas credenciadas, com a presença de “referees” que revela a existência de um ambiente de investigação que, estando longe do desejável, não pode deixar de se apreciar, dentro dos critérios de gradualidade que atrás foram enunciados.

Não sendo nunca demais salientar que a quase totalidade do financiamento da investigação da UAL vem de fundos próprios, o que na atual situação de crise é uma condicionante ainda mais gravosa, o Reitor não pode, nem quer, deixar, uma vez mais de agradecer a todos os que, na UAL nesses centos, ou individualmente, têm, nas condições descritas, procurado manter, avivar e melhorar a qualidade da investigação no seio da UAL.

Finalmente, uma palavra final para o que, com os equívocos que o conceito possa encerrar, se designa habitualmente por “Investigação Aplicada”, no seguimento da abordagem a este tema constante do Relatório do Reitor relativo ao ano letivo 2012/2013.

Pretende-se que os diversos Departamentos e Centros de Investigação não alienem esta vertente, que é, em última análise, a expressão viva do serviço à sociedade e de aceitação do valor do contributo da universidade para os reais problemas que ela enfrenta.

Como se salientou, deu-se nova vida a um centro de estudos que visa responder, transversalmente, a essa preocupação, sob a designação de Centro de Estudos Económicos e Institucionais.

É um centro de características especiais, com uma estrutura minimalista que funciona com base na resolução de problemas específicos, cada um deles assumido como projeto, para resolução dos quais congrega os docentes/investigadores dos diversos centros da UAL com valências específicas que os projetos reclamam, bem como investigadores de outras universidades e instituições do ensino superior, ou mesmo profissionais de reconhecida competência nessas áreas. Tudo isto, é evidente, sem prejuízo de cada centro de investigação da UAL, por si só e na aplicação concreta dos seus conhecimentos e capacidades, também conseguir os seus projetos nas suas áreas específicas.

Estes projetos têm, a um tempo, a capacidade de ligar a universidade à sociedade civil e aos seus problemas, ajudar ao funcionamento da investigação, criar temas relevantes para dissertações de mestrado e até de doutoramento, estimulando-se, também, a participação de mestrandos e doutorandos nalguns desses projetos.

A experiência de 2013/2014 revela que estes objetivos são realistas, emergindo até, outro, também de interesse relevante, que é de suscitarem cursos de pós-graduação específicos em ligação com a Autónoma Academy, tendo em atenção a vocação e o projeto para ela traçado.

Durante o ano letivo de 2013/2014, com a participação de vários docentes/investigadores de outras universidades, designadamente da Universidade Católica e da Universidade Nova de Lisboa, realizaram-se vários estudos ligados ao setor portuário, para entidades públicas e privadas, bem como estudos de apoio à área das águas e de saneamento básico. As políticas públicas e a regulação foram, do ponto de vista de áreas científicas, a base essencial da intervenção do CEEI nos diversos projetos, alguns dos quais continuam em execução.

Desse conjunto de trabalhos há a salientar duas consequências de grande relevância: a utilização real dos resultados desses estudos para o desenho das políticas públicas e empresariais no setor portuário e na regulação dos setores estudados, por um lado, e na proposta de realização de um curso de pós-graduação “Curso de Regulação do Setor Portuário”, integrado na Autónoma Academy, em cooperação com o Conselho Português de Carregadores, iniciado em finais de setembro de 2014, com colaborações

docentes de pessoas ligadas a outras universidades, incluindo a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e de Reguladores (ANACOM e Autoridade da Concorrência), com uma presença de participantes de grande responsabilidade dentro das suas empresas e instituições e com grande sucesso, tendo em atenção as avaliações feitas e os reflexos daí resultantes, designadamente em termos de sugestão de novos cursos.

Esta descrição renova a necessidade de se refletir sobre o papel desta atividade no seio das universidades e do processo da sua inserção na avaliação dessas universidades, já que, do ponto de vista dos objetivos que a lei para elas estabelece, está a sua contribuição para o progresso social e inserção na sociedade.

Um primeiro passo, infelizmente falhado, foi o lançamento de concursos para acreditação de centros de investigação aplicada por parte da FCT. Esse fracasso relativo resulta, naturalmente, da falta de reflexão sobre o que deles se pretende e, sobretudo, quais as características específicas dos investigadores que os devem integrar.

Numa lógica prospetiva de avaliação do interesse desse concurso, testámos as valências exigidas aos investigadores desses centros, mas verificamos sem surpresa, que em nada se distinguem das exigidas aos centros de investigação científica tradicionais, o que, desde logo, invalida a intenção de criar centros diferenciados.

Quando o Reitor escreve que é, “sem surpresa”, não o faz por mera retórica. É que a sua experiência de largos anos nesta matéria lhe tem ensinado que as instituições públicas (e muitas vezes as próprias empresas) olham para os currícula científicos dos participantes e não para as suas competências específicas de formulação e resolução de problemas que exijam conhecimentos aprofundados e atualizados, é certo, mas sobretudo capacidade de os aplicar aos problemas reais da sociedade. Exemplo típico desta escolha são os concursos para atividades de investigação aplicada lançados no âmbito da Comissão Europeia.

Há, pois, que repensar, de raiz, toda esta problemática sem ignorar as óbvias dificuldades para encontrar adequados instrumentos e indicadores de avaliação, em particular devido aos problemas ligados à confidencialidade e aos direitos de propriedade. Com efeito, na generalidade, esses projetos são pagos por quem os

encomendou e, frequente e logicamente, os seus resultados servem como informação privilegiada (e não necessariamente pública) de quem os encomendou. Acresce que a sua execução exige o acesso a dados confidenciais (e que são usados pelos investigadores sob estritos acordos de confidencialidade) que, obviamente, não permitem, como é de regra na investigação científica clássica, a sua utilização por outros para confirmação dos resultados atingidos.

Contudo, estas dificuldades não devem impedir a busca de solução para este tipo de avaliação, sendo que a prática vai, ela mesma, sugerindo novos e aceitáveis caminhos que é mister continuar a explorar.

1.3. O corpo docente

Num capítulo intitulado “As atividades pedagógicas, científicas e de investigação” a referência ao corpo docente constitui, obviamente, a informação central.

Numa estrutura de relatório que procura, fundamentalmente, descrever o que se passou, à guisa de registo histórico, provavelmente este ponto deveria ser o primeiro desse capítulo, pois toda a atividade pedagógica, científica ou de investigação radica no corpo docente, nas suas capacidades e na sua “performance” nas várias áreas.

Tratar-se-ia, então, de descrever e caracterizar o corpo docente, apresentar as diversas áreas de atuação à luz dessa caracterização.

Não é, como é bem visível e já foi devidamente salientado, essa a perspetiva deste relatório que, assentando na observação do que se passou durante o ano letivo de 2013/2014, procura sempre avaliar até que ponto os objetivos de uma verdadeira universidade estão a ser ou não atingidos.

Neste contexto, a colocação da informação do corpo docente no final do capítulo não é um traço distintivo de menor importância (a expressão “last but not the least” que foi utilizada no Relatório de 2012/2013 continua a ter aqui plena aplicação, se possível até reforçada), mas tão só um processo de confrontação entre o desejável, até à luz do que a este propósito se escreve, no ponto relativo à investigação, e o que na realidade

existe e que é descrito nos Anexos VI (Lista dos docentes com carga horária atribuída) e VII (Participação dos docentes em atividades da UAL e fora da UAL e publicações).

A descrição dos docentes, nela incluindo o departamento em que se inserem, o seu grau e o regime de prestação de serviço, que se inclui pormenorizadamente, no Anexo VI reflete, a um tempo, a situação da universidade no ano letivo de 2013/2014 e, também, indícios claros da sua evolução, resultante, quer das exigências formais para acreditação dos diversos cursos, quer da estratégia assumida de modificação dos objetivos da universidade, em particular no que diz respeito à posição da Investigação, já atrás devidamente assinalada.

Em termos gerais, 43,4% dos 203 docentes estavam em regime de tempo integral, 50,2% em regime de tempo parcial, com 6,4% em regime de colaboração.

Importa olhar mais de perto para estes valores, o seu significado e a sua evolução. Em primeiro lugar, esclarecer o conceito de “colaboração”. Aqui se inserem docentes, na generalidade, com grande ligação histórica à universidade, de reconhecida competência profissional e até pedagógica, mas que não podem, dadas as exigências formais para acreditação dos cursos, continuar a lecionar as disciplinas que aí lhes estavam atribuídas. Contudo, a UAL, considerando o indiscutível interesse da sua participação na lecionação, pela experiência profissional transmitida, manteve com esses docentes um regime de colaboração em áreas específicas de algumas disciplinas dos 1º ciclos dos cursos, designadamente nas áreas de Direito e, em menor grau, Psicologia.

O peso do tempo integral face ao tempo parcial é ainda inferior, embora claramente dele se tenha aproximado. Há que ressaltar, no entanto, que esta situação resulta da necessidade da alteração gradual já referenciada e do peso histórico de algumas ligações cuja alteração de situação não é de fácil solução. Acrescente-se, ainda, que em termos de tempos letivos de contacto, estas percentagens se alteram claramente, pois como é normal, as cargas letivas dos docentes em tempo integral são claramente superiores às do regime de tempo parcial, o que tornaria os rácios calculados em função do serviço docente bem diferentes dos baseados no número de docentes. Também aqui há que procurar uma solução mais adequada, mas há, sobretudo, que

interpretar os dados com objetividade, isto é, medir as condições dos tempos de contacto dos docentes com os alunos e não apenas o número de docentes que os alunos contactam.

Ainda na lógica da gradualidade da mudança necessária, designadamente em relação a uma maior fixação dos docentes na universidade e a sua afetação também especificamente à função de investigação, a universidade, no seguimento do concurso aberto, mas sem sucesso, no pretérito ano letivo, referido no relatório relativo a esse ano, através de concursos abertos, admitiu 8 novos doutorados, em tempo completo, como se assinala no Anexo VI, para um reforço das áreas de Gestão, Direito e Engenharia Informática, de Sistemas e de Eletrónica e Computadores, para, por um lado, reforçar as mais relevantes áreas da universidade (Direito e Gestão) e, por outro, dar nova e relevante importância e dinâmica a uma área tecnológica já com expressão significativa na UAL, mas que foi assumida como estratégica.

Com estas ações se pretende, em consonância com as recomendações das Comissões de Avaliação e decisões da A3ES, criar todas as condições formais e substantivas para a acreditação dos seus cursos e para o incremento da capacidade de investigação da instituição.

O Reitor, que acompanhou de perto todo este processo de recrutamento e de evolução dos novos contratados, não pode deixar de partilhar algumas preocupações, que têm importância para as decisões futuras e para o modo de recrutamento, bem como, e principalmente, para o perigo de privilegiar, como por sistema se faz, a parte dos currícula relativo às publicações em revistas indexadas nos últimos anos, deixando de lado ou, pelo menos, menorizando, todas as outras vertentes, nomeadamente as qualidades pedagógicas, a experiência profissional, o nível de conhecimento e a sua constante atualização e a capacidade de, ao longo dos ciclos dos cursos, orientar os alunos de agentes passivos para agentes ativos da sua aprendizagem e, também, de introdução no processo de investigação.

Tendo ainda em atenção o que atrás foi referido sobre a necessidade de cada docente a contratar incorporar, em doses diferenciadas o triplo ensino/aprendizagem/investigação, e reconhecendo que, globalmente na UAL, a

terceira vertente era a que apresentava (e ainda apresenta, naturalmente) maior déficit, a seleção dos novos docentes também usou critérios que valorizavam com grande peso a componente de produção científica, de novo, aliás, em consonância com as exigências de acreditação dos cursos.

A experiência revelou que, nalguns casos, pode acontecer que a uma capacidade de produção científica não corresponda um mínimo de capacidade pedagógica (ou, então, existe uma desmotivação ou desinteresse), com resultados na avaliação pelos alunos que atingiram níveis de baixa qualidade que o Reitor nos mais de 40 anos que leva de vida universitária nunca viu!!

A escolha só através dos currícula (designadamente de publicações científicas) e de cartas de recomendação, revela-se pouco eficaz e até perigosa, ao mesmo tempo que questiona a lógica das exigências formais para acreditação dos cursos no ensino superior.

Aliás, as avaliações pedagógicas conduzidas revelam, em geral, uma boa aceitação dos docentes por parte dos alunos, de tal modo que as poucas situações em que é referida uma avaliação de desempenho de menor qualidade são imediatamente detetáveis e tidas em atenção, sendo claro que não raras vezes aos melhores desempenhos na produção científica correspondem desempenhos de qualidade relativamente menor no campo pedagógico.

O Anexo VII descreve, com generalidade, a participação dos docentes em atividades da UAL e fora da UAL, incluindo as suas publicações.

A primeira nota a salientar é que, dado o número de docentes da UAL, e em particular, os docentes em tempo integral, o número de respostas recebido, apesar dos pedidos específicos e reiterados no sentido de as informações serem dadas, não reflete a realidade da UAL, a menos que todos os que não responderam não tenham qualquer atividade fora da lecionação, o que o Reitor sabe, pelas várias atividades em que esteve envolvido, pela natureza das suas próprias funções, não acontecer.

Isso não significa que, aliás em consonância com a “herança histórica” da UAL e a gradualidade que sistematicamente é referida, uma parte significativa do seu corpo docente não se limite à lecionação.

Contudo, a realidade da presença em atividades fora da lecionação excede de um modo não despidendo o que vem descrito nesse anexo, quer por omissão de qualquer informação por parte de alguns docentes, quer, embora em menor grau, pela deficiência de informação recebida.

Todavia, o retrato que o Anexo VII dá, em especial se complementado pelo Anexo VIII (Reitor como Presidente de Júris de Doutorado na UAL 2013/2014) é, em termos gerais, suficientemente elucidativo da quantidade e da qualidade das presenças dos docentes da UAL.

Ressalta, em primeiro lugar, uma razoável e crescente participação em congressos/seminários de muitos docentes, com um número já não negligenciável de participação ativa através de comunicações, muitas delas publicadas nas atas dos referidos congressos/seminários. Também é de assinalar a crescente capacidade de organização própria de congressos/seminários, a par da participação própria em seminários, congressos, “workshops” e cursos noutras universidades e instituições.

Sem embargo de se entender que estas participações devem continuar a aumentar em quantidade e em nível de qualidade de participação, percebe-se que a UAL e, sobretudo, alguns dos seus docentes, apresentam já ligações com o exterior que são fundamentais para incrementar e incentivar o funcionamento interno da universidade.

É, no entanto, necessário assegurar que essas atividades individuais assumam uma expressão institucional, sem o que o objetivo atrás referido pode não passar de uma miragem.

Uma outra nota bem evidente é a que surge da comparação entre a participação em mestrados e doutoramentos. Independentemente de se reconhecer que essa participação em mestrados também incorpora muita da experiência de alguns docentes noutras universidades e instituições, em que também exercem atividades, o número de mestrados, de orientações e de presenças em júris dos docentes em tempo

integral da UAL, é suficientemente elucidativo de que o 2º ciclo na UAL se encontra em fase de afirmação, com expressão não despidianda, embora seja sempre necessário estar atento à necessidade de melhorar e até alterar algumas das situações existentes.

Efetivamente, o número de mestrados e, sobretudo, de mestrados concluídos com a respetiva dissertação, apresentados no ponto 2.1.1., bem como o número de referências apresentadas no Anexo VII são disso expressão incontestável. Mesmo só atendendo às informações do Anexo VII, verificamos quase trezentas presenças de docentes da UAL em júris de mestrado, com quase quarenta por cento de orientações. Desses mestrados, cerca de 60% são participações internas à UAL, com 40% de participações em júris de mestrados exteriores à UAL, sendo que nestes 40% não é insignificante a quota dos docentes radicados na UAL.

Como é evidente nesse anexo, o panorama é radicalmente diferente no que toca aos doutoramentos, em que a expressão da participação dos docentes radicados na UAL, embora não nula, é ainda muito incipiente.

O Anexo VII é disso prova inelutável, conquanto enferme de várias omissões que o Anexo VIII permite colmatar, sem pôr em causa, no entanto, a afirmação sobre a expressão da participação dos docentes da UAL nos 3º ciclos.

Aliás, essa participação tem de ser devidamente enquadrada no processo gradual de transformação da UAL, já várias vezes referido, e em que os 3º ciclos representam o principal desafio da sua afirmação como universidade, tendo, em particular, em atenção as exigências formais que impõem um mínimo de 3 doutoramentos em áreas diferentes acreditados pela A3ES, situação ainda não satisfeita pela UAL, com uma moratória que urge aproveitar para garantir essa afirmação.

É neste quadro de transição que devem ser lidas as informações do Anexo VIII que, por terem participação ativa do Reitor, que presidiu a todos os júris de doutoramento, reclamam um conjunto específico de observações relevantes para uma melhor compreensão deste processo de transição.

Assim, nesse anexo em que se dá conta dos processos de doutoramento culminados com provas públicas no ano letivo de 2013/2014, verificamos que só metade (7) dos

doutoramentos disseram respeito a áreas já acreditadas (6 em Direito, 1 em História), sendo os restantes 7 em áreas ou descontinuadas (Línguas e Literaturas Modernas, 1) ou não acreditadas (Economia, 6).

Se a preocupação com a qualidade dos doutoramentos deve ser constante, sem esquecer que eles, hoje em dia, constituem o 3º ciclo do ensino superior universitário, na lógica de Bolonha (ao contrário da visão histórica de um doutoramento em Portugal, que prevaleceu até há poucos anos), essa preocupação tem de vir aumentada quanto está em causa o seu papel no reconhecimento da universidade.

Com essa preocupação, o Reitor convoca sempre uma primeira reunião de júri para avaliar das condições de admissibilidade ou não da tese a provas públicas, tendo em atenção o regulamento vigente na altura dos doutoramentos em causa.

Segundo esse regulamento, e contrariamente ao atual regulamento que, em resultado da prática observada, mudou substancialmente o processo, o júri está limitado a essas duas alternativas e, mesmo assim, no caso da reformulação apenas a título de recomendação, que o candidato pode ou não acolher.

Nestas condições, o papel do orientador e o seu empenhamento são cruciais, já que a sua opinião é determinante na admissão da tese a provas públicas.

De facto, pede-se ao orientador um relatório em que especificamente ele assuma que a tese está em condições de ser apresentada a provas públicas e é a partir dessa assunção que o processo segue para aprovação em Conselho Científico, nomeação do júri e homologação por parte do Reitor.

Ora essas primeiras reuniões do júri têm revelado insuficiências graves em várias das teses apresentadas, de tal modo que desde que o Reitor está em funções, 50% das teses propostas tiveram como resultado uma recomendação de reformulação, sendo, nalguns casos extremos, reconhecido que, mesmo reformulada, atendendo ao prazo regulamentar concedido, dificilmente a tese está em condições de aprovação, embora a decisão esteja sempre nas mãos do candidato. Assim se compreenderá a reprovação de uma candidata num doutoramento, como se entenderão aprovações com baixa média, algumas delas apenas por maioria.

Há mesmo casos mais delicados, sobretudo em Economia, em que a maioria dos membros do júri se pronunciou pela imediata admissão a provas públicas, enquanto noutros membros se pronunciaram fortemente em recomendar a reformulação, o que teve consequências desagradáveis sobre o nível de “performance” nas provas públicas realizadas.

Particularmente sensível é a situação em Economia (e também em Psicologia, mas com expressão quase nula ainda no ano letivo 2013/2014, o que não irá suceder no próximo ano), pois a não acreditação do doutoramento, ao mesmo tempo que permite que os já inscritos o possam terminar, lhes impõe um prazo que os obriga a um ritmo de trabalho, porventura não previsto, o que, por vezes, diminui a capacidade de olhar para um novo tema em profundidade e criatividade, como é exigido por um doutoramento, pondo em causa a qualidade da tese. Acresce a isso o facto de o curriculum e, conseqüentemente, os temas da tese, em consequência da abordagem prevalecente da UAL, mais ligado a temas de Gestão, na altura da frequência do programa de doutoramento, resvalam para a fronteira da Economia, tornando difícil, complicado e muitas vezes equívoca, a avaliação quer dos méritos da tese, quer do próprio candidato no que toca aos conhecimentos centrais da área temática em que o doutoramento é atribuído.

Importa, no entanto, salientar que esta é uma situação de transição que está a ser resolvida tendo em atenção o equilíbrio entre a defesa dos legítimos direitos e expectativas dos doutorandos e o cumprimento de condições mínimas razoáveis para a obtenção do grau.

Finalmente, aborda-se o problema das publicações. No Anexo VII aparecem listadas várias publicações que são especificadas segundo os critérios dos próprios docentes, a quem foi pedida a colaboração e a indicação relevante.

Sem embargo de reconhecer que nem todos os docentes responderam, parece inquestionável que se o volume de publicações, em sentido geral, já tem algum significado, a publicação em revistas internacionais indexadas tem ainda pouca expressão.

Este resultado não é inesperado e deve ser inserido quer na lógica da gradualidade, quer na evolução histórica das áreas de ensino de maior peso na UAL.

Começando por esta última vertente, há que reconhecer que nas áreas de Humanidades e de Direito, a tradição de publicação é em língua nativa e composta, sobretudo, por livros ou capítulos de livros, sendo os artigos, quando existem, fundamentalmente veiculados através de revistas nacionais universitárias ou de divulgação.

É certo que se sente, mesmo nestas áreas, uma mudança e a participação internacional é crescente, mas na avaliação da qualidade dessas publicações há sempre que ter em mente que a língua e o interesse regional ou nacional, que têm sempre raízes históricas e culturais, não podem deixar de ser critério fundamental de avaliação, ao contrário de outras ciências cuja expressão universal é inequívoca e que clamam, com mais legitimidade, por uma publicação internacional ou mesmo global.

Colocados neste enquadramento, entendemos que, sem ser de qualidade excepcional, as publicações dos docentes destas áreas no ano letivo de 2013/2014 é significativa.

Se a isso acrescentarmos as participações em seminários e congressos e publicações em atas, começamos a sentir que algo de novo começa a sentir-se neste campo.

Aliás, esse sentimento estende-se a áreas em que as publicações internacionais têm maior lógica, como são as áreas de Economia, Gestão e Engenharia, em que a apresentação de trabalhos em congressos com submissão de apresentações e revisão por pares pode constituir o primeiro passo para publicações de qualidade. A contratação de novos docentes nestas áreas trouxe novas capacidades para responder a este desafio, com um início de resposta já visível nalgumas publicações de mérito reconhecido.

Por outro lado, áreas como a Arquitetura, com grande visibilidade dentro da UAL, têm processos de publicação de características muito específicas, bem visíveis, aliás, no Anexo VII, que têm já grande expressão, independentemente de se reconhecer que a publicação em revistas internacionais vem ganhando peso dentro da área.

Em termos de volume global, e para além do Direito já referido, as áreas de Relações Internacionais e Psicologia referem bastantes publicações, mas urge melhorar o seu nível, tanto mais que, também aí, a lógica da internacionalização tende a prevalecer. Neste particular contexto há que saudar a referenciação da revista Janus-net, que vem abrir novas perspetivas à publicação de mérito na área das Relações Internacionais.

Reconhecendo os passos já dados, temos todos de aceitar que esta é, ainda, a parte mais frágil dos currícula dos docentes da UAL, tradutora afinal da ainda frágil atividade geral de investigação, que tem de ser incrementada, sendo para isso fundamental a capacidade de integração dos docentes em linhas de investigação quer dos próprios centros da UAL, quer em parceria com outras instituições.

2. Representação da UAL

Estatutariamente compete ao Reitor a representação da universidade junto dos outros organismos ou instituições. É um papel relevante pois operacionaliza a aproximação da universidade às suas congéneres, nacionais e estrangeiras, bem como à sociedade em que se integra.

Como é de prever, as solicitações são inúmeras e de toda a ordem e é necessário fazer opções equilibradas entre as várias áreas de representação, tendo em particular atenção os objetivos estratégicos da universidade.

As várias participações apresentadas no Anexo IX são, de algum modo, expressão dessas prioridades, embora com concretização assimétrica.

Em primeiro lugar releva-se a preocupação de estar presente em actos académicos relevantes das outras universidades, procurando intensificar as relações inter-institucionais, conducentes à troca de experiência e a colaborações futuras.

Neste último enquadramento salientam-se as presenças em diversas reuniões, designadamente com universidades privadas, no sentido de concretizar colaborações mais estreitas, em particular nos campos da investigação e propostas do 3º ciclo conjuntos.

Noutro plano, há a preocupação do Reitor de acompanhar eventos com significado para a UAL, incluindo atividades de visibilidade externa, dos seus docentes ou dos seus alunos, quer se realizem na UAL, quer fora dela.

Procura, também, marcar presença em atos públicos para que foi convidado, pessoal ou institucionalmente, porque a universidade deve marcar presença e abordar, com absoluta independência, as questões das políticas públicas e de natureza e organização do Estado, como expressão última da sua integração na sociedade.

Entende-se como crucial para afirmação da UAL, o fortalecimento das suas relações e cooperações internacionais.

É um assunto que será abordado no ponto seguinte, mas convém, desde já, assinalar que, neste campo, a atividade do Reitor se tem limitado a representações no interior do país, designadamente através de presenças em embaixadas e reuniões com representantes de universidades e outras entidades estrangeiras ligadas ao ensino e investigação, deixando aos departamentos e docentes, para já, as deslocações e estabelecimento de contactos com outras universidades no estrangeiro, aproveitando, naturalmente, deslocações a congressos e seminários, ou mesmo missões específicas de estabelecimento de ações conjuntas, normalmente formalizadas em protocolos cuja assinatura final o Reitor naturalmente assume.

Os protocolos assinados no ano letivo de 2013/2014 apresentam-se no Anexo X e traduzem as cooperações nacionais e internacionais concretizadas e que devem ter expressão concreta em realizações partilhadas.

3. A internacionalização da UAL

A necessidade de internacionalização das universidades é hoje tema recorrente, sendo constante a sua referência, designadamente nos critérios de avaliação da qualidade das instituições.

Ninguém ignora que esta abordagem é relativamente recente, mas também ninguém põe hoje em causa a sua necessidade, aliás perfeitamente compreensível, não só pela globalização, mas também porque a ciência é, em termos gerais, universais.

Contudo, esta generalização não se faz sem riscos, como se procurará evidenciar no capítulo 6, a propósito dos processos de avaliação/acreditação a que estão, e bem, sujeitas as instituições de ensino superior.

Assumindo, sem reservas, essa necessidade, mas não esquecendo os passos (e, uma vez mais, a gradualidade) que todas as mudanças exigem, temos de reconhecer que, embora estando longe do desejável, há avanços significativos da UAL nessa área.

Para além dos contactos internacionais diretamente concretizados pelos docentes que constam do Anexo VI e dos protocolos já assinados (Anexo X) já referidos, devemos evidenciar, para além do conjunto de atividades institucionais a cargo do GRII (Gabinete de Relações Internacionais Institucionais), cujo relatório de atividades se apresenta no Anexo XI, a presença de alunos estrangeiros em frequência normal (por oposição aos “alunos ERASMUS”), as ações específicas dos diversos departamentos, centros de investigação e da reitoria e, também, a participação em organizações universitárias nacionais e internacionais.

No que toca ao relatório do GRII, há que evidenciar os Programas de Mobilidade Internacional, designadamente o Erasmus+, tendo o GRII candidatado a UAL à Carta Erasmus (2014-2020), com sucesso, assim como ao projeto de financiamento para o ano letivo 2014/2015, tendo-lhe sido atribuída a verba de 35.095€.

De assinalar que no ano letivo 2013/2014, o valor atribuído (19.934€) foi executado na totalidade, configurando um ligeiro aumento face ao ano precedente.

Em termos absolutos há que reconhecer que esta mobilidade é ainda muito reduzida, mas a disponibilidade acrescida para o ano letivo 2014/2015, bem como a dinâmica do GRII, que estará na raiz desse aumento, justificam expectativas de melhoria.

O nível de mobilidade é, sobretudo, frustrante no que toca aos próprios alunos da UAL que se configura, assim, mais como instituição de acolhimento (36 alunos estrangeiros, incluindo acordos com universidades brasileiras, 5 professores visitantes e 7 funcionários), já que como fonte de mobilidade os dados são algo frustrantes (9 alunos, 2 professores e 2 funcionários). O GRII salienta que “uma das causas possíveis será o facto de o valor das bolsas de mobilidade atribuídas pela Agência Nacional não ser suficiente para fazer face aos custos de vida nos diversos países parceiros, nalguns casos bastante superior ao nacional”.

É de referir que, no que toca aos alunos, os cursos de Arquitetura, Gestão e Direito, em especial o primeiro, são os que mais estudantes Erasmus receberam, enquanto os alunos da UAL em programas Erasmus são, de novo, fundamentalmente de Arquitetura, com boa representação também de Ciências da Comunicação.

Arquitetura afirma-se assim, como fonte e recetor, de maior mobilidade no contexto da UAL.

Quando aos países de origem dos estudantes estrangeiros e, sem surpresas, a grande maioria vem de Espanha, com presença também do Brasil, Polónia, Itália e Alemanha.

Estes dados mostram claramente, que o aspeto de mobilidade internacional – que deve ser indiscutivelmente melhorada – usada isoladamente como critério de internacionalização, subestima claramente o nível de internacionalização dos alunos da UAL, designadamente no que toca à frequência de estudantes.

Efetivamente, os dados estatísticos fornecidos no Anexo I, mostram que frequentaram a UAL durante o ano letivo 2013/2014, mais de 500 alunos estrangeiros, sendo certo que há uma elevadíssima percentagem de alunos procedentes de Angola e, em menor grau, do Brasil.

Isto confere à UAL uma característica específica de internacionalização que a diferencia de outras instituições, e que não pode ser ignorada estrategicamente, nem menorizada no que toca ao seu papel na área internacional.

Esta realidade impõe um fortalecimento de relações com esses países, bem como com a Espanha, como o programa Erasmus evidencia, sem prejuízo, é claro, de uma maior diversificação, esta motivada, sobretudo, pela vertente de investigação.

A noção desta característica específica da UAL, se é uma limitação é, também, um trunfo, já que uma instituição universitária que não tem grande dimensão tem de encontrar no seu “nicho” de afirmação. E, no que toca à atração de estudantes e sua mobilidade, parece estar definido o núcleo central em que há que apostar sem hesitações. O mesmo não se poderá dizer em relação ao campo da investigação, que impõe o recurso a um espetro mais alargado e de diferente configuração.

E é nesta perspetiva estratégica que devem ser acompanhadas e avaliadas a busca de intercâmbio internacional dos diversos docentes, departamentos, centros de investigação e autoridades académicas, estas últimas, e em particular o Reitor, no domínio das organizações nacionais e internacionais.

É que é crescente o número de solicitações nacionais e internacionais a que a UAL é sujeira, sendo imperioso reconhecer a impossibilidade ou, no mínimo, a ineficiência de “jogar em todos os tabuleiros”.

Na opinião do Reitor, e sem prejuízo de, em áreas científicas específicas, se explorarem e aproveitarem outras ligações, a escolha deve recair numa presença ativa e empenhada junto de três organizações: a AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), a UNIVERSIA e a EUA (European University Association).

Esta escolha procura responder às vertentes de estratégia atrás enunciada. A primeira porque se centra no grande campo de recrutamento internacional e de relações privilegiadas da UAL, além de estar na sua matriz fundadora que o nome do patrono – Luís de Camões – bem representa.

A UNIVERSIA pela sua profunda radicação no meio universitário ibero-americano, complementando e intensificando o campo de ação da AULP e potenciando ações que

levem a produção pedagógica e científica nas línguas português/espanhol a impor-se também no plano internacional.

A terceira, EUA, pela vertente europeia de que a UAL, naturalmente, também não abdica e que é vital para o seu reconhecimento no campo do ensino universitário/investigação.

Acresce, e o relatório do Reitor relativo ao ano letivo 2012/2013 bem ilustra, que as atividades desta associação e os seus relatórios são fonte de informação e de reflexão profunda para uma adequada inserção da UAL no processo europeu de formação universitária, bem como na resposta às exigências dos processos de avaliação/acreditação dos diversos ciclos de cursos.

No ano letivo de 2013/2014, a presença mais ativa foi junto da UNIVERSIA (e o Anexo IX reflete esse facto), com a presença regular do Reitor nas reuniões do Conselho de Administração e um seguimento das atividades conjugada com o Diretor da CEU, Doutor Reginaldo de Almeida, até porque as atividades da UNIVERSIA têm grande visibilidade e amplitude de aplicação, incorporando também iniciativas ligadas aos alunos, aos estágios e à empregabilidade, que urge aproveitar em toda a sua extensão.

Quantos às outras duas organizações, em que a UAL está inserida, têm-se acompanhado as suas publicações e ações, mas a presença tem sido diminuta, estando-se a estudar, tendo em atenção os orçamentos disponíveis para estas áreas, quais as melhores opções para otimizar os resultados das potenciais presenças nestas realizações.

4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade

Se a internacionalização das universidades, como atrás foi referido, é um dos critérios que enforma a sua avaliação, que dizer do critério da empregabilidade?

O Reitor recorda, a este propósito, uma reunião no início dos anos 90, em que vários reitores e vice-reitores das universidades, em conjunto com personalidades dos meios empresarial e político, procuravam estruturar os princípios da avaliação das universidades.

Alguém, com grande acuidade e capacidade de antecipação, deu uma resposta liminar: “Aquela cujos antigos estudantes melhores “performances” têm nas suas vidas profissionais”.

Esta frase responde inteiramente à pergunta atrás formulada, embora coloque como objetivos prioritários, ou mesmo exclusivos, da universidade a formação de bons profissionais. É uma discussão que não cabe no Relatório do Reitor e que pode ser superada, acrescentando, como, aliás, se impõe, as profissões e carreiras de investigação e a noção de durabilidade do que é um “bom profissional”, no sentido da capacidade de se adaptar, dinamicamente, às evoluções que vai defrontando ao longo da vida.

Independentemente desta discussão, é inquestionável que este é um critério que a universidade tem de ter em conta.

Na realidade, quando se fala da inserção da universidade no meio em que vive e da sua contribuição para o bem-estar dos cidadãos, aplicam-se vários critérios, eventualmente esquecendo este que é a contribuição primeira.

As universidades estiveram durante largos anos sem se preocupar em acompanhar a evolução dos seus ex-alunos para daí tirar lições para a sua própria transformação no sentido de melhorar a sua contribuição para a evolução da sociedade.

E, quando agarram a preocupação, parece que o fazem de uma maneira pró-ativa, que se louva, que se traduz na busca de contactos para colocação dos seus alunos no

mercado de trabalho. Isso é bem patente nos passos dados pela UAL, designadamente através da criação do Gabinete de Inserção Profissional, com o objetivo de “apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e recém-licenciados”, como se pode ver no Anexo XII, em que se descrevem as atividades realizadas no ano de 2014, o que, obviamente, se saúda.

Nesse pequeno relatório está também referido o objetivo de “obter a taxa de empregabilidade efetiva dos nossos alunos finalistas e recém-licenciados”, valores que, infelizmente, a UAL ainda não dispõe.

É que o valor da universidade mede-se pela sua efetiva integração na vida da sociedade ao longo dos tempos e, para isso, a taxa de empregabilidade (e é preciso defini-la com rigor, designadamente o significado de “efetiva”, em particular no que toca à dimensão temporal) não é suficiente, ainda menos quando, como hoje, se reconhece ser fundamental a formação ao longo da vida.

Importa, por isso, reconhecer que a UAL, neste campo, deu um primeiro passo – importante, sem dúvida – mas que tem de ser conjugado com outras ações que respondem a outras preocupações que não podem ser alienadas. Entre estas, a principal é a preocupação de manter, o mais possível, o contacto com os seus ex-alunos, através de uma organização adequada, que já está a ser pensada.

Efetivamente, as associações de antigos alunos revelam-se, quando efetivas, uma aposta estratégica da universidade, pois traz para dentro da universidade não só os contactos e experiências dos seus membros, mas também a possibilidade e ter uma medida mais exata da sua contribuição para a sociedade. Por outro lado, a universidade encontra aí um alfofre inestimável de novas valências para a universidade e, potencialmente, novos candidatos a frequentarem novos ciclos de estudos ou escola de pós-graduação.

É um trabalho de recuperação “histórica” que também se impõe e que, em nosso entender, não pode esperar.

5. Avaliação/Acreditação

Na sequência do relatório relativo ao ano letivo 2012/2013, e tendo em atenção as observações aí feitas a propósito do Sistema de Avaliação/Acreditação em Portugal, que continuam com inteira validade, dá-se conta da evolução ocorrida durante o ano letivo de 2013/2014.

Continuaram as avaliações dos cursos e as decisões de acreditação/não acreditação sobre esses cursos, apresentaram-se novas candidaturas de cursos para acreditação e prosseguiu, com maior intensidade e formalidade, a estruturação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ-UAL) com vista à acreditação institucional.

Foi, finalmente, contratada a empresa com experiência na certificação da qualidade, designadamente na área do ensino superior e formalizado o Gabinete da Qualidade, coordenado pelo Eng^o João Vela Bastos que, na sequência do que já ocorrera no ano transato, se empenhou ativa e persistentemente na concretização deste objetivo, com resultados que começam a ser visíveis e que são de louvar.

Não se entenda que a tarefa tem sido fácil e sem escolhos. Ela é, em si mesma, pela sua natureza, difícil e essa dificuldade agrava-se quando se procuram aplicar os seus princípios numa universidade, em que a autonomia dos professores, que não se põe em causa, é interpretada com demasiada latitude face à necessidade de existência de processos formais, que o controlo de qualidade impõe.

Por outro lado, a natureza da instituição universitária, e seu modo de funcionamento e os seus objetivos não se enquadram exatamente nas condições prevalecentes nas empresas, para as quais os sistemas clássicos de controlo da qualidade e as normas de qualidade e de condição de certificação foram criadas e cuja experiência de aplicação é já vasta.

Por isso mesmo, desde o início, se impôs uma conjugação do trabalho entre os membros da universidade e a empresa consultora, para que as especificidades da UAL, designadamente o facto de ser privada e com uma entidade instituidora que é uma cooperativa, possa ser tido na devida conta no desenho dos processos internos de controlo da qualidade.

Acresce, ainda, que a preocupação pela qualidade tem de ser adotada por todos e cada um dos membros da UAL e pelas respectivas unidades pedagógicas, científicas e administrativas que as integram.

Esse esforço tem sido feito, passos significativos têm sido dados, sendo de salientar os processos de avaliação dos docentes, sempre problemáticos e cujo tratamento é crucial assegurar com rigor, transparência, mas obedecendo aos critérios de confidencialidade que não podem ser violados.

O Reitor renova o seu empenhamento no processo, agradece o esforço de todos na superação das dificuldades, que continuam a surgir, e espera a concretização do projeto para o próximo ano letivo com a qualidade exigida para que seja peça relevante na acreditação da UAL.

No que toca à avaliação/acreditação de cursos durante 2013/2014, as ações tiveram uma configuração muito diferenciada face ao ano anterior, como se ilustra no Anexo XII.

Assim, existem, fundamentalmente, três tipos de atividades que convém distinguir:

- Visitas das Comissões de Avaliação Externa (CAEs)
- Processamento das avaliações após visita das CAEs e decisões da A3ES
- Apresentação de pedidos de novos ciclos de estudos

Enquanto as primeiras tiveram grande intensidade no ano letivo de 2012/2013, neste ano de 2013/2014, apenas se recebeu uma visita, Arquitetura (mestrado integrado), sendo de assinalar, desde já, que essa avaliação foi de grande interesse e teve muito bom acolhimento. O Reitor, presente nas avaliações, não pode deixar de salientar o posicionamento de todos os membros dessa Comissão, incluindo os representantes da A3ES, de grande atenção a todos os aspetos que envolviam o curso em avaliação e com um grande empenhamento em contribuir para a melhoria e afirmação desse curso.

Como resultado foi possível durante no ano letivo o curso ter sido acreditado por decisão do CA da A3ES, na sequência da apresentação do relatório da CAE que já apontava nesse sentido.

A atividade mais intensa foi a relativa aos vários passos processuais de avaliação/acreditação, sendo acreditados (com ou sem condições) 2 doutoramentos (Direito e História), 5 mestrados, para além do mestrado integrado em Arquitetura e 7 licenciaturas. Uma licenciatura (Administração e Gestão Desportiva) não foi acreditada – mas o curso pode continuar a funcionar 3 anos perante o número de inscritos aquando da decisão final – aguardando-se a decisão sobre Engenharia Informática e Gestão de Empresas, sendo que os relatórios das CAEs propõem acreditação condicional e há intenção do CA da A3ES de acreditar com condições.

No que toca aos mestrados, o mestrado de Gestão, de grande relevância para a UAL, dada a expressão dessa área, teve uma avaliação não positiva por parte da CAE que propôs a não acreditação. Contudo, os motivos para a não acreditação estavam, em boa parte, já ultrapassados aquando dessa proposta, designadamente no que diz respeito à questão central das características dos docentes, através das contratações oportunamente concretizadas.

Foi isso que se especificou na respetiva pronúncia, aguardando-se que ela possa vir a ter bom acolhimento.

Aliás, é de justiça salientar que as pronúncias e o envio de informações complementares tem tido, em geral, um acolhimento atento por parte das CAEs e do CA da A3ES, permitindo a alteração de algumas das decisões preliminares.

Finalmente, uma nota de relevo para a apresentação de 6 novos ciclos de estudos: 4 de doutoramento, um mestrado (Engenharia Informática) e uma licenciatura (Engenharia Eletrónica e de Computadores).

Os dois últimos são expressão clara (e o respetivo 3º ciclo) da aposta da UAL nestas áreas científicas, alicerçadas na contratação de novos doutorados que vieram completar uma equipa já dinâmica e que, apesar da sua juventude, tem mostrado grande capacidade de realização.

No que toca aos doutoramentos temos de salientar que três deles são fruto da cooperação com outras instituições, na linha estratégica que sempre defendemos para este ciclo de estudos.

Assim, o Doutoramento em Comunicações e Psicologia dos Media, em parceria com o ISPA, que incorpora o grande nível de investigação e experiência dessa instituição na área da Psicologia e o bom desenvolvimento da área da comunicação da UAL.

O Doutoramento em Ciências Informática Aplicadas ao Mar e às Empresas, radica no dinamismo desta área científica na UAL, já atrás referida, com a parceria da Universidade Portucalense e, ainda o apoio, inestimável dada a sua expressão de afirmação na investigação aplicada em Portugal e no mundo, da empresa YDreams. É uma cooperação multidisciplinar e inédita que se espera de sucesso, tendo até em atenção o seu objetivo último.

Os outros dois doutoramentos vêm na linha de candidaturas anteriores que não tiveram inteiro acolhimento. O caso do Doutoramento em Relações Internacionais, Geopolítica e Geoeconomia, vem na sequência de uma proposta de não acreditação do CA da A3ES, contrária à da CAE, cujos motivos essenciais se consideram hoje ultrapassados, designadamente o corpo docente que foi robustecido e, sobretudo, a afirmação do OBSERVARE como centro de investigação acreditado com a classificação de Bom e a indexação da revista Janus.net.

De modo próximo, também o Programa de Doutoramento em Psicologia procurou superar lacunas apresentadas, quer em relação ao corpo docente, quer em relação ao ambiente de investigação, bem traduzido na acreditação do seu centro de estudos classificado com Bom pela FCT, associando também docentes da Universidade Portucalense.

Com estes doutoramentos espera-se poder estabilizar definitivamente o estatuto de universidade da UAL.

Para isso, há que continuar a trabalhar ativamente na melhoria dos cursos nas vertentes pedagógicas e científica (consoante, como atrás defendi, o ciclo de estudos em causa), designadamente procurando suprir as lacunas apontadas em muitas acreditações condicionais que urge transformar em acreditações sem condições.

**2ª PARTE – PLANO ANUAL: PERSPETIVAS ESTRATÉGICAS
E AÇÕES A DESENVOLVER**

1. Perspetivas Estratégicas

Uma das competências estatutárias do Reitor da UAL é “Elaborar o plano e relatório anuais das atividades da UAL, submetendo-os à aprovação da entidade instituidora”.

A experiência da realização do relatório relativo a 2012/2013, complementada com a do presente relatório e a sua configuração assumida e justificada na Introdução evidenciam uma desconformidade desta competência atribuída com o real funcionamento da UAL, tendo em atenção o papel da entidade instituidora.

O completo cumprimento dessa competência exigiria um modelo de governação da UAL bem diferente daquele que existe e que, é bom que fique claro, o Reitor não põe em causa.

Para além do desfasamento temporal já assinalado na Introdução e que, também é preciso que fique claro, o Reitor defende como o mais apropriado, embora esteja aberto a passar a relatório de ano civil se esse for o entendimento geral, mas à custa do rigor da informação pedagógica e científica relevante para a estratégia universitária, não faz qualquer sentido elaborar um plano, sem ter por base um orçamento, que está, e bem, fora de qualquer das competências atribuídas ao Reitor.

Solicitar a elaboração de um plano neste contexto é criar desenhos estratégicos irrealistas, cujo resultado é, a julgar pelos exemplos no campo da atuação política, desastroso.

Mais ainda, a submissão à aprovação da entidade instituidora faria todo o sentido se o plano estratégico global fosse proposto pelo Reitor, conhecidas previamente as restrições orçamentais de base, cabendo, e bem, então à entidade instituidora, como proprietária da UAL, decidir sobre a proposta feita.

Não sendo assim, o Reitor tem de entender que “a elaboração do plano” possível é, com base nas conclusões extraídas sobre o funcionamento da UAL, descritas no relatório, avançar e propor linhas gerais estratégicas que serão incorporadas pela entidade instituidora, tendo em particular atenção não só os próprios objetivos

traçados por si para a universidade, mas também e sobretudo o orçamento disponível. Uma solução de compromisso possível para ultrapassar a situação é o Relatório do Reitor sobre o ano letivo, ser incorporado no Relatório Anual Global da CEU/UAL.

Entretanto, neste relatório optou-se por uma aproximação que alie as linhas estratégicas sugeridas pelo Reitor em consonância com a Direção da C.E.U., seguida as ações específicas que a C.E.U. se propõe operacionalizar.

Contudo, antes de concretizar essa proposta, o Reitor quer assinalar que esta descrição é mais uma resposta formal a uma tentativa de se aproximar do preceito estatutário, do que o retrato fiel do funcionamento atual da UAL e das relações entre a Reitoria de a Direção da CEU.

A Direção da CEU, e em particular o seu Presidente, Dr. António Lencastre Bernardo, sempre tem afirmado a independência académica nas decisões pedagógicas e científicas da UAL e a relação do Reitor com a Direção da CEU, em particular com os membros da sua Comissão Executiva, para além do seu Presidente, baseia-se muito neste princípio, com absoluto respeito pelas funções de cada um, em particular, como já foi frisado na Introdução, pela conjugação entre as legítima autonomia universitária e as difíceis exigências de gestão, que são da total competência e responsabilidade da Direção da CEU.

E esse é um trabalho constante do dia a dia, que não fica devidamente retratado nesta formalidade de apresentar um relatório e um plano para serem submetidos à entidade instituidora.

Por isso mesmo, as linhas de ação estratégica que, a seguir, se apresentarão, já são, à partida, partilhadas com a CEU, por óbvia questão de realismo e de natureza da gestão de uma universidade com as características da UAL.

Em termos de definição do traçado de objetivos gerais para o ano letivo de 2014/2015, já em curso, surge como mais relevante a necessidade de assegurar a acreditação da UAL como universidade, estabilizando o seu estatuto. Só esse *desideratum* permite lutar por um outro objetivo global e permanente, que vai par além do ano letivo próximo, que é aumentar o número de alunos da UAL, de forma a atingir a dimensão

ótima compatível com as suas condições físicas e pedagógicas e com a adequada estrutura dos cursos que proporciona.

Há um desafio estratégico a assumir neste campo que imporá, a breve trecho, uma identificação mais clara dessa dimensão, baseada numa estrutura de cursos e disponibilidade de instalações que deve ser clara para poder ser tida em conta no desenho estratégico.

Acresce que a dimensão real, em número de alunos e em oferta de cursos, não tem de ficar confinada às suas instalações e às suas ofertas específicas, mas deve ter em conta e estimular parcerias com outras instituições universitárias, em particular na oferta de 3º ciclos, no limite e desejavelmente, através de Escolas Doutorais, co-participadas por várias instituições. Neste particular, uma parceria entre universidades privadas, com o particular apoio da APESP, é de encarar, sem embargo de se poder considerar a parceria com instituições públicas e, sobretudo, internacionais.

Como, por outro lado, não há verdadeiros 3º ciclos sem investigação associada, o desenvolvimento de Centros de Investigação, isolados ou em parcerias, nas áreas científicas respetivas, é fundamental.

Mas, o efetivo funcionamento e, sobretudo, a “performance” da investigação no seio da universidade mede-se, a um tempo, pelo ambiente que nela se vive e pela produção científica que daí resulta. E isso tem por base a existência de docentes que não alienam a vertente de investigação e que, por isso mesmo, criam e sustentam esse ambiente no seio da universidade, sem esquecer o papel relevante dos orientadores dos candidatos a doutoramento.

Esta condição vai continuar a impôr, respeitando o princípio da gradualidade enunciado no relatório, uma constante renovação do corpo docente, sem perder de vista a prévia definição das áreas mais relevantes no seio da UAL.

Só que, essa definição, devendo ser norteadada, como princípio geral, por uma visão coerente e integrada da UAL, não pode, por questões de realismo, ignorar a sua história, designadamente as áreas já existentes, o corpo docente que possui, as instalações e, sobretudo, as condições formais de acreditação que hoje existem.

E estas últimas, como restrições essenciais, têm de ser as primeiras a ser superadas, impondo às outras, porventura mais apetecíveis, as suas regras.

Neste enquadramento, a prioridade de renovação do corpo docente e os apoios à investigação científica (que começam logo no perfil dos docentes a escolher) caberá, sem dúvida, às áreas em que há doutoramentos já acreditados (Direito e História), cujas condicionantes impostas têm de ser ultrapassadas, ficando de pé um apoio mais especificado às áreas dos 4 doutoramentos propostos que, entretanto, aguardam decisão.

Tendo em atenção os critérios enunciados, temos de entender que a definição das áreas durante o próximo ano letivo vai ficar dependente das decisões assumidas em sede de acreditação, não obstante ter de se reconhecer que, na base da apresentação desses 4 doutoramentos, já esteve a renovação de parte do corpo docente que sustentou a lógica dessa apresentação, bem como, é bom não esquecer, a cooperação e a partilha potencial de meios com outras instituições de ensino superior.

Dever-se-á salientar, no entanto, que olhando para o peso histórico que certas áreas têm tido na UAL, em termos de número de alunos, um critério que não pode deixar de ser olhado com prioridade, a área da Gestão tem restrições formais que têm de ser ultrapassadas, quer a nível da licenciatura, quer a nível do mestrado, para já não falar do doutoramento que nem sequer está esboçado. Aliás, faz sentido solidificar formal e substantivamente, as condições prevalecentes na licenciatura e no mestrado, para só depois se fundamentar uma estrutura de doutoramento, preferencialmente em partilha com outras instituições. Se for, como espero, essa a opção, é claro que se pode, e se deve, acelerar a estruturação desse doutoramento. Entretanto, o robustecimento do corpo docente para colmatar falhas reconhecidas na área já se iniciou, apesar das vicissitudes ocorridas na contratação de novos docentes que, sobretudo em termos pedagógicos, não corresponderam minimamente às expectativas geradas por essa contratação.

Entre os doutoramentos propostos, aparece um que, pela sua singularidade, merece particular atenção, sem embargo da lógica dos outros três, já devidamente assinalada no corpo do relatório. É o doutoramento na área das Tecnologias, porque ele

corresponde a um sinal forte do empenhamento da UAL nessas áreas e, em consequência, reclamará uma nova configuração formal dentro da universidade, provavelmente com autonomia própria.

Este assinalar da singularidade remete-nos para o problema da organização interna pedagógico-científica da UAL, cuja discussão, com avanço e recuo de propostas, evidencia bem o problema de transição que já descrevemos. Acresce que este assunto é daqueles em que a partilha de decisão entre a gestão administrativa e financeira da UAL e a sua componente pedagógica e científica mais se manifesta. Por um lado, a busca de sinergias e consequente redução de custos do lado do apoio logístico e administrativo às várias áreas, tendo ainda em atenção o número de alunos de cada uma, incentiva a uma maior concentração departamental (porque o departamento continua, e bem, a ser unidade científico-pedagógica de referência), mas, por outro lado, algumas áreas sentem essa incorporação num departamento mais abrangente como perda de identidade dessa área. Contudo, o Reitor verificou que também grande parte desse desconforto resulta da partilha dos meios logísticos e administrativos. À entrada do novo ano letivo, o Reitor crê que a solução deverá centrar-se na fixação do departamentos« por áreas científicas relevantes (e as decisões de acreditação, quer se goste, quer não, vão ter influência decisiva neste campo), mas com equilibrada partilha de recurso logísticos e administrativos.

Neste particular, as decisões de reafetação de edifícios e espaços nas diversas instalações da UAL, representam, a um tempo, um sinal para a dimensão que se pretende estabilizar e o modo como alguns departamentos são individualizados.

Nesta descrição fica bem marcada a problemática da acreditação, centrada na avaliação da qualidade.

É, portanto, urgente e crucial garantir que o Sistema de Garantia da Qualidade seja terminado ao longo do próximo ano letivo, obedecendo e até, se possível, ultrapassando todos os requisitos que a A3ES impõe para a acreditação institucional.

É que essa acreditação institucional ultrapassará muitos dos problemas surgidos com a acreditação avulsa de cursos e poderá constituir um passo decisivo na tal afirmação da UAL como universidade sustentável e credível.

Entretanto, não se podem descurar os processos de avaliação em curso, sobretudo naqueles cursos, e são em número não despidendo, que continuam acreditados sob condições, condições essas que ou têm de ser superadas ou, então, descontinuem-se os cursos se se entender que já não se justificam no contexto estratégico entretanto definido. É sempre doloroso ter de tomar decisões dessas, mas elas são necessárias para garantir o florescimento de outras apostas.

Para o ano letivo de 2014/2015 estava prevista (e ocorreu logo no início do ano letivo) a visita da CAE da licenciatura de Economia, entretanto renascida no âmbito da UAL. É uma área de formação transversal, potencialmente complementar de várias áreas científicas que tem de ser devidamente valorizada.

Em particular, tomou-se a decisão de abrir uma licenciatura já preliminarmente reconhecida, na área da gestão da saúde. Essa abertura tem particular significado porque constitui a semente de uma nova área em que a UAL pode apostar dadas as carências nacionais de formação na área.

Aí o papel da economia, do direito, da gestão, da psicologia, das tecnologias e da comunicação são convergentemente relevantes, pelo que se justifica uma aposta séria na área.

Como se disse no corpo do relatório, a abertura à sociedade impõe uma lógica de utilização de conhecimentos para colaborar na solução de problemas que a sociedade enfrenta – e daí a atenção particular já referida à Investigação Aplicada que tem de ser continuada – mas também de participação na formação contínua dos cidadãos.

Neste último aspeto, assumem particular relevância os cursos de pós-graduação nas suas várias vertentes, sem esquecer a de “balão de ensaio”, “porta de entrada” para a construção de novos mestrados ou para a acreditação de várias unidades pedagógicas em mestrados já existentes, problema cuja resolução formal já foi, em boa hora, resolvido pelo Conselho Científico.

Como se salienta no corpo do relatório, esta é uma área a que tem faltado coerência de organização, o que lhe retira clara eficiência estratégica.

A opção pela criação da Autónoma Academy é um passo que tem, no entanto, de ser devidamente acompanhado com uma estrutura consequente que seja pró-ativa mas, ao mesmo tempo, facilitadora da iniciativa dos diversos departamentos e centros na criação desses cursos de formação, respeitando e integrando a autonomia científica e pedagógica.

Abordados os principais traços de orientação estratégica (que por vezes, pelas restrições já amiúde referidas, são mais táticas, fruto das contingências temporais que as enformam) no que toca ao funcionamento interno, há que olhar para as relações com o meio exterior, para além daquelas que já foram referidas a propósito dos diversos ciclos de cursos.

E é nestas relações que o papel da entidade instituidora maior relevância tem, até porque as implicações orçamentais têm aqui importância acrescida.

No corpo do relatório ficaram claras as alternativas abertas à participação da UAL nas diversas organizações nacionais e internacionais, tendo por base as nossas raízes históricas e as nossas apostas estratégicas. Há que reconhecer que essas participações, para serem efetivas, exigem uma disponibilidade financeira que tem de ser devidamente avaliada tendo em conta as prioridades definidas.

O Reitor está, obviamente, disponível para dar a sua contribuição para a escolha adequada atendendo às restrições existentes. Quer, no entanto, salientar que, por um lado, é fundamental aproveitar todas as fontes de financiamento potencialmente acessíveis, com particular relevância para os apoios comunitários, com relevo para o Horizonte 2020. Por outro lado, entende que, sendo curial a sinalização inequívoca do compromisso da UAL no campo da investigação, as deslocações e parceiras que têm por base a investigação de reconhecida expressão devem ter prioridade na fixação dos recursos financeiros, reconhecidamente escassos.

O Reitor espera, de todos, um empenhamento profundo nas opções que venham a ser tomadas, reiterando a todos os seu agradecimento por todas as colaborações prestadas e pelo modo como facilitam o exercício da sua função, garantindo também absoluta disponibilidade para partilhar os triunfos e as dificuldades com toda a comunidade académica, que não esqueçamos, se deve alicerçar nos alunos. Esta é a

última mas não a menos relevante palavra deste relatório. Os alunos têm de ser o nosso objetivo final e as suas associações devidamente acarinhadas para que garantam um funcionamento representativo e eticamente inatacável. Por isso, o Reitor dará particular atenção à Associação Académica da UAL, bem como a todas as outras organizações de estudantes e em particular à sua representação no Conselho Pedagógico que tem de ser aprofundada.

2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2014/2015

Tendo em atenção as perspetivas estratégicas desenhadas no ponto 1., a Entidade Instituidora (C.E.U.) define um conjunto de áreas prioritárias a merecerem especial atenção:

- melhoria dos serviços prestados aos alunos
- melhoria do desempenho dos departamentos académicos e da oferta formativa
- melhoria do desempenho dos Centros de Investigação
- Incremento das parcerias interinstitucionais e da internacionalização

Em cada uma destas áreas elencou-se uma série de ações específicas que deverão ser iniciadas ou concretizadas durante o ano letivo de 2014/2015:

2.1. Melhoria do serviço prestado aos alunos

Prosseguir o lançamento sistemático de inquéritos de avaliação, numa base semestral, designadamente em termos de apreciação do desempenho dos docentes, unidades curriculares, instalações e outros indicadores relativos ao clima de opinião existente ao nível dos diversos públicos internos;

Prosseguir a monitorização das queixas e reclamações dos alunos, em coordenação com os departamentos académicos, as associações estudantis, o Provedor do Estudante e o Conselho Pedagógico;

Prosseguir o desenvolvimento de cursos livres dedicados a áreas onde se detectam insuficiências de conhecimentos transversais, designadamente no âmbito do Português, do Inglês e da Matemática;

Prosseguir a atribuição de bolsas de mérito e de iniciação à investigação científica para acesso aos cursos de segundo e terceiro ciclo, no sentido de robustecer a qualidade das candidaturas e, em simultâneo, contrariar as oscilações em termos de procura;

Desenvolver, através das coordenações científicas dos cursos, um sistema de “mentoring”, tendente ao acompanhamento e à redução de factores de insucesso escolar nas licenciaturas;

Promover o desenvolvimento de conteúdos curriculares em que sejam tidas em conta as necessidades e contextos sócio-culturais dos estudantes provenientes da lusofonia;

Desenvolver sinergias conducentes à possibilidade de obtenção de segundas titularidades, por parte de alunos de licenciaturas cujas estruturas curriculares o permitam;

Desenvolver os suportes adequados à criação de uma plataforma digital de disponibilização de trabalhos relevantes de alunos;

Introduzir um novo turno diurno, no caso dos cursos com maior pressão de alunos em turma resultante do aumento da procura;

Desenvolver as acções necessárias à promoção do empreendedorismo e da inovação, como forma de apoio à entrada dos diplomados da UAL na vida activa e a uma melhor adequação do seu perfil profissional ao mercado de trabalho, através do lançamento de uma pré-incubadora, numa primeira fase com suporte virtual, em interacção com as associações estudantis e com suporte e acompanhamento, em regime de “coaching”, a fornecer pelo corpo docente.

2.2. Melhoria de desempenho dos departamentos académicos e da oferta formativa

Prosseguir o cumprimento e melhoramento de ratios e demais requisitos regulamentares e normativos, designadamente em resposta às determinações decorrentes dos processos de avaliação e acreditação;

Prosseguir no sentido da inovação da oferta formativa, de forma sustentada e adequada ao contexto e às necessidades do mercado, definindo um conjunto de cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento a submeter à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;

Concluir o processo de contratação de docentes altamente qualificados, doutorados em áreas fundamentais de cursos leccionados na UAL, continuando, em paralelo, a otimizar a sua adequação face às necessidades de leccionação, de investigação e de apoio aos departamentos académicos;

Concluir a nomeação dos coordenadores científicos para todas as áreas de formação, assegurando o correcto cumprimento da sua atribuição de funções;

Concluir as medidas efectuadas no seguimento das recomendações e propostas produzidas pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência;

Concluir o processo de certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, com a publicação do respectivo Manual da Qualidade;

Proceder à aprovação e à entrada em vigor dos novos Estatutos da UAL;

Normalizar e desenvolver a prática de produção de planos e relatórios de actividades dos órgãos e unidades orgânicas da UAL;

No sentido de melhor posicionar a UAL no segmento das Ciências Informáticas, desenvolver essas áreas formativas aproveitando as condições decorrentes da criação do novo Departamento de Ciências e Tecnologias, do novo centro de investigação e da equipa entretanto constituída;

Desenvolver a criação de novas cátedras académicas, em paralelo com uma política, interna e externa, de captação de patrocínios e concessão de bolsas a estabelecer de forma articulada com todas as unidades orgânicas;

Criar novos sistemas de incentivo à frequência de cursos de segundo e terceiro ciclo, designadamente procurando lógicas de fidelização no sentido de se diminuïrem desistências;

Ampliar, interna e externamente, a carteira de orientadores de teses e dissertações no sentido de colmatar a crescente afluência de candidatos;

Criar uma Sala de Audiências, de suporte às práticas do Direito, para além de outras valências a equacionar nessa medida;

Proceder ao alargamento e actualização sistemática de conteúdos informativos da UAL, em todos os suportes, no sentido do cumprimento de requisitos e da melhoria dos factores de atractividade;

Analisar a relação custo-benefício da desactivação de algumas formações deficitárias;

Promover a realização de cursos de curta duração, designadamente em nichos de formação à medida, cursos de verão, cursos para estrangeiros, etc.;

No âmbito da transição da Autónoma Business School para a Autónoma Academy – a unidade de pós-graduações da UAL – para além da criação de novos cursos e formações à medida, promover-se a continuidade, através de novas edições, de cursos ministrados em anos anteriores, plano que tem levado à execução de vários instrumentos necessários à prossecução dos objectivos da escola, designadamente à validação científica da atribuição de créditos e à reformulação curricular de algumas formações. Tem a Autónoma Academy igualmente em preparação parcerias internacionais com universidades, centros de formação e entidades públicas e privadas, na Holanda, no Canadá, no Brasil, no Reino Unido e no Paraguai. Em Portugal, encontram-se em fase de negociação parcerias com a Universidade Católica, com o Alto Comissariado para as Migrações e com várias empresas da área tecnológica, estando igualmente previstos novos projectos de formação não conferente de grau, ligados ao empreendedorismo, à saúde e ao turismo.

2.3. Melhoria de desempenho dos Centros de Investigação

Proceder, através do Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento, a um mais eficaz acompanhamento e coordenação dos diversos intervenientes nesta área, no sentido de maximizar os recursos disponíveis e a respectiva produção científica da universidade;

Desenvolver mais áreas com potencial de investigação aplicada e de prestação de serviços à comunidade, designadamente com suporte de fundos comunitários e de apoios empresariais;

Conjugar recursos existentes no sentido da criação de um Centro de Estudos de Economia Social;

Promover a desmaterialização online de revistas de produção científica da UAL e estimular a criação de novos suportes a esse nível.

2.4. Incremento das parcerias inter-institucionais e da internacionalização

Prosseguir o estabelecimento de intercâmbios com outras entidades e instituições de ensino superior e redes de ensino nacionais e internacionais;

Prosseguir o desenvolvimento de uma estrutura inteiramente vocacionada para as lógicas de ensino à distância, em regime de “e-learning” e “b-learning”, tendo por objectivo reforçar a oferta curricular já existente e captar novos estudantes nacionais e internacionais;

Estreitar o relacionamento com universidades de referência no mundo lusófono, por forma a estabelecerem-se estratégias comuns de formação e angariação de novos estudantes;

Incentivar o intercâmbio de alunos e professores no âmbito dos programas de mobilidade internacional e o alargamento de acordos com instituições parceiras nessa perspectiva.

Anexo I – Cursos que conferem grau

Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro I – Distribuição dos alunos por anos curriculares (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano			
		Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
8157	Administração e Gestão Desportiva	13	13	1	15		15					14	43
8523	Administração de Unidades de Saúde											0	0
9023	Ciências da Comunicação	66	69	3	52	3	53					72	174
9078	Direito	120	139	17	182	60	289					197	610
9081	Economia	14	13	2	14	1	10					17	37
9119	Engenharia Informática	30	46	7	48	3	53					40	147
9147	Gestão	89	105	15	83	6	122					110	310
9165	Gestão e Administração Pública	1	3	2	8		5					3	16
9181	História	6	6		7		3					6	16
9186	Informática de Gestão	6	13	1	8		13					7	34
9219	Psicologia	41	43	5	51	1	19					47	113
9229	Relações Internacionais	20	18	1	17	1	18					22	53
9257	Arquitectura	16	18		13	1	35	5	28	1	62	23	156
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		422	486	54	498	76	635	5	28	1	62	558	1709

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano			
		Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
M494	História, Arqueologia e Património	1	1	4	4							5	5
6045	Ciências Documentais			2	3							2	3
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas				3							0	3
9298	Gestão de Empresas	9	11	31	71							40	82
9279	Direito	59	61	19	63							78	124
9463	Psicologia	19	20	2	36							21	56
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica				4							0	4
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais		1		3							0	4
M692	Comunicação Aplicada	9	9	3	3							12	12
M716	Economia das Organizações e Competitividade											0	0
9329	Relações Internacionais	2	3									2	3
TOTAL (2º ciclo de estudos)		99	106	61	190	0	0	0	0	0	0	160	296

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano			
		Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
9341	História	5	5		1		3					5	9
9339	Economia						7					0	7
9338	Direito	8	13	2	5							10	18
9343	Psicologia						19					0	19
TOTAL (3º ciclo de estudos)		13	18	2	6	0	29	0	0	0	0	15	53
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		534	610	117	694	76	664	5	28	1	62	733	2058

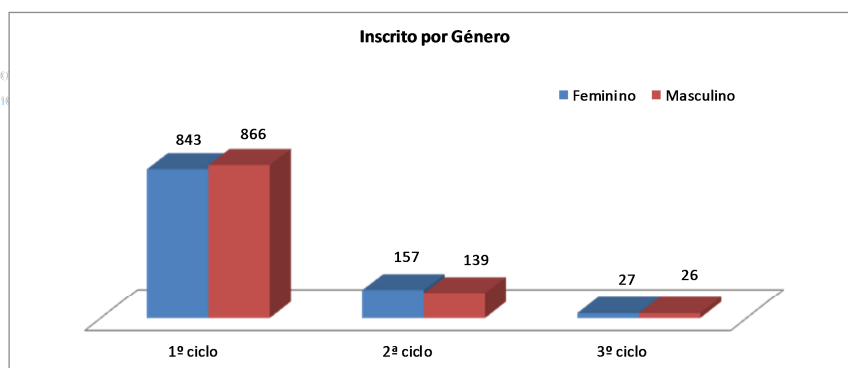
Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro II – Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Total		
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
8157	Administração e Gestão Desportiva	11	2	11	4	14	1							43
8523	Administração de Unidades de Saúde													0
9023	Ciências da Comunicação	20	49	22	30	15	38							174
9078	Direito	51	88	87	95	141	148							610
9081	Economia	7	6	8	6	5	5							37
9119	Engenharia Informática	38	8	43	5	48	5							147
9147	Gestão	58	47	44	39	62	60							310
9165	Gestão e Administração Pública	3		3	5	4	1							16
9181	História	6		5	2	3								16
9186	Informática de Gestão	11	2	5	3	12	1							34
9219	Psicologia	7	36	16	35	5	14							113
9229	Relações Internacionais	7	11	8	9	7	11							53
9257	Arquitectura	13	5	9	4	19	16	17	11	21	41			156
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		232	254	261	237	335	300	17	11	21	41			1709

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Total		
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
M494	História, Arqueologia e Património	1		5										6
6045	Ciências Documentais				3									3
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas				3									3
9298	Gestão de Empresas	7	4	34	37									82
9279	Direito	32	29	30	33									124
9463	Psicologia	7	12	12	24									55
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica				4									4
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais		1	3										4
M692	Comunicação Aplicada	3	6	3										12
M716	Economia das Organizações e Competitividade													0
9329	Relações Internacionais	2	1											3
TOTAL (2º ciclo de estudos)		52	53	87	104	0	0	0	0	0	0	0	0	296

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014										Total		
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
9341	História	2	3	1		2	1							9
9339	Economia					5	2							7
9338	Direito	8	5	2	3									18
9343	Psicologia					6	13							19
TOTAL (3º ciclo de estudos)		10	8	3	3	13	16	0	0	0	0	0	0	53
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		609	695	664	28	62	2058							



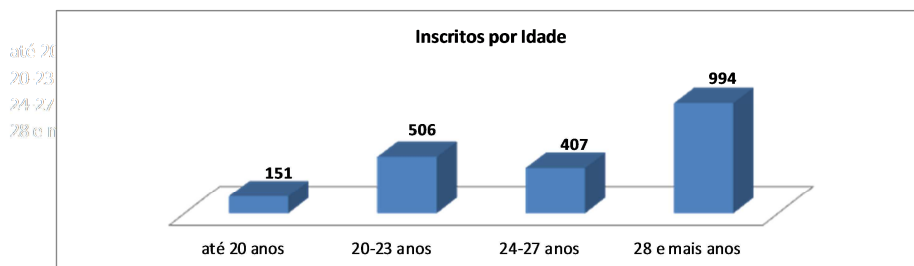
Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro III – Distribuição dos alunos por faixas etárias (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
8157	Administração e Gestão Desportiva	3	16	9	15	43
8523	Administração de Unidades de Saúde					0
9023	Ciências da Comunicação	40	80	29	25	174
9078	Direito	44	140	114	312	610
9081	Economia	5	6	8	18	37
9119	Engenharia Informática	6	25	43	73	147
9147	Gestão	31	86	75	118	310
9165	Gestão e Administração Pública		2	2	12	16
9181	História	1	1	3	11	16
9186	Informática de Gestão	1	2	8	23	34
9219	Psicologia	14	22	22	55	113
9229	Relações Internacionais		7	16	30	53
9257	Arquitectura	6	84	42	24	156
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		151	471	371	716	1709

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
M494	História, Arqueologia e Património			1	4	5
6045	Ciências Documentais				3	3
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas				3	3
9298	Gestão de Empresas		4	15	63	82
9279	Direito		15	14	95	124
9463	Psicologia		10	6	40	56
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica				4	4
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais				4	4
M692	Comunicação Aplicada		6		6	12
M716	Economia das Organizações e Competitividade					0
9329	Relações Internacionais				3	3
TOTAL (2º ciclo de estudos)		0	35	36	225	296

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
9341	História				9	9
9339	Economia				7	7
9338	Direito				18	18
9343	Psicologia				19	19
TOTAL (3º ciclo de estudos)		0	0	0	53	53
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		151	506	407	994	2058
Percentagem		7,34%	24,59%	19,78%	48,30%	

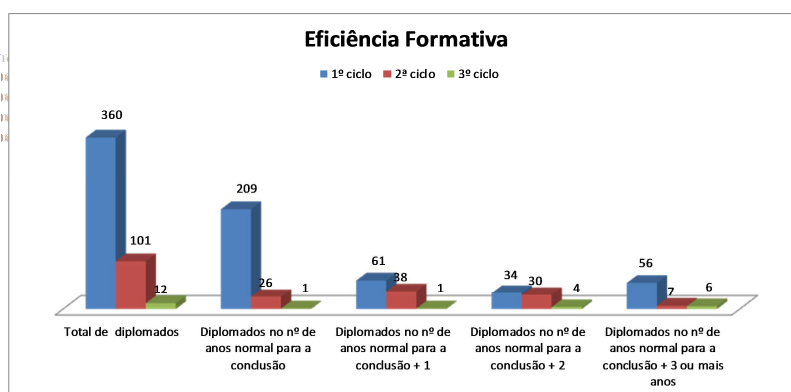


Quadro IV – Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
8157	Administração e Gestão Desportiva	9	6	1	2	
8523	Administração de Unidades de Saúde	0				
9023	Ciências da Comunicação	39	28	1	1	9
9078	Direito	141	105	15	11	10
9081	Economia	4	3			1
9119	Engenharia Informática	41	11	11	5	14
9147	Gestão	67	34	16	7	10
9165	Gestão e Administração Pública	2	2			
9181	História	1	1			
9185	Informática	0				
9186	Informática de Gestão	11	2	1		8
9219	Psicologia	19	6	6	4	3
9229	Relações Internacionais	7	4	3		
9240	Sociologia	0				
9614	Estudos de Arquitectura	6	1	4		1
9257	Arquitectura	13	6	3	4	
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		360	209	61	34	56

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
M494	História, Arqueologia e Património	0				
6045	Ciências Documentais	4	2	1	1	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	3	1			2
9298	Gestão de Empresas	21	10	7	3	1
9279	Direito	52	12	22	16	2
9463	Psicologia	12		4	7	1
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	3		1	2	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	3		2		1
M692	Comunicação Aplicada	1	1			
9272	Ciências da Comunicação	0				
M716	Economia das Organizações e Competitividade	0				
9329	Relações Internacionais	0				
6121	Mestrado em Estudos Portugueses	1			1	
M048	Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	1		1		
TOTAL (2º ciclo de estudos)		101	26	38	30	7

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2013/2014				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
9341	História	0				
9339	Economia	8	1	1	3	3
9338	Direito	3				3
9343	Psicologia	1			1	
TOTAL (3º ciclo de estudos)		12	1	1	4	6
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		473	236	100	68	69



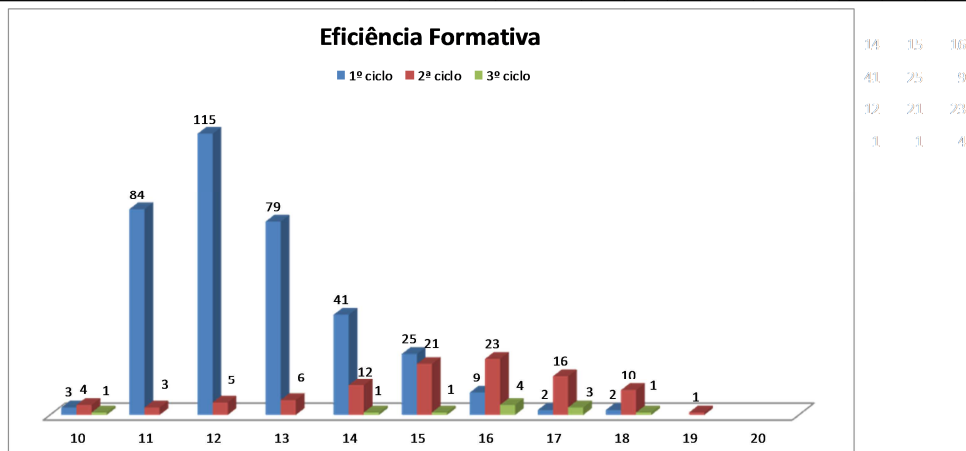
Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro V – Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos, distribuídos pelas respetivas classificações

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2013/2014																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
8157	Administração e Gestão Desportiva	L1	9			4	3	2												
8523	Administração de Unidades de Saúde	L1	0																	
9023	Ciências da Comunicação	L1	38		1	16	11	8	2											
9078	Direito	L1	145	2	60	56	20	2	5											
9081	Economia	L1	0																	
9119	Engenharia Informática	L1	41		2	10	15	9	5											
9147	Gestão	L1	70	1	20	15	17	9	4	3	1									
9165	Gestão e Administração Pública	L1	2			2														
9181	História	L1	1							1										
9185	Informática	L1	0																	
9186	Informática de Gestão	L1	10			3	2	2	3											
9219	Psicologia	L1	18			3	7	4	2	1	1									
9229	Relações Internacionais	L1	7			2	2	2	1											
9240	Sociologia	L1	0																	
9614	Estudos de Arquitectura	U	6		1	4	1													
9257	Arquitectura	MI	13				1	3	3	4						2				
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)			360	3	84	115	79	41	25	9	2	2	0	0	0	0	0			

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2013/2014																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
M494	História, Arqueologia e Património	M2	0																	
6045	Ciências Documentais	M2	4						1	1					2					
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2	3						1	1							1			
9298	Gestão de Empresas	M2	21		1			2	5	3	6	4								
9279	Direito	M2	52	4	2	4	3	7	9	16	6	1								
9463	Psicologia	M2	12				3	1	4	1	2	1								
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2	3					1			2									
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	M2	3			1		1		1										
M692	Comunicação Aplicada	M2	0																	
9272	Ciências da Comunicação	M2	1													1				
M716	Economia das Organizações e Competitividade	M2	0																	
9329	Relações Internacionais	M2	0																	
6121	Estudos Portugueses	M2	1						1											
M048	História Náutica e Arqueologia Naval	M2	1													1				
TOTAL (2º ciclo de estudos)			101	4	3	5	6	12	21	23	16	10	1	0	0	0	0			

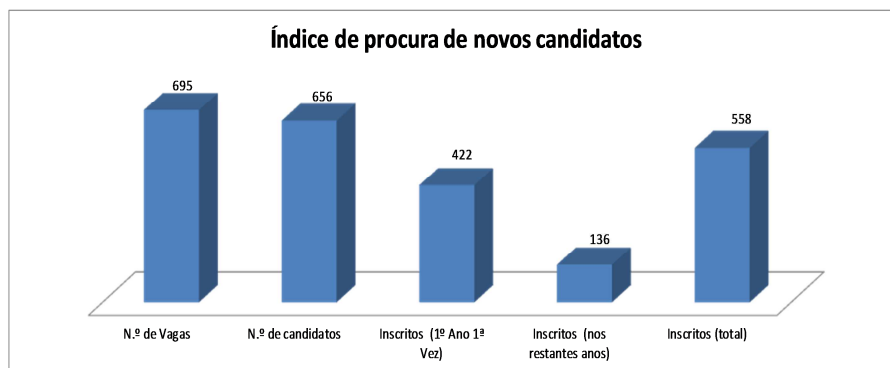
Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2013/2014																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
9341	História	D3	0																	
9339	Economia	D3	8					1	1	3	2	1								
9338	Direito	D3	2	1					1	1										
9343	Psicologia	D3	1								1									
TOTAL (3º ciclo de estudos)			11	1	0	0	0	1	1	4	3	1	0	0	0	0	0			
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS			472	7	87	121	88	53	46	36	16	19	3	0	0	0	0			



Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro VI – Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (ano letivo 2013/2014)

Ano lectivo 2013/2014											
Aluno matriculados pela 1ª Vez											
Cód. Curso	Curso	ECTS	N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos	Inscritos	Inscritos	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota média de entrada	
					(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
8157	Administração e Gestão Desportiva	180	30	21	13	1	14	95,0	100,0	125,8	
8523	Administração de Unidades de Saúde	180	40	0	0	0	0	95,0	0,0	0,0	
9023	Ciências da Comunicação	180	75	79	66	6	72	95,0	105,8	128,7	
9078	Direito	180	140	229	120	77	197	95,0	95,7	126,8	
9081	Economia	180	25	25	14	3	17	95,0	100,0	122,5	
9119	Engenharia Informática	180	65	42	30	10	40	95,0	100,0	121,9	
9147	Gestão	180	120	110	89	20	109	95,0	100,0	127,5	
9165	Gestão e Administração Pública	180	20	13	1	2	3	95,0	140,0	140,0	
9181	História	180	15	7	6	0	6	95,0	100,0	11,4	
9186	Informática de Gestão	180	25	9	6	1	7	95,0	130,0	140,0	
9219	Psicologia	180	50	59	41	6	47	95,0	100,0	122,3	
9229	Relações Internacionais	180	35	29	20	2	22	95,0	98,2	117,9	
9257	Arquitetura	300	55	33	16	8	24	95,0	100,0	119,2	
TOTAL			695	656	422	136	558				



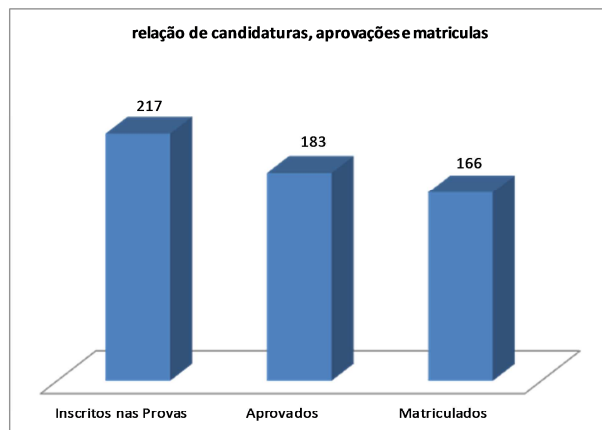
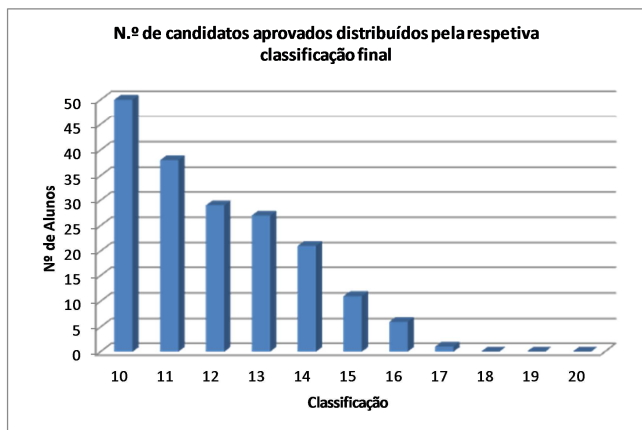
Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro VII – Alunos matriculados pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Concursos Institucionais	Regimes especiais		Concursos Especiais						Regime de MCTR					Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos matriculados na UAL
					Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Cursos		Transferência		Reingresso			
					1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.				
8157	Administração e Gestão Desportiva	7	3	1						1		2			13	14	43	
8523	Administração de Unidades de Saúde														0	0		
9023	Ciências da Comunicação	51	11	2		1				1	1	3	2	15	66	72	174	
9078	Direito	36	38	4	10	22				10	3	26	48	46	120	197	610	
9081	Economia	1	5	1	1					2		5	2	1	14	17	37	
9119	Engenharia Informática	4	17	3	3					3	5	3	2	9	30	40	147	
9147	Gestão	30	31	4	2			1	2	6	3	19	11	17	89	109	310	
9165	Gestão e Administração Pública		1						1		1			1	1	3	16	
9181	História	1	3							1		1			6	6	16	
9186	Informática de Gestão		2					1	1	1		2		1	6	7	34	
9219	Psicologia	18	19	1		1				3		1	4	5	41	47	113	
9229	Relações Internacionais	2	16	1						1		1	1	3	20	22	53	
9527	Arquitetura	9	3			6				1	1	3	1	3	16	24	156	
M494	História, Arqueologia e Patrimônio	5													1	5	5	
6045	Ciências Documentais	2													0	2	3	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas														0	0	3	
9298	Gestão de Empresas	40													9	40	82	
9279	Direito	78													59	78	124	
9463	Psicologia	21													19	21	56	
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica														0	0	4	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais														0	0	4	
M692	Comunicação Aplicada	12													9	12	12	
M716	Economia das Organizações e Competitividade														0	0		
9329	Relações Internacionais	2													2	2	3	
9341	História	5													5	5	9	
9339	Economia														0	0	7	
9338	Direito	10													8	10	18	
9343	Psicologia														0	0	19	
SUBTOTAL		334	0	149	17	16	30	2	4	30	14	66	71	101	534	733	2058	
TOTAL		334	0	166	46	6	6	6	4	44	14	137	71	101				

Quadro VIII – Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	CANDIDATOS													Matriculados		
		Inscritos nas Provas	Aprovados	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
8157	Administração e Gestão Desportiva	5	4	3			1										4
8523	Administração de Unidades de Saúde	2	0														
9023	Ciências da Comunicação	17	15	5	4	1	4				1						13
9078	Direito	56	47	14	8	4	7	7	3	3	1						42
9081	Economia	6	6	2	2	1	1										6
9119	Engenharia Informática	23	20	5	3	5	4	1	2								20
9147	Gestão	40	38	5	9	11	5	3	3	2							35
9165	Gestão e Administração Pública	4	1					1									1
9181	História	3	3	2		1											3
9186	Informática de Gestão	4	3				1	1	1								2
9219	Psicologia	25	21	8	4	3	2	3	1								20
9229	Relações Internacionais	26	21	5	8	2	2	3	1								17
9257	Arquitectura	6	4	1		1		2									3
TOTAL		217	183	50	38	29	27	21	11	6	1	0	0	0			166



Legenda:

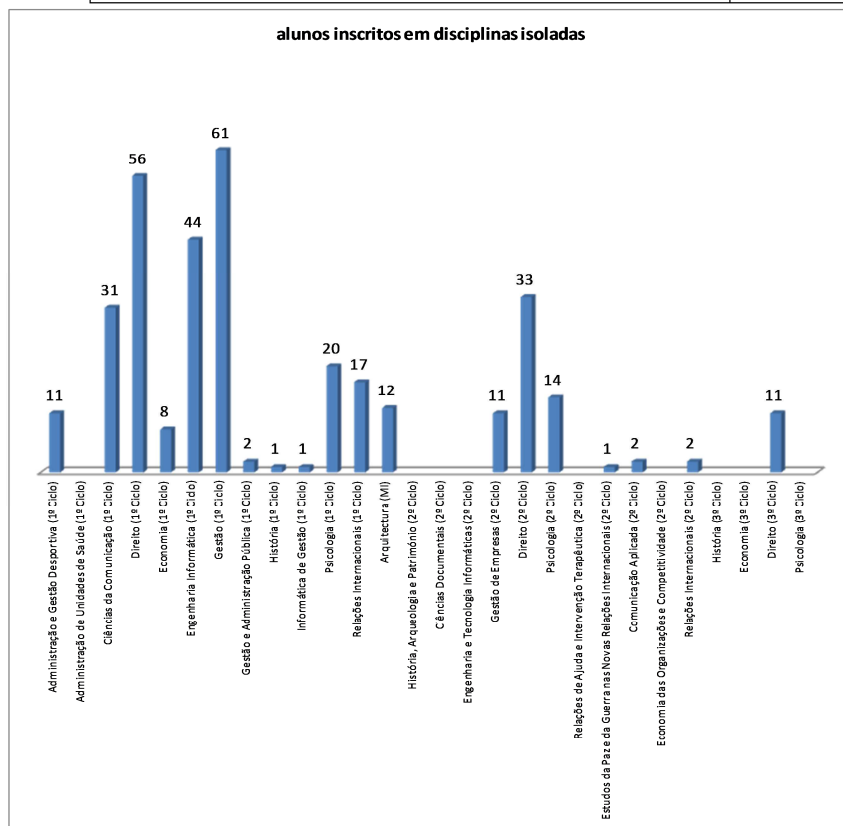
Inscritos nas provas: Alunos que manifestaram vontade para realizar a prova

Aprovados: Alunos que realizaram as provas e obtiveram aprovação

Matriculados: Alunos aprovados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro IX – Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	Alunos Inscritos
8157	Administração e Gestão Desportiva (1º Ciclo)	11
8523	Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	
9023	Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	31
9078	Direito (1º Ciclo)	56
9081	Economia (1º Ciclo)	8
9119	Engenharia Informática (1º Ciclo)	44
9147	Gestão (1º Ciclo)	61
9165	Gestão e Administração Pública (1º Ciclo)	2
9181	História (1º Ciclo)	1
9186	Informática de Gestão (1º Ciclo)	1
9219	Psicologia (1º Ciclo)	20
9229	Relações Internacionais (1º Ciclo)	17
9257	Arquitectura (MI)	12
M494	História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	
6045	Ciências Documentais (2º Ciclo)	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	
9298	Gestão de Empresas (2º Ciclo)	11
9279	Direito (2º Ciclo)	33
9463	Psicologia (2º Ciclo)	14
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica (2º Ciclo)	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	1
M692	Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	2
M716	Economia das Organizações e Competitividade (2º Ciclo)	
9329	Relações Internacionais (2º Ciclo)	2
9341	História (3º Ciclo)	
9339	Economia (3º Ciclo)	
9338	Direito (3º Ciclo)	11
9343	Psicologia (3º Ciclo)	
	TOTAL	338



Relatório do Reitor | 2013/2014

Quadro X – Distribuição dos alunos por país de nacionalidade (ano letivo 2013/2014)

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	KZ	GW	MX	CO	MZ	CV	NG	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CD	ZA	FR	ES	PL	NO	CZ
8157	Administração e Gestão Desportiva	41	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8523	Administração de Unidades de Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9023	Ciências da Comunicação	147	12	0	1	7	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
9078	Direito	429	139	0	1	20	3	0	6	0	1	2	5	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9081	Economia	19	15	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9119	Engenharia Informática	123	21	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9147	Gestão	231	57	0	0	7	4	1	4	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
9165	Gestão e Administração Pública	9	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9181	História	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9186	Informática de Gestão	28	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9219	Psicologia	83	15	0	0	14	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9229	Relações Internacionais	35	9	0	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
9257	Arquitetura	127	8	12	1	4	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		1288	287	12	3	60	10	1	13	1	2	4	14	0	0	1	4	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	KZ	GW	MX	CO	MZ	CV	NG	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CD	ZA	FR	ES	PL	NO	CZ
M494	História, Arqueologia e Património	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6045	Ciências Documentais	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9298	Gestão de Empresas	59	21	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9279	Direito	67	31	0	0	24	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9463	Psicologia	49	5	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M692	Comunicação Aplicada	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M716	Economia das Organizações e Competitividade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9329	Relações Internacionais	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (2º ciclo de estudos)		203	60	0	0	30	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	KZ	GW	MX	CO	MZ	CV	NG	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CD	ZA	FR	ES	PL	NO	CZ
9341	História	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9339	Economia	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9338	Direito	10	2	0	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9343	Psicologia	15	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (3º ciclo de estudos)		37	3	1	0	8	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		1528	350	13	3	98	10	1	13	1	2	7	14	1	2	1	4	1	2	1	1	1	1	2	1	0	0	0

- PT PORTUGAL
- AO ANGOLA
- IT ITÁLIA
- UA UCRAÍNIA
- BR BRASIL
- ST SÃO TOMÉ
- KZ CAZAQUISTÃO
- GW GUINÉ BISSAU
- MX MÉXICO
- CO COLÓMBIA
- MZ MOÇAMBIQUE
- CV CABO VERDE
- NG NIGÉRIA
- DE ALEMANHÁ
- EC EQUADOR
- NL PAÍSES BAIXOS
- BE BÉLGICA
- RO ROMÉLIA
- US ESTADOS UNIDOS
- MD REPÚBLICA DA MOLDOVA
- CD REPÚBLICA DEMOCRATA DO CONGO
- ZA ÁFRICA DO SUL
- FR FRANÇA
- ES ESPANHA
- PL POLÓNIA
- NO NORUEGA
- CZ REPÚBLICA CHECA

Anexo II – Cursos não conferentes de grau



MBA e Pós-Graduações (ano letivo de 2013/2014)

MBA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
9	3	6	16 valores
MBA EM GESTÃO E ECONOMIA DA SAÚDE			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
17	4	A decorrer	---
MBA EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
10	5	A decorrer	---
PÓS-GRADUAÇÃO EM TRADUÇÃO			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
11	2	9	16 valores
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO FISCAL			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
42	6	26	13 valores
PÓS-GRADUAÇÃO EM PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DIREITO À PRIVACIDADE			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
10	0	3	15 valores
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
15	2	8	15 valores
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NOTARIAL			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
16	2	10	16 valores
CURSO DE PREPARAÇÃO PARA O CEJ – VERTENTE PRÁTICAS FORENSES			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
28	4	16	13 valores
CURSO DE PREPARAÇÃO PARA O CEJ – VERTENTE ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
8	2	A decorrer	---
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREÇÃO E GESTÃO DE SEGURANÇA (3ª Edição)			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
30	2	28	15 valores
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DIREÇÃO DE SEGURANÇA (4ª edição)			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classif.
27	2	25	16 valores

**Anexo III – Notas sobre o “Regulamento Geral de
Avaliação de Conhecimentos”**

Notas sobre o

“Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos”

Tendo-me sido submetido para homologação o documento “Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos”, aprovado na reunião do Conselho Científico de 25-09-2006 e revisto em reunião do Conselho Pedagógico de 13 de outubro de 2011, de 13 de maio de 2013 e de 9 de abril de 2014, quero congratular-me pelo trabalho realizado e pela permanente preocupação de atualização.

E é exatamente esta última preocupação que me suscita algumas dúvidas ou comentários que gostaria que fossem ponderados pelos Conselho Pedagógico e que apresento de seguida:

1. Tendo em atenção as várias revisões assinaladas, creio que o Preâmbulo deveria incorporar as razões dessas mudanças, referindo diplomas legais posteriores a 2005 e também a experiência da aplicação das versões anteriores.
2. Uma das minhas preocupações fundamentais é que o Regulamento reflita também as práticas correntes consideradas boas e úteis, dentro do espírito de flexibilidade que é a matriz do processo de Bolonha.

É nessa perspetiva que creio que a absoluta separação que, na minha leitura, vejo entre Provas de Avaliação Contínua (Artigo 5º) e Exame de Avaliação Final (Artigo 6º e seguintes) me parece não só não corresponder ao que se fez na realidade, mas também conter em si uma aparente inflexibilidade que deve ser evitada.

Tal como está escrito o Regulamento, a prova correspondente ao Exame Final não pode ser usada no contexto da Avaliação Contínua. Ora isto, em meu entender, não corresponde ao que é uso (e, a meu ver, bom uso) dessa prova em muitas disciplinas e em muitas escolas superiores.

Em meu entender, nada impede que essa prova que é a única para quem, à partida, por ela optou, possa ser, em simultâneo, usada como o elemento final de avaliação, devidamente ponderada no contexto dessa avaliação. Tenho até a opinião que ela é importantíssima no contexto dessa avaliação, já que permite verificar a consistência da visão dos alunos de cada uma das disciplinas, não ficando só pela soma de avaliações parcelares, como acontece (a meu ver mal, exceto em áreas onde a lógica de módulos independentes faz sentido) em muitos casos.

Daria até flexibilidade aos alunos para nessa prova fazerem uma opção final pelo regime escolhido, isto para incorporar a preocupação expressa na alínea b) do nº 1 do Artigo 6º do Regulamento:

“O exame constitui uma prova de avaliação de recurso para os alunos que não obtiveram aproveitamento na avaliação contínua.”

Se esta sugestão for aceite, haverá que, naturalmente, retocar os Artigos 4º A, 5º e 6º.

3. O problema da Revisão de Provas também me levanta algumas dúvidas, pois entendo que esse é um direito do aluno, dentro de um espírito de transparência que deve existir na universidade.

Claro que ele tem de ser visto numa lógica de responsabilidade do aluno que não pode ter incentivo para abusar do processo, como pode vir a ser o caso.

Tendo esta reflexão como pano de fundo, parece-me demasiado curto o prazo de vinte e quatro horas para reclamação, que figura no nº 2 do Artigo 9º. No mínimo 48 horas, embora eu preferisse 72 horas, só contando os dias úteis.

Por outro lado, parece-me que se pode aligeirar o processo, considerando que o primeiro passo pode ser a leitura do Exame pelo aluno na presença do docente e a explicação entre ambos (experiência que uso, há muitos anos, com sucesso e sem quaisquer problemas), só se caindo na aplicação no nº 2 do mesmo Artigo, caso o aluno não concorde com a classificação final do docente.

É claro que esta seria uma opção transparente, em princípio aberta a todos os alunos, mas que, por um lado, se torna inoperacional para algumas das disciplinas com maior número de alunos e, por outro lado, não incentivaria os alunos a serem responsáveis, podendo “atirar o barro à parede”. Neste contexto, o pedido na Secretaria e o uso de uma taxa, ao jeito de “taxa moderadora”, poder-se-ão justificar.

Tendo ainda em conta que, segundo o nº 1 do Artigo 9º, esse pedido de revisão de provas só pode ocorrer na prova escrita do exame de avaliação final, creio ter aqui mais uma razão para o uso dessa prova no contexto da avaliação contínua, como sugiro atrás. Dessa maneira, também se assegura a não absoluta discricionariedade dos docentes que fica aberta pelo processo de avaliação contínua descrito no Artigo 5º

4. Finalmente, uma nota sobre o conteúdo do Artigo 19º e seguintes, relativos à correspondência entre escalas.

Bem sei que elas traduzem com fidelidade os documentos legais, mas também é verdade que tem havido vários estudos posteriores que procuram testar a lógica destas correspondências.

No fundo, está a admitir-se que as classificações no universo da população universitária seguem a lei normal, o que é aceitável e nem precisará de passar por nenhum teste específico de normalidade. Mas o que nós temos em cada caso, em cada escola, em cada disciplina e em cada ano, é uma amostra, não necessariamente representativa desse universo, exigindo testes de normalidade permanentes e, mesmo obedecendo à existência de um número mínimo de observações (100, pelos vistos), essa correspondência vai gerar distorções dos méritos relativos entre os alunos das várias escolas, sem falar das distorções inter-temporais.

Este último ponto é apresentado mais como sensibilização para o estudo do problema do que como proposta de alteração do Regulamento, para o qual não teria outra alternativa que não fosse a de dizer, no atual nível de conhecimentos e de estudo, que o melhor era não existir, o que está, obviamente, fora de questão.



José M. Amado da Silva
Reitor

**Anexo IV – Relatório das atividades da Biblioteca
e Editora (EdiUAL)**

Biblioteca

A Biblioteca caracteriza-se cada vez mais por uma postura que se traduz em deslocalizar-se e não apenas em esperar que a procurem.

O acervo é múltiplo em formatos, físicos e virtuais, tendo-se abraçado o projecto do Repositório Institucional – *Camões* - com convicção.

Conscientes que hoje em dia o trabalho em rede é o único verdadeiramente visível e que transporta mais-valias, a Biblioteca:

1. Procura o apoio da Informática, interna e externamente, para se actualizar e levar a bom porto diversos outros projectos;
2. Procura outras estruturas similares, públicas e privadas, com quem mantém discussão;
3. Procura fomentar a vinda de colegas (via *Erasmus Staff*) de outros países (num total de 5 nos últimos dois anos, e já com mais 5 agendados para este ano, nomeadamente, de Espanha e da Polónia);
4. Procura estar presente em eventos da especialidade, partilhando o nosso trabalho (como aconteceu com *Comunicar Sem Barreiras*¹, apresentado na 5ª Conferência Luso-brasileira de Acesso Aberto, em Outubro de 2014 em Coimbra), ou assistindo e actualizando-nos, ouvindo os outros.
5. Procura corresponder à actualização tecnológica, adquirindo *upgrades* de *softwares*.
6. Procura aumentar o leque de bases de dados que disponibiliza aos seus clientes.
7. Procura apoiar os investigadores, através de apoio pessoal, acções de formação, promovidas por nós e ministradas interna e externamente.
8. Procura fazer apresentações da Biblioteca nas aulas do 1º ano de todas as licenciaturas, sendo, na maior parte dos casos, a iniciativa nossa e não dos Directores dos Departamentos.
9. Procura continuar a convidar os docentes a dedicar uma aula à Biblioteca *in loco*, para que os alunos melhor se familiarizem com os recursos.

A Biblioteca sente um desamparo por parte da maioria dos docentes que a ignoram e desprestigiam, quando:

1. Não cumprem a *Política de Depósito no Repositório Institucional*, fragilizando a posição da Biblioteca e, acima de tudo, da própria escola, principalmente aquando das visitas de avaliação da Agência.
2. Pedem para retirar documentos do Repositório, alegando as mais diversas circunstâncias, entre elas, ter sido atribuída uma nota baixa.
3. Não cumprem o *Regulamento de Ofertas*, trazendo para a Biblioteca tudo o que não querem em casa, sem pensarem que o simples facto da documentação entrar, cria problemas logísticos.
4. Não actualizam as bibliografias.

¹ Disponível, também em linguagem gestual, naquilo que configura outra inovação, em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/468/1/poster%20rep%20camoes.pdf>.

5. Não nos enviam as bibliografias (actualizadas ou não).
6. Não nos procuram e adiam encontros promovidos por nós.

Muito trabalho há ainda a fazer, mas podemos afirmar que a Biblioteca, fisicamente disponível em vários horários ao longo do ano, de acordo com o calendário académico, adquiriu uma vitalidade ímpar na vida da Universidade ao estar presente vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, trezentos e sessenta e cinco dias por ano no quotidiano de investigadores, discentes e docentes, graças ao acesso à distância.

Actividades e estatísticas da Biblioteca 2013/2014

A Biblioteca é a estrutura de apoio de acesso à informação, em qualquer suporte, presencialmente ou à distância e serve as seguintes comunidades:

1. Alunos, docentes e funcionários da UAL
2. Escola Superior de Enfermagem
3. Alunos Erasmus
4. Alunos de outras Escolas
5. Outras Bibliotecas (nacionais e estrangeiras)

Inscrições - Novas 363 (210 no ano anterior)

Atendimento - 69.492 entradas (51.023 em igual período de tempo no ano anterior)

Não contempla a Boavista / Campo de Ourique

Empréstimos, Renovações, devoluções e Reservas - 16.918 (16.350 em igual período de tempo no ano anterior)

EIB (Empréstimo Inter bibliotecário):

Pedido por nós: 8

Pedido a nós: 6 (4 em Portugal e 2 do estrangeiro)

Difusão Selectiva da Informação (DSI)

Envio de informação diária para todos os leitores inscritos neste serviço, com as seguintes proveniências:

- Legix
- Ordem dos Advogados

Formação de utilizadores

Promoveram-se várias acções de formação para alunos e docentes sobre navegação e exploração das Bases de dados, Acessos Aberto e Repositório Institucional, ministradas pelas Bibliotecárias e pela EBSCO.

Formação de funcionários

Formação em Língua Inglesa, providenciada pela CEU/UAL

Workshop sobre Bibliometria organizado pela BAD na Univ. Aberta

Depósito Legal

Dando corpo à obrigatoriedade de envio das cópias das teses em papel e suporte digital para a Biblioteca Nacional, procedeu-se ao envio de 18 documentos.

Internet- Manutenção e actualização do sítio da Internet da Biblioteca.

Repositório Institucional

Integraram-se 235 novos registos (tem 482 no total). Verificaram-se:

44.975 consultas

80.891 downloads

Tratamento documental

A Base de Dados foi aumentada em 1003 registos bibliográficos (dos quais 944 monografias e 59 analíticos, para além dos trabalhos académicos já referidos).

Aquisições

Bases de Dados – 52.000,00€

Documentação física – 13.000,00€

Permutas com 36 entidades fixas e 18 ocasionais e esporádicas.

Bases de Dados

Academic Search™ Premier – Abrange todas as áreas do conhecimento

Business Source™ Premier – Gestão e Economia, embora cruze matérias com outras áreas do conhecimento

Art& Architecture - Arte e Arquitetura

PsycINFO – Psicologia e Ciências do Comportamento, contém resumos de artigos

PsycArticles – Psicologia e Ciências do Comportamento, artigos em texto integral

PsycCRitiques – Psicologia, Ciências do Comportamento e Ciências Sociais, análise de livros e filmes

Acesso às Bases de Dados

Registaram-se:

29.856 acessos

108.024 pesquisas

Erasmus

No âmbito do regime de mobilidade profissional Erasmus Staff, a Biblioteca recebeu três bibliotecários da Universidade de Granada, cuja estadia foi acompanhada pela nossa equipa, num programa que incluiu todas as vertentes de funções desta estrutura.

Editora

A responsabilidade da gestão da Editora foi-nos confiada há escassos meses, motivo pelo qual não se enviam números ou estatísticas.

Adianta-se que estamos a renovar a EdiUAL estruturalmente, ou seja, já se enveredou pela sua desmaterialização, começando a publicar digitalmente.

Em parceria com a Informática, criámos o site <http://journals.ual.pt/home/> onde estão os seguintes títulos:

Janus.net

Janus Anuário

Estudo Prévio

Psique

Galileu (em progresso)

Os três primeiros títulos já eram acessíveis *online* e os dois últimos passam a ser a partir de agora.

A EdiUAL vai procurar parceiros no mundo editorial, título a título, assumindo a vertente de co-editora mediante o pagamento de um subsídio, e eliminando muita logística administrativa, contabilística e de trabalho de retaguarda em armazém e inventariação.

Em simultâneo, e porque todas as tarefas em rede têm uma maior mais-valia, a desmaterialização da Editora vai permitir enriquecer o Repositório Institucional que está permanentemente debaixo de observação.

Devemos publicar sim, privilegiando a opção digital, sem necessidade de editar nos formatos convencionais, completamente alheios à nossa vocação como Escola, quando transportam a inata vertente comercial.

Verificação de originalidade

Por deliberação da CEU desde Junho de 2014 que voltei a exercer esta missão, desta feita através do *software* EPHORUS, ao qual temos acesso *online*.

Desde essa altura foram vistos 94 trabalhos de mestrado e doutoramento, num contexto sigiloso.

O *software* tem muitas limitações e detecta cerca de 50% dos casos, não identificando duas situações cruciais:

1. Cópias de texto em papel
2. Traduções

Verifica-se que alguns docentes, sabendo da existência do *software* de detecção de plágios, acomodam-se, negligenciam o acompanhamento dos trabalhos, o que se traduz numa desresponsabilização dos orientadores.

Anexo V - Centros de Investigação

CENTROS DE INVESTIGAÇÃO RELATÓRIO ANUAL DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

ANO LECTIVO 2013-2014

No quadro das iniciativas e outras actividades levadas a cabo pelos Centros de Investigação, da Universidade Autónoma de Lisboa, foram cumpridas e apresentadas as seguintes acções:

1. Em Dezembro de 2013, a Universidade Autónoma de Lisboa avançou, junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o registo de 3 Centros no âmbito da Avaliação e Financiamento das Unidades de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico, a saber:

- a) **OBSERVARE** - Observatório de Relações Exteriores
Director: Prof. Doutor Luís Moita
- b) **CIP** - Centro de Investigação em Psicologia
Director: Prof. Doutor João Hipólito
- c) **RATIO LEGIS** - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas
Director: Prof. Doutor Pedro Trovão do Rosário

Os resultados da referida Avaliação foram anunciados em finais de Junho de 2014, e ditaram nota positiva para os dois primeiros Centros, ou seja, Observare e CIP com *Good*, e insuficiente para o Ratio Legis com *Poor*. De realçar que, não obstante a atribuição de nota positiva, de acordo com o Regulamento do Registo das Unidades, os todos os Centros com nota igual ou superior a “Bom” beneficiam, apenas, do financiamento base de 5.000€ anuais, com efeito a partir de Janeiro de 2015, e válido por um período de seis anos, no âmbito do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para 2015-2020. Note-se, todavia, que todos os Centros têm em curso um processo de reformulação do plano estratégico do qual poderá resultar financiamento adicional.

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Director: Prof. Doutor Luís Moita).

Actividades desenvolvidas: O Observare produziu diversos documentos no âmbito do processo de Avaliação pela FCT, assim como para os cursos novos para funcionamento, junto da A3ES. Foi estabelecido um programa transnacional de investigação, pilotado pelo OBSERVARE e envolvendo um certo número de instituições estrangeiras relativo ao novo Doutoramento em Relações Internacionais. Geopolítica e Geoeconomia, tendo para efeito sido formalizados protocolos com a METU de Ancara e a Sapienza de Roma, e em curso continuam pendentes contactos com as Universidades Complutense e a PUC São Paulo. O OBSERVARE participou, institucionalmente, no Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, em Coimbra, tendo coordenado um painel e apresentado quatro comunicações (Filipe Romão, Luís Moita, Luís Tomé e Luís V. Pinto). Um número significativo de investigadores do OBSERVARE participou institucionalmente em eventos científicos internacionais, incluindo deslocações de maior ou menor duração a países estrangeiros (Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, São Tomé e Príncipe, Turquia, Uruguai). Uma investigadora do OBSERVARE, Nancy Gomes, obteve o grau de Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa.

Produção Científica: Foram produzidos e publicados sete artigos publicados na Janus.net; seis artigos em revistas nacionais sem *referee*; cinco artigos em revistas internacionais com *referee*, e 4 livros.

Colóquios e Conferências: II Congresso Internacional do OBSERVARE, na Fundação Calouste Gulbenkian, com dez conferências em plenário e sessenta e duas comunicações repartidas por doze painéis, e primeira cerimónia de atribuição dos prémios OBSERVARE à OIT e ao Prof. Mariano Aguirre (Julho, 2014); IV Jornadas científicas da unidade de investigação OBSERVARE (Julho, 2014); Cátedra Norberto Bobbio, com o Prof. Mário Losano, da Università del Piemonte Orientale (Alessandria), Itália (Maio, 2014); Cátedra Fernand Braudel, com o Prof. Celestino del Arenal da Faculdade de Ciência Política e Sociologia da Universidade Complutense (Abril de 2014); “Cem anos de bilateralismo entre Portugal e Brasil”, realizada no âmbito das celebrações do Centésimo Aniversário da Adidância de Defesa do Brasil em Portugal (Fev., 2014); III Jornadas científicas da unidade de investigação OBSERVARE (Jan., 2014); Cátedra Joseph Schumpeter, com o Prof. Giuseppe Ammendola da Universidade de Nova Iorque. EUA (Jan., 2014); Cátedra Halford Mackinder, com o Prof. Hüseyin Bağcı da Middle East Technical University, Ancara, Turquia (Jan., 2014); “África e a estratégia nacional do Brasil”, realizada por ocasião do lançamento do livro, com o mesmo título, do Prof. Darc Costa sobre a política externa brasileira em África. (Out., 2014).

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Director: Prof. Doutor João Hipólito).

Actividades desenvolvidas: assentaram em duas Linhas globais de Investigação: *Psicologia da Saúde, e Bem-estar e Desenvolvimento*. O primeiro grupo de trabalho contempla 4 projectos de investigação: 1) *A Perturbação de Stresse Pós-Traumático (PTSD) em Portugal*, projecto iniciado em 2008, e agora finalizado, do qual resultaram, neste ano lectivo, 2 apresentações em congressos internacionais com *referee*, e 1 apresentação em congresso nacional sem *referee*. Em curso, um artigo científico de síntese em fase final de redacção, para publicação em revista de referência. Prolongar-se-á num novo projecto comparativo com outra população lusófona não portuguesa, para o qual, actualmente, se procuram parceiros. 2) *Adaptação e validação de instrumentos psicométricos desenvolvidos no âmbito do CIP*, iniciado em 2011, e agora finalizado, do qual resultaram, neste ano lectivo, 1 publicação em revista nacional com *referee*. 3) *Efeitos da percepção da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal*, iniciado em 2012, e com finalização prevista para 2015. Neste ano lectivo resultaram 3 comunicações em congresso internacional com *referee*, e 2 artigos para publicação, em revista internacional com *referee*. 4) *New work research project: the new work and it's impacts, NWRP*, iniciado em Jan. de 2014, e com finalização prevista para 2020. Ingressou na equipa de investigação o Professor Michael Leiter da Acadia Universty - Canada (mais de 90 artigos em revistas internacionais com factor de impacto); foram submetidas duas propostas de apresentação ao Congresso da eawop2015, e encontram-se em fase final 3 artigos para publicação. O segundo grupo contempla 3 Linhas de Investigação: 1) *Estudo da Relação entre qualidade do sono, Bullying, desempenho académico e comportamento em sala de aula em crianças de idade escolar*, iniciado em Março de 2013, e com finalização prevista para 2016, do qual resultou, neste ano lectivo, 1 livro, 1 artigo em revista internacional com *referee*, 1 artigos em revista internacional sem *referee*, 2 comunicações em congresso internacional com *referee*, e 2 comunicações em congresso nacional sem *referee*.

A segunda Linha engloba 2 projectos: a) *Alternância vigília/sono e o desenvolvimento da consciência humana na perspectiva transcultural*. Projecto do qual resultaram, neste ano lectivo, 6 artigos, dois deles publicados em revistas internacionais com forte factor de impacto e encontram-se anexados ao índice Scopus. Um artigo foi publicado numa revista nacional com *referee*; participação na candidatura do CIP-UAL à Avaliação do FCT, como Coordenador de um grupo de investigação incluindo colegas investigadores internacionais; foi proposta à Autónoma Academy, uma formação sobre transculturalidade. b) *Trabalho, Saúde e Bem-Estar*. Projecto do qual

resultaram, neste ano lectivo, 4 comunicações em congresso internacional com *referee*, e 2 comunicações em congresso nacional sem *referee*. A terceira, e última, Linha, com o projecto: *Preditores Transculturais do Bem-Estar Subjectivo*. Durante este ano lectivo, foi recolhida a amostra Indiana do estudo, em Goa (nas cidades de Panaji, Mapusa e Margão), num total de 600 estudantes Universitários, tendo sido publicados 5 artigos que estavam em processo de submissão, quatro destes artigos em revistas internacionais com *referee*, com factor de impacto e indexadas em bases de dados internacionais de referência, designadamente na Scopus e na PsycInfo, o quinto artigo foi publicado numa revista nacional com *referee*.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Director: Prof. Doutor Pedro Trovão do Rosário).

Actividades desenvolvidas: Definição de duas linhas principais de Investigação e integração de investigadores; composição da “Unidade de Acompanhamento”; processo de Avaliação junto da Fundação para a Ciência e tecnologia – Ministério da Educação e Ciência, ainda em curso, que incluiu a selecção de novos Investigadores, e acompanhamento das diversas fases, com instrução de todos os formulários preenchidos e entregues; elaboração e entrega de proposta de Revisão de Estatutos do - “Ratio Legis”, e actualização de informação relativa ao mesmo e sua divulgação; estruturação de *site*. Promoção e organização de Manual de “Introdução ao estudo do Direito”; Promoção de Protocolos de colaboração com: CNPD (Comissão Nacional de Protecção de Dados); EPC (European Policy Center); UNED – Madrid; FDSM – Brasil NSIS - Associação de Estudos Estratégicos e Internacionais - Network of Strategic and International Studies; Amnistia Internacional – Portugal; DECO – Associação Portuguesa Defesa Consumidor; realização de estudos tendentes à produção e difusão de projectos de I&D; articulação com outras áreas de investigação já existentes na UAL; articulação com a investigação desenvolvida em sede de mestrados, doutoramentos e pós-graduações existentes ou a criar.

Colóquios e Conferências: “A Proposta de Revisão do Código de I.R.C” – 5 de Dezembro de 2013; “Confiança – A Confiança no Direito, na Sociologia, na Ciência Política e na Psicologia” – Prof. Doutores António Carlos Santos, Pedro Trovão do Rosário, António Pedro Ferreira, Rafael Marques, Paulo Finuras e Prof. Doutora Iolanda Galinha; “O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes”, sob coordenação da Prof. Doutora Constança Urbano de Sousa; participação no II Congresso Internacional Observare; “O combate à Erosão Fiscal – O relatório BEPS da OCDE e os pregos de transferência” (em parceria com a Associação Fiscal Portuguesa e o ISCAL-Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa) - Professor Doutor Jonathan Barros Vita – UNIMA; Jornada Ibérica de jovens cientistas do Direito; Conferências / Seminário permanente de qualificação do corpo docente e discente, em complemento ao curso de doutoramento, aberto aos mestrados e ao corpo docente em geral, como entre outras: “A garantia prejudicial dos direitos dos cidadãos” – Juiz Conselheiro Alfredo José de Sousa; “Tribunal Constitucional - Um legislador negativo, ou mesmo positivo?” – Prof. Doutor Pedro Trovão do Rosário; o “União Europeia: Um projecto de futuro ou uma memória do passado?” – Deputado ao Parlamento Europeu Carlos Miguel Coelho; o «A influência da plea bargaining no processo penal de origem romano-germânico» - Professor Doutor Nereu Giacomolli, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; o “A Ciência Jurídicas como caminho de afirmação e valorização do ser humano” – Prof. Doutor Manuel Guedes Valente.

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (Directora: Prof. Doutora Filipa Ramalhete).

Actividades desenvolvidas: O Centro teve em curso 3 projectos: 1) *Revista on-line Estudo Prévio Estudoprevio.net*. Em 2014 foi editado e lançado o n.º 4 (1º semestre), o n.º 5 da revista será lançado em Dezembro de 2014. A revista teve até ao momento 27 886 (no ano anterior teve 14 450 leitores). 2) *Projecto Fronteiras Urbanas* (projecto FCT, a decorrer, com duração de 2 anos até Jan. de 2014). A componente produzida pelo CEACTION/UAL, é feita em parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Os resultados decorrentes da produção e divulgação resultaram na edição de um livro e produção de um documentário. 3) *Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITUaction*. O Laboratório de Intervenção em Arquitetura 2014 INSITUaction foi um projecto de investigação/intervenção realizado em parceria com o Vitruvius FabLab do ISCTE e a Câmara Municipal de Almada, contou com a participação de 30 estudantes e dois *ateliers* tutores, e centrou-se, tal como em 2013, no bairro do 2º Torrão na Trafaria., tendo os seus objectivos do InSitu sido plenamente atingidos. Os InSitu (2013) e o INSITUaction (2014) foram apresentados em duas sessões na Casa da Cerca, em Almada (Maio e Outubro, em anexo). Foi aprovada a participação no Seminário Internacional Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas, em Almada (6/7 Novembro). Deste projecto resultou 1 artigo em revista internacional com *referee*, um livro, e duas comunicações em Congressos/conferências científicas nacional e internacional com *referee*, respectivamente, ainda a elaboração de um texto para a representação de Portugal na Bienal de Arquitetura de Veneza.

Este projecto foi alvo de uma reportagem pela SIC, e os resultados do INSITUaction podem ser visualizados em <http://vimeopro.com/gotovideos/espacos-e-casas-tv/page/1>.

Colóquios e Conferências: Filipa Ramalhete, Maria Assunção Gato, Sérgio Vicente, Gerbert Verheij, *Participatory public Art Process in Almada – Agents and Values*, Conferência Internacional de Arte & Criatividade Urbana de Lisboa, Julho, 2014; Filipa Ramalhete, Maria Assunção Gato, Gerbert Verheij, Sérgio Vicente. *Rethinking Collaborative Public Art – Agents and values in the monument to multiculturalism in Almada*, Portugal 13th EASA Biennial Conference Collaboration, Intimacy & Revolution – Innovation and Continuity in an Interconnected world, Tallinn, Agosto, 2014; Filipa Ramalhete, Luís Marques, *Cognitive mapping and spatial relations in urban areas International Conference Mapping Culture: Communities, Sites and Stories*, Coimbra, Maio, 2014. Filipa Ramalhete, Sérgio Vicente, Sérgio Silva, José Castro Caldas. *Realizar – acompanhar – avaliar: processos participativos de intervenção no território*, Almada, Maio, 2014.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Director: Prof. Doutor Arlindo Alegre Donário).

Actividades desenvolvidas: O Centro teve em curso o projecto: Investigação no âmbito da nova economia comportamental e análise económica do direito. A investigação teve como objectivo integrar na análise económica os recentes contributos da economia comportamental e da neurociência, tendo sido efectuado o levantamento e estudo de bibliografia, e observação da realidade nacional e internacional, tendo sido cumpridos os objectivos propostos inicialmente.

Publicações: Arlindo Donário/Ricardo Borges dos Santos, *O Paradigma do Homo Economicus*, EDIUAL, 2013.

CELCT - Centro de Estudos Linguísticos, Comparados e Multimédia (Directora: Prof. Doutora Isabel Silva).

Actividades desenvolvidas: O Centro teve em curso o projecto: *Discurso, Identidade e Tecnologia.*, tendo como objectivo, na sequência de um projecto anterior sobre diferentes tipologias e identidades de aprendizagem, analisar o impacto que as TIC têm na sociedade actual, seja no contexto de aprendizagem, no contexto dos novos espaços de comunicação ou outros.

Produção Científica: Fernandes Silva, I. et al. Meeting Students' Expectations in a Changing Teaching and Learning Environment – a Study on Student Perceived Satisfaction. Proceedings of INTED2014 Conference 10th-12th March 2014, Valencia, Spain; Fernandes Silva, I., Teixeira, A., Quintas, C. Is English still a false friend? – a study on language interference and the importance of learning (English) in the 21st century. (artigo submetido para as actas da Conferência Language in Focus 2014); Fernandes Silva, I. & Teixeira, A. Does impoliteness foster impoliteness? Instances of impolite discourse in a computer-mediated environment (artigo em elaboração a submeter até ao fim de Novembro 2014).

Conferências: Fernandes Silva, I. et al. Meeting Students' Expectations in a Changing Teaching and Learning Environment – a Study on Student Perceived Satisfaction, 2014; Fernandes Silva, I., Teixeira, A., Quintas, C. Is English still a false friend? – a study on language interference and the importance of learning (English) in the 21st century. (artigo submetido para as actas da Conferência Language in Focus 2014); Quintas, C. Teixeira, A., Fernandes Silva, I. Rodrigues Duarte, J. Qualitative analysis on perceived satisfaction in a b-learning program at a Portuguese university, 2014; Fernandes Silva, I., Teixeira, A., Quintas, C., Rodrigues Duarte, J. Student perspective(s) on Computer Supported vs Face-to-face Learning, 2014; Fernandes Silva, I. & Teixeira, A. Does impoliteness foster impoliteness? Instances of impolite discourse in a computer-mediated environment, 2014.

Nota: As actividades científicas desenvolvidas por cada um dos referidos Centros de Investigação, encontram-se descritas, em detalhe, no Relatório Científico Anual 2013-2014 do GAID.

Anexo VI – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída - 2013/2014

Número	Nome	Sigla	Designação	Grau	Regime
108231	Ana Filipa Ribeiro Ramalhete	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo integral
107118	António Marques Miguel	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
105778	Carlos Manuel Pereira Nogueira	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
102417	Cláudia Costa Rodrigues Pinto	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo integral
107230	Egas José Vidigal Vieira	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo parcial
109686	Fernando Manuel Alves Rodrigues	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo parcial
107219	Francisco Xavier Aires Mateus	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo integral
108536	Inês Varela Maia Lobo	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo integral
108043	João Manuel Belo Rodeia	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
105673	João Manuel Gomes Silva	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
103753	João Pedro Santa-Rita Fernandes	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo integral
108213	José Adrião Costa Martins	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo parcial
108410	José Albino Monterroso Teixeira	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo parcial
107113	Manuel Carlos Graça Dias	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo parcial
107124	Manuel Carlos Lacerda Matos	ARQ	Departamento Arquitetura	Mestre	Tempo parcial
104629	Manuel Joaquim Soeiro Moreno	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo integral
106723	Mário José Gomes Boucinha	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo parcial
105524	Nuno Alexandre Coimbra Crespo	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo parcial
107216	Nuno Miguel Ribeiro Mateus	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo integral
104422	Paulo Jorge Seródio Lopes	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
103497	Pedro Júlio Guerreiro Reis	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo integral
104272	Pedro Nuno Campos Costa	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
104367	Ricardo Manuel Finuras Carvalho	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo integral
107853	Rodrigo Pinto Duarte Rosa	ARQ	Departamento Arquitetura	Doutor	Tempo parcial
106486	Rui Miguel Gonçalves Mendes	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo parcial
106996	Telmo Pissarra Abreu Cruz	ARQ	Departamento Arquitetura	Especialista	Tempo parcial
106346	Vitor Manuel Belchior Coelho	ARQ	Departamento Arquitetura	Licenciado	Tempo parcial
108321	Alberto Conceição Carneiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106349	Alexandre Miguel Picanço Mestre	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
107838	Amílcar Santos Gonçalves	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
101893	Ana Margarida Leal Furtado	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
103594	Ana Maria Lourenço Quaresma	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
104046	Ana Maria Santa Pinheiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
105015	António José Garção Cabeças	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo integral
103546	António Manuel Santos Caldeira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Especialista	Tempo parcial
101047	Arlindo Alegre Donário	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
102196	Bruno Henrique Melo Maia	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106629	Carlos Manuel Alves Pereira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106694	Cristina Adelaide Reis Mendes	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
104936	David Manuel Monge Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
106818	Denise Cristina Capela Santos	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
105810	Diogo Ribeiro Oliveira Guia	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
106692	Domingos José Silva Ferreira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
105654	Eduardo Almeida Cardadeiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral

Relatório do Reitor | 2013/2014

106704	Fábio Ferreira Albuquerque	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
104963	Fernando José Santos Tenreiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
107504	Francisco José Fialho Nunes	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
106973	Georg Michael Jeremias Dutschke	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
101031	Gonçalo Jorge Morais Costa	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
101189	Henrique Manuel Lima Fiúza	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
102838	Henrique Nuno Santos Morais	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
102275	Isabel Maria Borges Alvarez	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106693	João Adelino Pereira Ribeiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
104965	João Carlos Simões Morais	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
105035	João Ernesto Vela Bastos	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo integral
103135	Joaquim Marques Palmeirinha	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
101665	Joaquin Texeira Quirós	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
103002	José António Figueiredo Almaça	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
103004	José Joaquim Afonso Diz	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo integral
104536	José Manuel Alves Pereira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106197	José Manuel Brás Santos	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
108768	José Manuel Pereira Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106439	Júlio César Nunes Tormenta	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
104784	Lúcio Miguel Teixeira Correia	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
104312	Luís Artur Alves Rita	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
102464	Luís Manuel Pereira Costa	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Especialista	Tempo parcial
107516	Luís Paulo Ferreira Relógio	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
109851	Manuel Jesus Farto	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
101195	Maria Filomena Almaça Gamenhas	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo integral
102347	Maria Helena Lopes Curto	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
105195	Maria Margarida Araújo Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
104136	Maria Rosário Fernandes Justino	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
104867	Mário Pedro Marques Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
107114	Miguel Jorge Campos Cruz	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
106695	Nuno Gonçalo Bandeira Brás	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
104969	Nuno Ricardo Borges Santos	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo integral
107596	Patrícia Ferreira Ramos	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106154	Paulo António Enes Silveira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106654	Paulo José Serpa Cabrita	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Especialista	Tempo integral
106696	Pedro Hugo Queirós Alves	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
106630	Rafael Luis Vidigal Salgueiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Licenciado	Tempo parcial
109123	Renato Telo Barbosa Pereira	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral
106697	Ricardo Nuno Mendão Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
103021	Samuel Almeida Silva	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106985	Sandra Cristina Antunes Ribeiro	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106703	Sofia Ester Pereira Reis	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
108658	Vera Marisa Dias Pedragosa	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
105835	Vitor Manuel Batista Pataco	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Mestre	Tempo parcial
106276	Vitor Marçal Lourenço	CET	Departamento Ciênc Econ Emp Tecn	Doutor	Tempo parcial
101817	Alexandre Manuel Fonseca Leite	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
103158	Bruno Miguel Carriço Reis	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
101837	Célia Jesus Fialho Quintas	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo parcial

Relatório do Reitor | 2013/2014

102427	Gonçalo Ramiro Valadão Matias	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
108657	Inês Albuquerque Amaral	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
102547	João Carlos Santareno Sousa	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Licenciado	Tempo parcial
101167	João Francisco Marinho Louro	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Mestre	Tempo parcial
107232	João Maria Ribeiro Mendes	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo parcial
104020	José Guilherme Sousa Victorino	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
101941	Lídia Soraya Barreto Maropo	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
107689	Miguel Nuno Van-der Kellen	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Licenciado	Tempo parcial
105668	Paula Cristina Rosário Lopes	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo integral
102762	Pedro Borges Silva Pinto	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Mestre	Tempo parcial
109457	Ricardo José Silvestre Silva	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Licenciado	Tempo parcial
106441	Samuel André Alves Mateus	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Doutor	Tempo parcial
104040	Telma Maria Campos Ruas	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Mestre	Tempo integral
104698	Vasco Arnaldo Matos Trigo	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Licenciado	Tempo parcial
102652	Vitor Manuel Silvério Nobre	DCC	Departamento Ciências Comunicação	Técnico	Tempo parcial
101824	Alice Maria Mendes Feiteira	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
101110	Ana Cristina Abrunhosa Santos	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Tempo parcial
101059	Ana Cristina Gonçalves Roque	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
107015	Ana Paula Ferreira Lourenço	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
102426	André Claro Amaral Ventura	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo parcial
104782	Anja Martha Bothe	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
103841	António Carlos Santos	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
106557	António Diogo Melo Bártolo	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
104433	António Pedro Azevedo Ferreira	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
101060	Armindo Saraiva Matias	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
106686	Carlos Alberto Campos Lobo	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Colaboração
106687	Carlos Alberto Casimiro Nunes	DIR	Departamento Direito	Mestre	Colaboração
101118	Diogo José Leite Campos	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
107455	Duarte Nuno Pessoa Vieira	DIR	Departamento Direito	Doutor	Colaboração
104655	Eduardo Silva Costa	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Tempo integral
104772	Elionora Nazaré Pinto Santos	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
103040	Fernando José Silva	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
101022	Fernando Ribeiro Lopes	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Tempo parcial
101297	Helena Cristina Costa Tomaz	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo integral
101087	Henrique Hilário Dias Silva	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
106701	Joana Aurora Mendes Rodrigues	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
103360	Jorge Cláudio Bacelar Gouveia	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo parcial
106702	Jorge Miguel Morais Carvalho	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
101018	José Fernandes Farinha Tavares	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
106390	José Joaquim Monteiro Ramos	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Colaboração
106975	Luís Guilherme Pina Catarino	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
101995	Luís Manuel Meneses Leitão	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo parcial
103461	Manuel Monteiro Guedes Valente	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo parcial
101063	Manuel Pedro Silva Pereira	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
105613	Manuel Tomé Soares Gomes	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Colaboração
101668	Maria Constança Urbano Sousa	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
106282	Maria Fatima Pinto Galante	DIR	Departamento Direito	Licenciado	Colaboração
106821	Miguel Fernando Santos Neves	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral

Relatório do Reitor | 2013/2014

101040	Nídia Filomena Leiria Antunes	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
106631	Pedro Gonçalo Trovão Rosário	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
106193	Rodrigo Manuel Silva Santiago	DIR	Departamento Direito	Mestre	Tempo parcial
106700	Ruben Bahamonde Delgado	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral-Act.compl.
106272	Rui Manuel Freitas Rangel	DIR	Departamento Direito	Mestre	Colaboração
102517	Stela Marcos Neves Barbas	DIR	Departamento Direito	Doutor	Tempo integral
101005	Adolfo António Silveira Martins	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
105962	Amadeu José Carvalho Homem	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
108865	Ângela Maria Vieira Domingues	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
104174	António Augusto Marques Almeida	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
101140	Armando Luís Carvalho Homem	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
104003	Carmen Dolores Franco Gonzalez	HIS	Departamento História	Licenciado	Tempo integral
106062	Cláudio Inácio Monteiro	HIS	Departamento História	Licenciado	Tempo parcial
104004	Fernando Rodrigues Martins	HIS	Departamento História	Mestre	Tempo integral
104019	Hermínio Conceição Esteves	HIS	Departamento História	Mestre	Tempo integral
104005	João Afonso Pancada Correia	HIS	Departamento História	Licenciado	Tempo integral
104168	João Luís Silva Sousa	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
104173	José Augusto Martins Ramos	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo parcial
104006	José Manuel Fernandes Rolão	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo integral
101024	José Manuel Lopes Subtil	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo integral
108316	José Maria Amado Mendes	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo integral
104023	Maria Isabel Carvalho Homem	HIS	Departamento História	Mestre	Tempo integral
106222	Marta Coelho Macedo	HIS	Departamento História	Mestre	Tempo parcial
104034	Miguel Filipe Figueira Faria	HIS	Departamento História	Doutor	Tempo integral
106001	António Manuel Caldeira Gomes	DLT	Departamento Linguas Tradução	Doutor	Tempo integral
106032	Isabel Maria Fernandes Silva	DLT	Departamento Linguas Tradução	Doutor	Tempo integral
106034	Margarida Andrade Bacharel	DLT	Departamento Linguas Tradução	Mestre	Tempo parcial
102479	Maria Clara Santana Rita	DLT	Departamento Linguas Tradução	Licenciado	Tempo integral
106035	Maria Margarida Mota Câmara	DLT	Departamento Linguas Tradução	Licenciado	Tempo parcial
106269	António Francisco Mendes Pedro	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
101971	Carlos José Godinho Calado	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Tempo parcial
109621	Cláudia Delane Silva Castro	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Tempo integral
105002	Fernanda Lencastre Bernardo	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Tempo integral
104016	Fernando Carlos Pinheiro Amorim	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Tempo parcial
106674	Filipe António Abreu Gonçalves	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Colaboração
104516	Iolanda Carla Costa Galinha	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo parcial
109830	João Evangelista Jesus Hipólito	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
103133	João Manuel Santos Rosa	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Colaboração
107856	Joaquim Ferreira Monteiro	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Tempo parcial
102274	José Manuel Guimarães Magalhães	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo parcial
101972	José Miguel Soares Jara	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Tempo parcial
108229	Luis Carlos Santos Cardoso	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Tempo parcial
102799	Manuel Sommer	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo parcial
106946	Maria Margarida Nunes Ponte	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Tempo parcial
109829	Maria Odete Santos Nunes	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
106494	Marta Alexandra Magalhães Pires	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Colaboração
109876	Mónica Rute Taveira Pires	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
108221	Paula Cristina Pires Carvalho	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral

Relatório do Reitor | 2013/2014

106438	Raúl Proença Fonseca Melo	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Colaboração
108945	Rui Figueiredo Bernardino	PSI	Departamento Psicologia	Licenciado	Tempo parcial
106166	Rute Sofia Lopes Dias	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
109634	Tito Rosa Laneiro	PSI	Departamento Psicologia	Doutor	Tempo integral
102012	Vanessa Sofia Nova Castanheira	PSI	Departamento Psicologia	Mestre	Colaboração
101727	Amadeu Ferreira Paiva	RIN	Departamento Rel Internacionais	Licenciado	Tempo parcial
101838	Brígida João Rocha Brito	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo integral
104149	Filipe Luís Vasconcelos Romão	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo integral
103143	Luís José Leitão Tomé	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo integral
102325	Luís Manuel Alves Fraga	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo integral
109003	Luís Manuel Santos Moita	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo integral
103267	Luís Vasco Valença Pinto	RIN	Departamento Rel Internacionais	Licenciado	Tempo integral
104452	Mateus Pereira Kowalski	RIN	Departamento Rel Internacionais	Mestre	Colaboração
101535	Nancy Elena Ferreira Gomes	RIN	Departamento Rel Internacionais	Mestre	Tempo parcial
101488	Sofia Isabel Gomes Santos	RIN	Departamento Rel Internacionais	Doutor	Tempo parcial

**Anexo VII – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da
UAL e publicações**

Anexo VIII - Doutoramentos na UAL (2013/2014)

Doutoramentos na UAL - 2013/2014

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
5-set-13	Economia, especialidade em Economia de Empresa	Juvêncio Manuel Mouco da Silveira	Succession Process and the Efficacy of Firms: The Case of Family Firms	14
9-out-13	Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Processuais	Alexandra Maria da Conceição Chícharo das Neves	O Estatuto Jurídico dos Cidadãos Invisíveis (O longo caminho para a plena cidadania das pessoas com deficiência)	13
16-out-13	Direito, especialidade em Ciências Jurídico-políticas	Cristina Maria de Gouveia Caldeira,	Liberdade de Educação e Direito Educação: Perspectivas Constitucionais e Políticas	16
23-out-13	História	Andreia Ribeiro Romão Veliça Machado	Conservação de Materiais Orgânicos Arqueológicos Subaquáticos	17
11-nov-13	Direito, especialidade em Ciências Jurídicas	Teresinha de Jesus Moura Borges Campos	O Ministério Público e o Superior Interesse da Família e das Crianças e Jovens	14
28-nov-13	Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Políticas	Vladimir Miranda Morgado	Princípios do Procedimento Administrativo Tributário Aplicáveis ao Debate Extrajudicial dos Tributos: Estudo Comparativo entre o Direito Português e o Direito Brasileiro	17
12-dez-13	Línguas e Literaturas Modernas, especialidade em Língua, Cultura e Literatura Portuguesa	Maria Clara Santana Rita	O Cancioneiro Alentejano do Padre Marvão: Expressões e Formas de Relacionamento da Mulher com os Agentes Humanos e Telúricos	RE
18-fev-14	Economia	Luís Filipe Ramalho Ferreira	A Inspeção Bancária em Portugal (dos Primórdios até 1975) – A estabilidade Financeira Económica em Portugal: Estudo dos Efeitos e da Supervisão Bancária em Portugal	16
21-fev-14	Economia	Sérgio de Almeida Rosa	Importância da Informação Financeira nas PME: Mensuração do Activo Fixo Tangível	17
25-mar-14	Direito, especialidade em Ciências jurídicas	Emídio Silva Falcão Brasileiro	A relação entre o Direito Natural e a Lei de Acção e Reacção de Isaac Newton	15
7-mai-14	Direito, especialidade em Ciências Jurídicas	Elionora Nazaré Cardoso Pinto dos Santos	As Práticas Comerciais Desleais: Uma Protecção nas Relações com os Consumidores ou uma Limitação à Livre Concorrência e à Liberdade Contratual	10
15-jul-14	Economia	Sandra Cristina Antunes Ribeiro	Aplicação do Princípio das Ondas de Elliot à Bolsa Portuguesa	14
5-set-14	Economia	Andreas Schmidt	“Fair Value Accounting and the Financial Market Crisis. To What Extent is Fair Valuation Responsible for the Financial Crisis?”	17
24-set-14	Economia, especialidade em Economia da Empresa	António José Garção Cabeças	Dynamic Capabilities: I&D, Innovation and IT as Drivers of Enterprise Productivity An Economic Perspective	18

Anexo IX – Representações do Reitor

Representações do Reitor - 2013/2014

Ano	Data	Evento	Local
2013	04-set	Cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão	Centro Champalimaud
	06-set	Recepção pelo Dia Nacional do Brasil	Embaixada do Brasil
	11-set	Debate "Lisboa e a Europa" com a participação dos candidatos à Câmara Municipal de Lisboa	UAL
	13-set	2º Encontro " Presente no Futuro" promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e que conta com o patrocínio do Banco Santander Totta.	Escola Secundária Pedro Nunes
	25-set	Mesa Redonda sobre competitividade	UAL
	15-out	Cerimónia de atribuição de prémios anuais da Academia Nacional de Belas-Artes (Prémio José de Figueiredo, atribuído a Nuno Vassallo e Silva pela obra "Ourivesaria Portuguesa de Aparato Séculos XV e XVI" e a Miguel Figueira de Faria pela obra "Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio")	Academia Nacional de Belas-Artes
	24-out	Lançamento do livro de André Ventura "Lições de Direito Penal - Vol I"	UAL
	28-out	Conferência de Jurgen Habermas "Os livros e a leitura: Desafios da era digital"	Fundação Calouste Gulbenkian
	04-nov	Lançamento do livro Prof. Arlindo Donário "O Paradigma do Homo Economicus"	El Corte Inglés
	06-nov	Sessão Solene de abertura do ano académico - IDN	Instituto de Defesa Nacional
	08-nov	Sessão de homenagem ao Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz	Universidade Católica Portuguesa
	12-nov	Conferência - A Nova Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras-Primeiras Reflexões e Perspetivas para o Futuro	Auditório Fac. Direito da Universidade de Lisboa
	13-nov	Reunião com Ministro Erick Medida da Emb. do Equador sobre Proj. Prometeu	Gabinete do Reitor
	18-nov	Reunião com Empresa brasileira na área do ensino superior no âmbito do OBSERVARE	Sala de Atos da UAL
	20-nov	Conferência "A austeridade cura, a austeridade mata"	Auditório Fac. Direito da Universidade de Lisboa
	03-dez	Reunião do CA do Portal UNIVERSIA	Banco Santander
	09-dez	Cerimónia de Entrega dos Prémios SECIL	Teatro D. Maria II
2014	14-jan	Cerimónia de abertura do Ano Académico	Universidade Atlântica
	16-jan	Encontro com representantes da Universidade Lusíada	UAL - Sala dos Atos
	27-jan	II Reunião Conjunta Universidade Portucalense- UAL	UAL
	30-jan	Sessão da Academia em que foi feito elogio histórico do Prof. Justino Mendes de Almeida	Academia das Ciências de Lisboa
	31-jan	Comemorações do Dia Nacional da UCP 2014	Universidade Católica Portuguesa
	20-mar	Reunião com Dr. Pedro Lomba (Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional) sobre Alto Comissariado para as Migrações	SEAMADR
	28-mar	Orador na Apresentação do Plano "Leiria - região de excelência"	Edifício NERLEI
	02-abr	Reunião com Universidade Lusíada (C_Informáticas)	UAL

Relatório do Reitor | 2013/2014

03-abr	Orador no Seminário sobre Regulação e Concessões no Setor Marítimo Portuário	AIP
03-abr	Reunião com Universidade Lusíada (C_Comunicação)	UAL
29-abr	Almoço e Conferência "Os Novos Paradigmas do Futuro"	Residência Oficial da Presidente da Assembleia da República
30-abr	Doutoramento de Nancy Ferreira Gomes	Universidade Nova de Lisboa
05-mai	Dia da Língua e da Cultura na CPLP - Palestra de Luís Reto	CPLP
07-mai	Receção da Emb. Polónia por ocasião do Dia Nacional da Constituição de 3-05-1791	Casino do Estoril
17-mai	Benção das Fitas	UAL - Palácio e Alameda da Universidade (missa)
20-mai	Reunião do CA do Portal UNIVERSIA	Banco Santander
29-mai	Lançamento do livro Tratado de Direito Publico (André Ventura)	UAL
05-jun	Reunião com Embaixador da Colômbia (Germán Santamaría Barragán)	Embaixada da Colômbia
11-jun	Sessão Extraordinária de Homenagem ao Prof. Justino Mendes de Almeida	Academia Portuguesa de História
19-jun	Conferência Internacional Regulação Económica na EU	Auditório do Banco de Portugal
19-jun	Assinatura do Protocolo de Cooperação com OIT	UAL - Sala dos Atos
19-jun	Lançamento do livro de Bacelar Gouveia sobre Constituição Angolana	UAL
25-jun	25 anos da licenciatura em Relações Internacionais	UAL
01-jul	Reunião com ISPA	ISPA
02-jul	II Congresso Internacional do OBSERVARE "Guerra Mundial e Relações Internacionais"	Fundação Calouste Gulbenkian
04-jul	Sessão de apresentação "BP Statistical Review of World Energy 2014"	ISCTE
08-jul	Seminário Mercados Financeiros e a Evolução dos Mercados de Dívida Pública desde 2010	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
17-jul	Receção por ocasião do Dia Nacional Colômbia em Homenagem a Gabriel Garcia Marques	Hotel Ritz
31-jul	Assinatura da Adenda ao Protocolo com Timor Leste	UAL
10-set	Sessão Abertura Congresso da Ordem dos Psicólogos	Centro Cultural de Belém
17-set	Missa de 7º Dia em memória de D. Emílio Botín	Igreja de Santa Catarina, Lisboa
22-set	Orador na Conferência ANACOM	Fundação Calouste Gulbenkian
25-set	Lançamento de livro do Prof. Eduardo Paz Ferreira	Livraria Bertrand - Chiado

Anexo X – Protocolos, convênios e parcerias

Protocolos, convénios e parcerias

Com entidades nacionais			
Data	Departamento UAL	Entidade	Tipo
19-12-2013	Dep. Psicologia	SNIFI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância	Protocolos de estágios
29-01-2014	Curso de Coordenador de Segurança	PSP	Acreditação do curso de Coordenador de Segurança
21-04-2014	Dep. Psicologia	Centro Hospitalar Lisboa Norte	Protocolo de estágio
29-04-2014	Dep. Arquitetura	Direção-Geral do Património Cultural	Colaboração para a realização de um levantamento e inventariação da obra do arquiteto Manuel Norte Júnior
12-06-2014	CURSO DE Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança	CTT/ADSP	Protocolos de estágios
19-06-2014	CEU/UAL	OIT Organização Internacional do Trabalho	Protocolo de cooperação institucional nos domínios social e laboral
23-06-2014	Dep. Ciência Económicas e Empresariais	Câmara Municipal de Sintra ¹	Acordo de colaboração para proporcionar aos alunos da Licenciatura em Administração e Gestão Desportiva um estágio curricular não remunerado
30-07-2014	Dep. Ciências e Tecnologias	Ydreams Informática, S.A.	Protocolo de cooperação institucional nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum
01-08-2014	Dep. Ciências e Tecnologias	EMEPEC Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma continental	Protocolo para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
19-09-2014	Dep. Psicologia	Ass. Beneficência Popular de Gouveia	Protocolo de estágio
25-09-2014	CEU/UAL	Universidade Portucalense	Memorando de Entendimento com o objetivo de promover conjuntamente o Programa Doutoral em Psicologia
25-09-2014	CEU/UAL	Universidade Portucalense	Memorando de Entendimento com o objetivo de promover conjuntamente o Doutoramento em Ciência Informática Aplicadas ao Mar e às Empresas
25-09-2014	CEU/UAL	Universidade Portucalense	Memorando de Entendimento com o objetivo de promover conjuntamente o Programa Doutoral em Psicologia

Com entidades Internacionais			
19-12-2013	Dep. RI e OBSERVARE	Department of International Relations of Middle East Technical University (METU), Ancara-Turquia	Acordo de cooperação interuniversitária
17-04-2014	UAL - ERASMUS	Tallin University of Technology (TUT), Estónia	Protocolo para participação no projeto "Development of the International Joint Master's Degree (JMD) Programme of European Architecture and attendat Research Dialogue (EAD)", do programa ERASMUS+
12-05-2014	UAL	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, Brasil	Acordo de Cooperação internacional para cooperação no âmbito das áreas científicas comuns e em ações de mútuo interesse
05-06-2014	UAL	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) Brasil	Convénio de cooperação
22-07-2014	UAL (Dep. Psicologia)	PUC Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Dep. de Relações Externas	Acordo Amplo de Cooperação Científica e Tecnológica para reforçar as relações de cooperação no campo da pesquisa, desenvolvimento tecnológico, aprimoramento de professores-pesquisadores e intercâmbio de docentes, professores-pesquisadores e discentes
08-08-2014	Dep. RI e OBSERVARE	Department of International Relations of Middle East Technical University (METU), Ancara-Turquia	Protocolo adicional ao Acordo de cooperação interuniversitária para o Doctoral Programme in International Relations: Geopolitics and Geoeconomics da UAL
31-08-2014	Dep. RI/UAL	La Sapienza Università di Roma, Italia	Protocolo de cooperação cultural geral e científica
12-09-2014	Ratio Legis/UAL	Universidad Nacional de Educacion a Distancia (UNED), Espanha	Convénio Marco de colaboração universitária

Anexo XI – GRII – Gabinete de Relações Internacionais Institucionais

Gabinete de Relações Internacionais e Institucionais (GRII)

Relatório de Actividades 2013-2014

O balanço de actividade do Gabinete de Relações Internacionais e Institucionais relativo ao ano lectivo de 2014-2014 é positivo, tendo-se cumprido a maioria dos objectivos propostos no plano de actividades para o ano em causa.

Objectivo 1: Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

O GRII não representou a CEU/UAL em organizações internacionais pois tal não se proporcionou. Reviu-se a associação da CEU/UAL às várias entidades internacionais das quais é membro, tendo a Direcção decidido não renovar a quota com a CASE dada a ausência de actividade nos últimos anos, e continuar apenas a associação à EUA/CDE.

Procurou-se manter a informação sobre o GRII actualizada no *website* da UAL, em português e inglês, sobre protocolos internacionais e o programa Erasmus+, assim como todos os documentos de suporte ao mesmo (guia do candidato, formulário de candidatura, universidades de destino, requisitos de candidatura, bolsas de mobilidade etc.). A versão em inglês disponibiliza informação destinada a alunos estrangeiros que pretendam fazer uma mobilidade na UAL (informação sobre a UAL sob a forma de *fact list*, planos curriculares das licenciaturas e mestrados disponíveis, formulário de candidatura). A lista de professores, alunos e funcionários da UAL em mobilidade, assim com a de professores e funcionários estrangeiros visitantes encontra-se igualmente disponível, assim como a lista de protocolos com universidades estrangeiras, e respectivas áreas de cooperação. O GRII é frequentemente o primeiro ponto de contacto para pedidos de informação provenientes de instituições ou pessoas estrangeiras, reencaminhando esses pedidos aos departamentos em questão.

Objectivo 2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+

O GRII candidatou a UAL à Carta Erasmus (2014-2020), com sucesso, assim como ao projecto de financiamento para o ano lectivo 2014-2015, tendo-lhe sido atribuído a verba de 35.095 Euros. O projecto 2013-2014, no valor de 19.934,00 Euros foi executado na totalidade (100%), um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior. No ano lectivo 2013-14 fizeram mobilidade Erasmus 9 alunos (Espanha= 5 alunos; Suíça = 1 aluno; Alemanha = 1 aluna, Noruega = 1 aluna, Itália = 1 aluno), 2 professores (Alemanha e Turquia) e duas funcionárias da UAL (Espanha). Duas alunas fizeram intercâmbio ao abrigo do protocolo com a PUC Rio. Mais uma vez, o envolvimento dos alunos da UAL foi desapontante, pois o número de mobilidades realizadas ficou muito aquém do número de candidaturas internas e de demonstrações iniciais de interesse recebidas. Uma das causas possíveis será o facto de o valor das bolsas de mobilidade atribuídas pela Agência Nacional não ser suficiente para fazer face aos custos de vida nos países parceiros, nalguns casos bastante superior ao nacional.

O número de alunos estrangeiros a estudar connosco ao abrigo do programa Erasmus e outros acordos internacionais (universidades brasileiras) foi idêntico ao do ano anterior, 36 alunos de várias nacionalidades. O número de professores visitantes foi de 5 e o de funcionários foi de 7.

Os protocolos antigos foram todos renovados em conformidade com as novas disposições da Carta Erasmus+ e estabeleceram-se ainda novos protocolos de mobilidade de alunos, professores e funcionários com as Universidades de METU (Relações Internacionais) e Uskudar na Turquia, La Coruña (Direito), Jaén (Gestão e Economia) e Pais Basco (C. Comunicação) em Espanha, e Nitra (Gestão) na Eslováquia.

Objectivo 3. Promoção de redes de investigação internacionais com várias universidades europeias ao abrigo de parcerias existentes e estabelecimento de novas parcerias internacionais consideradas de interesse para a UAL

Neste âmbito, realizou-se uma mobilidade “out” de dois professores da UAL (Arquitetura e Relações Internacionais) a universidades parceiras na Alemanha e Turquia. Os Departamentos de Relações Internacionais, Ciências da Comunicação e de Ciências Económicas e Empresariais acolheram docentes de instituições europeias parceiras em regime de mobilidade. Estabeleceram-se novos protocolos conforme referido no ponto anterior.

O GRII organizou igualmente a logística da conferência de um dia do NOREF na UAL em Julho (reserva de salas, hotel, almoço, *coffee breaks*, acompanhamento, etc., serviço pelo qual o NOREF pagou à UAL 3.000 Euros.

Objectivo 4. Apoio à Organização de conferências internacionais realizadas pelos vários departamentos da UAL

O GRII esteve envolvido na organização da conferência do OBSERVARE (Julho de 2014) de várias formas: comunicação e articulação com todos os oradores estrangeiros e de fora de Lisboa; organização de viagens; reserva de alojamento; acompanhamento aeroporto-hotel; tradução de programas, conteúdos na internet e livro de resumos; logística antes e durante a conferência; organização de documentos e pastas; apoio durante os dias da conferência, jantar, etc.

Objectivo 5. Apoio aos departamentos/unidades da UAL

No plano interno, o GRII esteve presente em todas as reuniões com as Comissões Externas de Avaliação aos graus e departamentos da UAL. Sempre que possível, o GRII procurou dar resposta aos vários pedidos de tradução feitos pela Direção, Centros de Investigação, e Departamentos da UAL, incluindo para efeitos de acreditação de graus. O GRII participou em reuniões da Qualiwork e tem respondido aos pedidos de esclarecimento sobre procedimentos e enviado documentação sempre que solicitado pela empresa e pelo gabinete para a qualidade. O GRII representou igualmente a Direção em reuniões organizadas pela APESP e em vários eventos exteriores, como a conferência na Embaixada da Turquia, lançamento do Programa Erasmus+, Internacionalização do Ensino Superior, etc.

Lista de alunos da UAL outgoing em Mobilidade Erasmus 2013-14

País	Univ.	Nome	Curso	Duração meses
Espanha	Escola Técnica Superior de Arquitetura; Madrid	Alessandra Tuasco	Arq	9
Espanha	Salamanca	Mariana Gil Paixão	Dir	5
Noruega	Nowergian Universtiy of Science and Technology (Trondheim)	Mónica Silva	Arq	5
Suíça	Academia Suíça de Arquitetura Mendrisio	Pedro Frade	Arq	5
Itália	IUAUde Veneza	André Santos	Arq	9
Espanha	Complutense, Madrid	Bruno Mateus	C.Com.	5
Alemanha	Uni. Das Artes, Berlim	Raquel Vicente	Arq	9
Espanha	Complutense, Madrid	Daniela Santos	C.Com.	5
Espanha	Complutense, Madrid s	Ana Filipa Matos	C.Com.	5

Arquitetura: 5 alunos

C. Comunicação: 3 alunos

Direito: 1

Total: 9

Lista de alunos da UAL outgoing em Mobilidade fora da Europa 2013-2014

País	Univ.	Nome	Curso	Duração meses
Brasil	PUC Rio	Joana Casanova	C. Comunicação	5
Brasil	PUC Rio	Catarina Pedrosa	C. Comunicação	5

Ciências da Comunicação: 2 alunas

Professores e Funcionários da UAL em mobilidade Erasmus 2013-2014

País	Univ.	Nome	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Granada	Luísa Figueirinha	Psicologia	3
Espanha	Granada	Cristina Dias	Apoio á Investigação	3
Alemanha	Cotbus	Ricardo Carvalho	Arquitetura	5
Turquia	METU	Luís Tomé	Relações Internacionais	10

Alunos Erasmus/Intercâmbio Incoming 2013-2014

País	Universidade	Nome	Curso	Duração meses
Espanha	Alcala	Edith Teodora Cherloaba	Arq.	10
Espanha	Alcala	Luís Zamorano Perezagua	Arq	10
Espanha	La Salle	Anna Vinõlas	Arq.	10
Espanha	La Salle	Mireia Picornell	Arq.	10
Espanha	La Salle	Marc Codina	Arq.	10
Espanha	Granada	Laura Maria Morcillo Perez	Arq.	10
Espanha	Granada	Juan Carlos Medina Merino	Arq.	10
Espanha	Valladolid	Ana Arranz Ruiz	Arq	10
Alemanha	Künste (Uni. Das Artes) Berlim	Joschka LUTZE	Arq.	6
Alemanha	Künste (Uni. Das Artes) Berlim	Simon WIENCK BORGERT	Arq.	6
Alemanha	Cotbus	Jessica Zablocki	Arq	6
Itália	Politécnico de Milão	Paola Grimoldi	Arq.	10
Itália	Politécnico de Milão	Monica Ciampiconi	Arq.	10
Noruega	Nowergian Universtiy of Science and Technology (Trondheim)	Monika Charlotte Stenholm	Arq.	10
Itália	Torino	Simona Canuti	Psi	6
Itália	Torino	Elisa Dalmasso	Psi	6
Espanha	Complutense	Adrián Sans Vela	Psi	10
Espanha	Complutense	Nicolás Becerra Aparício	Psi	10
Rep. Checa	Pardubice	Petra Klazarová	Gestão	10
Rep. Checa	Pardubice	Ilona Bačínová	Gestão	10
Rep. Checa	Pardubice	Martina Školoudová	Gestão	10
Polónia	Gdansk	Kamila Leszczyńska	Gestão	10
Polónia	Gdansk	Kamila Szmit	Gestão	10
Polónia	Gdansk	Paulina Czerek	Gestão	10
Polónia	Gdansk	Maja Schinwelska	Gestão	10
Espanha	Autonoma de Madrid	Alejandro Porrás Olano	Gestão	10
Espanha	Complutense	Isabel Martinez Ludeña	C.Com	10
Espanha	Complutense	Irene Sesmero Amador	C.Com	10
Espanha	Salamanca	José António Villena Sierra	Direito	10
Espanha	Comillas	Maria Cabanillas	Direito	6
Espanha	Comillas	Carmen Solís Pérez Guzmán	Direito	6
Espanha	Comillas	Marina Riesco Gacho	Direito	6
Espanha	Complutense	Luis Darío Gómez Duque	RI	10

Alunos de Intercâmbio na UAL no ano lectivo 2013-14

País	Universidade	Nome	Curso	Duração meses
Brasil	PUC Rio Grande do Sul	Mariana Almeida	Arq.	5
Brasil	PUC Rio Grande do Sul	Rafaela Tassoni Kafer	Arq	5
Brasil	PUC Rio Grande do Sul	Josiane Rocha Ferro	Arq.	5

Arquitetura: 17 alunos (incluindo Brasil)

C. Comunicação: 8 alunos

Gestão: 8 alunos

Direito: 4 alunos

Psicologia: 4 alunos

Relações Internacionais: 1

Total: 34 Lunos

Professores e pessoal administrativo visitante ao abrigo do Programa Erasmus em 2013-2014

Nome	Universidade	País	Tipo de Mobilidade	Curso/serviço	Duração (dias)
Eva Dominguez	Valladolid	Espanha	Docência	Ciências da Comunicação	5
Marta Redondo	Valladolid	Espanha	Docência	Ciências da Comunicação	5
Cristina San José	Valladolid	Espanha	Docência	Ciências da Comunicação	2
Aleksandra Bartosz	Gdansk School of Banking	Polónia	Formação	Gestão de Projectos	5
Anna Borys	Gdansk School of Banking	Polónia	Formação	Gestão de Projectos	5
Monika Boguszewicz Kreft	Gdansk School of Banking	Polónia	Docência	Gestão	5
Gracia Fernández Maldonado	Granada	Espanha	Formação	Biblioteca	5
Adán Carrizo González-Castell	Salamanca	Espanha	Docência	Direito	4
Magdalena Borkowska	Gdansk School of Banking	Polónia	Formação	Gestão de Projectos	5
Karolina Sobón	Gdansk School of Banking	Polónia	Formação	Gestão de Projectos	5
Jolanta Zielinska	Gdansk School of Banking	Polónia	Formação	Gestão de Projectos	5
Grzegorz Dzwonnik	Gdansk School of Banking	Polónia	Docência	Gestão	3

Anexo XII – Gabinete de Inserção Profissional

Empregabilidade

GIP – Gabinete de Inserção Profissional, apoia a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e recém-licenciados

No ano 2014 o GIP, foi contactado por e-mail mais de 120 empresas diferentes, (muitas dessas empresas contacta-nos mais que uma vez), para serem colocados no nosso site os mais diversos tipos de divulgações, para a captação de potenciais estagiários ou até mesmo trabalhadores. No entanto não nos é possível contabilizar o número de candidatos que responderam às divulgações, nem os que estão efectivamente em contexto de trabalho.

Estamos a trabalhar no sentido de obter a taxa de empregabilidade efectiva dos nossos alunos, finalistas e licenciados.

Existe uma série de actividades que são necessárias desenvolver para muitos que dos estágios sejam uma realidade, nomeadamente:

- Contacto com empresas, responder aos diversos pedidos de recrutamento, divulgação das ofertas de estágio/emprego no site da UAL;
- Envio dos curricula para as empresas, envio de cartas/e-mails de solicitação de estágios;
- Celebração de protocolos;
- Formação, recrutamento e selecção de alunos e recém-licenciados na perspectiva da sua integração profissional;
- Ajuda na elaboração do CV, carta de apresentação, candidatura espontânea;
- Estágios Profissionais - Gestão e acompanhamento dos processos aquando da sua aprovação, junto dos vários Centro de Emprego, empresas e estagiários;
- Atendimento ao público e telefónico.

Anexo XIII – Avaliações e Acreditações 2013/2014

Avaliações e Acreditações – 2013/2014			
Data	Grau	Curso	
24-jun-14	Mestrado	Relações Internacionais	O CA decidiu prorrogar a acreditação condicional por 2 anos
24-jun-14	Mestrado	Economia das Organizações e Competitividade	O CA decidiu prorrogar a acreditação condicional por 2 anos
30-mai-14	Mestrado	Economia das Organizações e Competitividade	A CEU envia relatório de follow-up
27-mai-14	Mestrado	Relações Internacionais	A CEU envia relatório de follow-up
2-set-14	Doutoramento	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
5-set-14	Doutoramento	Comunicação e Psicologia dos Media	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
5-set-14	Doutoramento	Ciências Informáticas Aplicadas ao Mar e às Empresas	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
5-set-14	Licenciatura	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
15-set-14	Doutoramento	Programa Doutoral em Psicologia	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
5-set-14	Mestrado	Engenharia Informática	Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos
19-set-14	Licenciatura	Administração e Gestão Desportiva	Decisão do CA: Não acreditar - como já havia 20 alunos inscritos o curso pode funcionar 3 anos
16-jan-14	Licenciatura	Administração e Gestão Desportiva	Relatório preliminar da CAE - não acreditar
5-nov-14	Licenciatura	Direito	CA, em discordância com CAE - acreditar com condições
9-jun-14	Licenciatura	Direito	Apresentação de pronúncia
20-mai-14	Licenciatura	Direito	Relatório preliminar da CAE
26-set-14	Licenciatura	Ciências da Comunicação	DR - publicação alteração ao plano de estudos
9-jul-14	Licenciatura	Ciências da Comunicação	Registo das alterações ao plano de estudos na DGES
25-jun-14	Licenciatura	Ciências da Comunicação	CA decidiu aprovar por 5 anos
27-mar-14	Licenciatura	Ciências da Comunicação	Relatório preliminar da CAE
25-jul-14	Licenciatura	Engenharia Informática	Intenção do CA de acreditar com condições
9-abr-14	Licenciatura	Engenharia Informática	Relatório preliminar da CAE: acreditar condicionalmente
17-out-14	Licenciatura	Gestão	Intenção do CA de acreditar com condições
16-jan-14	Licenciatura	Gestão	Relatório preliminar da CAE: acreditar condicionalmente
17-out-14	Licenciatura	Gestão e Administração Pública	CA acredita com condições
11-fev-14	Licenciatura	Gestão e Administração Pública	Relatório preliminar da CAE: acreditar condicionalmente
28-jan-14	Licenciatura	História	DR - publicação alteração ao plano de estudos
18-nov-13	Licenciatura	História	CA acredita por 5 anos
13-set-13	Licenciatura	História	Relatório preliminar da CAE: acreditar
25-jul-14	Licenciatura	Informática de Gestão	Decisão do CA: acreditar com condições
9-abr-14	Licenciatura	Informática de Gestão	Relatório preliminar da CAE: acreditar condicionalmente
12-dez-13	Licenciatura	Psicologia	Registo das alterações ao plano de estudos na DGES
10-dez-13	Licenciatura	Psicologia	Decisão do CA: acreditar com condições
28-out-13	Licenciatura	Psicologia	Pronúncia
5-nov-14	Licenciatura	Relações Internacionais	Decisão do CA de acreditar
30-dez-13	Licenciatura	Relações Internacionais	Pedido de informação complementar
2-dez-13	Licenciatura	Relações Internacionais	Relatório preliminar da CAE - acreditar condicionalmente
18-jun-14	Mestrado integrado	Arquitetura	Registo das alterações ao plano de estudos DGES
9-jun-14	Mestrado integrado	Arquitetura	Decisão do CA: acreditar
8-abr-14	Mestrado integrado	Arquitetura	Relatório preliminar da CAE - acreditar
8+9 out-2013	Mestrado integrado	Arquitetura	Visita da CAE
6-nov-14	Mestrado	Direito	Decisão do CA: acreditar com condições por 1 ano
18-mar-14	Mestrado	Direito	Relatório preliminar da CAE - acreditar condicionalmente
27-mar-14	Mestrado	Gestão de Empresas	Pronúncia
11-mar-14	Mestrado	Gestão de Empresas	Relatório preliminar da CAE - não acreditar
4-dez-14	Mestrado	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	DR - publicação alteração ao plano de estudos
8-set-14	Mestrado	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Registo das alterações ao plano de estudos DGES
31-jul-14	Mestrado	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Decisão do CA: acreditar com condições por 1 ano
24-jun-14	Mestrado	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Pronúncia
3-jun-14	Mestrado	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Relatório preliminar da CAE - não acreditar
12-nov-14	Mestrado	Estudos da Paz e da Guerra nas novas relações internacionais	Registo do plano de estudos DGES
5-nov-14	Mestrado	Estudos da Paz e da Guerra nas novas relações internacionais	Decisão do CA: acreditar com condições por 1 ano
4-set-14	Mestrado	Estudos da Paz e da Guerra nas novas relações internacionais	Relatório preliminar da CAE - acreditar condicionalmente
9-jun-14	Doutoramento	Direito	Envio de Relatório de follow-up
24-out-13	Doutoramento	Direito	CA decidiu prorrogar a acreditação condicional por 1 ano
17-fev-14	Doutoramento	História	CA decidiu prorrogar a acreditação condicional por 2 anos
25-nov-13	Doutoramento	História	Envio de fichas dos docentes atualizada

Cursos conferentes de grau em funcionamento
Plano de Estudo e Publicação em Diário da República (17-12-2014)

Licenciaturas (1º Ciclo)

Designação do curso	Publicação em DR	Observações
Economia	DR, 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AG/2007.	Está em curso uma eventual revisão do Plano de Estudos. Aguarda-se resultado da avaliação por parte da A3ES.
Gestão	DR, 2ª Série, Nº 62, de 30 março de 2009, Anúncio nº 2597/2009.	Está para registo na DGES um novo Plano de Estudos já acreditado pela A3ES.
Gestão e Administração Pública	DR, 2ª Série, Nº 128, de 6 julho de 2009, Aviso nº 11944/2009.	Está para registo na DGES um novo Plano de Estudos já acreditado pela A3ES.
Direito	DR, 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AF/2007.	Está em curso uma eventual revisão do Plano de Estudos. Aguarda-se resultado da avaliação por parte da A3ES.
Ciências da Comunicação	DR, 2ª Série, Nº 186, de 26 setembro de 2014, Anúncio nº 235/2014.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Relações Internacionais	DR, 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AO/2007.	Está para registo na DGES um novo Plano de Estudos já acreditado pela A3ES.
Engenharia Informática	DR, 2ª Série, Nº 147, de 30 julho de 2010, Anúncio nº 7514/2010.	Está para registo na DGES um novo Plano de Estudos já acreditado pela A3ES.
Informática de Gestão	DR, 2ª Série, Nº 147, de 30 julho de 2010, Anúncio nº 7517/2010.	Está para registo na DGES um novo Plano de Estudos já acreditado pela A3ES.
História	DR, 2ª Série, Nº 19, de 28 janeiro de 2014, Anúncio nº 26/2014.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Psicologia	DR, 2ª Série, Nº 31, de 13 fevereiro de 2014, Anúncio nº 41/2014.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Administração de Unidades de Saúde	DR, 2ª Série, Nº 127, de 3 de julho de 2012, Anúncio nº 13203/2012.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.

Mestrados (2º Ciclo)

Gestão de Empresas	DR, 2ª Série, Nº 147, de 30 de julho de 2010, Anúncio nº 7515/2010.	Está em curso uma eventual revisão do Plano de Estudos. Aguarda-se resultado da avaliação por parte da A3ES.
Comunicação Aplicada	DR, 2ª Série, Nº 77, de 19 de abril de 2013, Anúncio nº 150/2013.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas R.J.	DR, 2ª Série, Nº 114, de 15 de junho de 2011, Anúncio nº 8246/2011.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Direito (Ciências Jurídico-Criminais)	DR, 2ª Série, Nº 116, de 18 junho de 2008, Despacho nº 16650/2008.	Está em curso uma eventual revisão do Plano de Estudos. Aguarda-se resultado da avaliação por parte da A3ES.
Direito (variante Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Processuais)	DR, 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AJ/2007.	Está em curso uma eventual revisão do Plano de Estudos. Aguarda-se resultado da avaliação por parte da A3ES.
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	DR, 2ª Série, Nº 235, de 4 de dezembro de 2014, Anúncio nº 288/2014.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Economia das Organizações e Competitividade	DR, 2ª Série, Nº 143, de 26 julho de 2013, Anúncio nº 262/2013.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Relações Internacionais	DR, 2ª Série, Nº 143, de 26 julho de 2013, Anúncio nº 261/2013.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
História, Arqueologia e Património	DR, 2ª Série, Nº 151, de 8 de agosto de 2011, Anúncio nº 11554/2011.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Arquitetura	DR, 2ª Série, Nº 147, de 1 de agosto de 2014, Anúncio nº 200/2014.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.

Doutoramentos (3º Ciclo)

História	DR, 2ª Série, Nº 174, de 10 setembro de 2007, Despacho nº 20823-T/2007.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.
Direito	DR, 2ª Série, Nº 54, de 17 março de 2008, Despacho nº 7988/2008.	Não se prevêem mais alterações nos próximos tempos.